



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

ENSINO MÉDIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA ANÁLISE SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL DE FORTALEZA

FORTALEZA – CEARÁ

2025

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

ENSINO MÉDIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO
DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
FORTALEZA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Políticas Públicas. Área de concentração: Estudos Sociais Aplicados

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

FORTALEZA – CEARÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Silva, Grayceane Gomes da.

Ensino Médio e sofrimento psíquico: uma análise sobre a percepção dos estudantes de escolas estaduais de educação profissional de Fortaleza [recurso eletrônico] / Grayceane Gomes da Silva. – 2024.

150 f.

Tese (doutorado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Doutorado Acadêmico – Programa de Pós-graduação Em Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof.^a Pós-Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade.

1. ensino médio. 2. educação profissional. 3. saúde mental. I. Título.

GRAYCEANE GOMES DA SILVA

ENSINO MÉDIO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO
DOS ESTUDANTES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE
FORTALEZA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Políticas Públicas do Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas da
Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título de
doutora em Políticas Públicas. Área de
concentração: Estudos Sociais Aplicados

Aprovada em: 20/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA REJANE BEZERRA ANDRADE
Data: 06/01/2025 08:31:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Francisca Rejane Bezerra
Andrade (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Documento assinado digitalmente
 HANUZIA PEREIRA FERREIRA
Data: 06/01/2025 23:16:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Hanuzia Pereira Ferreira
Escola Superior de Contas e Gestão
Pública Ministro Plácido Castelo

Documento assinado digitalmente
 MARIA ALVES DE MELO
Data: 07/01/2025 10:38:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Alves de Melo
Secretaria de Educação do Ceará

Documento assinado digitalmente
 HELENA DE LIMA MARINHO RODRIGUES ARAUJO
Data: 07/01/2025 17:35:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Helena de Lima Marinho
Rodrigues Araújo
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Documento assinado digitalmente
 MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE
Data: 08/01/2025 10:26:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite
Instituto Federal do Ceará – IFCE

Dedico o presente trabalho aos meus pais que sempre me apoiaram durante todo o trajeto pessoal, profissional e acadêmico ao longo de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus enquanto unidade espiritual para que pudesse enfrentar os percalços do caminho para conclusão desta Tese.

Aos meus pais, Miguel e Graça, e meu irmão, Matheus, que foram porto seguro e apoio para que eu pudesse continuar estudando e alcançando melhores condições de escolaridade.

À professora, Rejane Bezerra Andrade, pelo apoio e suporte em toda a minha trajetória acadêmica, por todas as palavras de incentivo para que eu pudesse dar continuidade a esta pesquisa.

À minha equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infantil que contribuiu de diversas formas para que eu pudesse ser estudante e trabalhadora.

À minha psicóloga que foi apoio profissional para meu fortalecimento emocional para enfrentar as dificuldades que surgiram no caminho de elaboração da Tese.

Aos meus amigos derradeiros, companheiros de trabalho no Instituto Doutor José Frota, pelo apoio afetivo e pela atenção nos vários momentos de convívio.

Às minhas amigas que acompanharam esta caminhada e foram apoio de escuta e companhia para os momentos de descontração.

Aos sobreviventes, amigos da turma 4 do Doutorado de Políticas Públicas, por enfrentarmos juntos os desafios de ser estudante de pós-graduação.

Às professoras, Hanuzia, Helena Marinho, Maria Alves e Maria Cleide, que aceitaram contribuir com a avaliação e as considerações valiosas na banca da qualificação 2 e defesa final desta Tese.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a implementação do modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio e à saúde mental dos estudantes. A trajetória metodológica de caráter qualitativo consiste em pesquisa bibliográfica, documental e aprofundamento teórico em questões que emergiram na prática como assistente social em Centro de Atenção Psicossocial Infantil. Desse modo, a análise desta tese tem como base oficinas realizadas com grupos de estudantes de três Escolas Estaduais de Educação Profissional, localizadas no município de Fortaleza. A tese da pesquisa é: O contexto educacional neoliberal, quando incorporado ao projeto pedagógico das Escolas Estaduais de Educação Profissional cearenses, imprime uma lógica centrada no desempenho influenciando na sociabilidade e saúde mental dos discentes. A implementação das EEEP vem da necessidade de garantir formação profissional aos jovens, sendo essas escolas no Ceará objeto de grandes investimentos, tendo como notável característica o bom desempenho dos estudantes. O modelo empreendido é de tempo integral com aulas das disciplinas da base geral e técnica, com grande número de disciplinas e conteúdos que são distribuídos em nove aulas diárias. Diante desse contexto, por meio do diálogo com os estudantes nas oficinas, estes destacaram como elementos que favorecem o sofrimento psíquico o grande volume de conteúdos para estudar e a quantidade de atividades realizadas em cada disciplina, além da preocupação em obter bom desempenho nas provas escolares. Além disso, dialogaram sobre as dificuldades das relações interpessoais com professores, estudantes e demais profissionais da escola, com destaque para as situações de *bullying* e para as dificuldades de se relacionar com os profissionais diante da exigência de bom desempenho nas avaliações escolares. Cabe destacar que a estrutura física inadequada das escolas proporciona sensação de mal-estar e desconforto aos discentes, os quais ressaltaram a falta de local adequado para descanso. Por fim, destacaram a necessidade de haver equipes de apoio para acompanhamento dos estudantes e a presença de psicólogos nas escolas para o suporte. Assim, com esta pesquisa, concluiu-se que a forma como ocorre a implementação das EEEP apresenta elementos que proporcionam mal-estar e sofrimento psíquico aos discentes, sendo necessárias ações que proporcionem diálogos sistemáticos sobre cuidado com a saúde física e mental.

Palavras-chave: ensino médio; educação profissional; saúde mental.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between the implementation of the current model of vocational education integrated into high school and the mental health of students. The qualitative methodological approach will consist of bibliographical and documentary research and theoretical in-depth analysis of issues that emerged in the practice of a social worker at a Child Psychosocial Care Center. Thus, the analysis of this thesis is based on workshops held with groups of students from three State Schools of Vocational Education, located in the city of Fortaleza. The research thesis is: The neoliberal educational context, when incorporated into the pedagogical project of the State Schools of Vocational Education in Ceará, imposes a logic centered on performance, influencing the sociability and mental health of students. The implementation of EEEP comes from the need to guarantee vocational training for young people, and these schools in Ceará are the object of large investments, with a notable characteristic being the good performance of students. The model implemented is full-time with classes in general and technical subjects, with a large number of subjects and content that are distributed in nine daily classes. In this context, through dialogue with students in the workshops, they highlighted the large volume of content to study and the number of activities carried out in each subject as elements that favor psychological distress, in addition to the concern with achieving good performance in school tests. They also discussed the difficulties of interpersonal relationships with teachers, students and other school professionals, highlighting situations of bullying and the difficulties of relating to professionals in view of the demand for good performance in school assessments. It is worth noting that the inadequate physical structure of schools causes students to feel unwell and uncomfortable, and they highlighted the lack of adequate places to rest. Finally, they highlighted the need for support teams to monitor students and the presence of psychologists in schools for support. Thus, this research concluded that the way in which EEEP is implemented presents elements that cause discomfort and psychological distress in students, requiring actions that provide systematic dialogues about physical and mental health care.

Keywords: high school; professional education; mental health.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la relación entre la implementación del actual modelo de formación profesional integrada en la educación secundaria y la salud mental de los estudiantes. La trayectoria metodológica de carácter cualitativo consistirá en investigación bibliográfica, documental y profundización teórica de cuestiones surgidas en la práctica como trabajadora social en un Centro de Atención Psicosocial Infantil. Por lo tanto, el análisis de esta tesis se basa en talleres realizados con grupos de estudiantes de tres Escuelas Estatales de Educación Profesional, ubicadas en la ciudad de Fortaleza. La tesis de investigación es: El contexto educativo neoliberal, cuando se incorpora al proyecto pedagógico de las Escuelas Estatales de Educación Profesional de Ceará, imprime una lógica centrada en el desempeño, influyendo en la sociabilidad y la salud mental de los estudiantes. La implementación de la EEEP surge de la necesidad de garantizar la formación profesional de los jóvenes, siendo estas escuelas en Ceará objeto de grandes inversiones, destacándose el buen desempeño de los estudiantes. El modelo llevado a cabo es de tiempo completo con clases de materias generales y técnicas, con una gran cantidad de materias y contenidos que se distribuyen en nueve clases diarias. En este contexto, a través del diálogo con los estudiantes en los talleres, resaltaron el gran volumen de contenidos a estudiar y la cantidad de actividades realizadas en cada materia como elementos que favorecen el malestar psicológico, además de la preocupación por lograr un buen desempeño en las pruebas escolares. También discutieron las dificultades de las relaciones interpersonales con profesores, estudiantes y otros profesionales escolares, con énfasis en las situaciones de acoso escolar y las dificultades de relación con los profesionales ante la exigencia de obtener buenos resultados en las evaluaciones escolares. Cabe señalar que la inadecuada estructura física de las escuelas genera sensación de malestar y malestar en los estudiantes, quienes resaltaron la falta de lugares adecuados para descansar. Finalmente, resaltaron la necesidad de equipos de apoyo para el seguimiento de los estudiantes y la presencia de psicólogos en las escuelas para brindar apoyo. Así, con esta investigación se concluyó que la forma en que se implementa la EEEP presenta elementos que provocan malestar y sufrimiento psicológico en los estudiantes, requiriendo acciones que propicien diálogos sistemáticos sobre el cuidado de la salud física y mental.

Palabras clave: bachillerato; educación profesional; salud mental.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Áreas de conhecimento e cursos ofertados nas EEEPs em 2023.....	34
Quadro 2 –	Descrição dos participantes das oficinas.....	45
Quadro 3 –	Caracterização das escolas.....	46
Quadro 4 –	Comparativo de estruturas das EEEP.....	46
Quadro 5 –	Descritores e filtros utilizados nas buscas.....	50
Quadro 6 –	Informações principais sobre o artigo com maior aproximação ao tema.....	54
Quadro 7 –	Trabalhos sobre saúde mental, educação profissional e juventude.....	57
Quadro 8 –	Trabalhos sobre Educação Profissional.....	64
Quadro 9 –	Elementos relacionados à matriz curricular e às disciplinas que causam mal-estar e sofrimento psíquico aos estudantes das EEEP.....	111
Quadro 10 –	Fatores decorrentes das relações interpessoais e do cotidiano escolar.....	117
Quadro 11 –	Elementos referentes a estrutura das escolas.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS i	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEP	Escolas Estaduais de Educação Profissional
EEMTI	Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ER	Escolas Regulares
FONAPRACE	Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNDEB	Fundo Nacional da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério
GEPPES	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFS	Instituto Federal de Sergipe
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NUSCA	Núcleo de Intervenções e Pesquisas sobre a Saúde da Criança e do Adolescente
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não-governamental
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PENSE	Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PROUNI	Programa Universidade para Todos

PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSE	Programa Saúde na Escola
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEFOR	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TESE	Tecnologia Empresarial Socioeducacional
TEO	Teoria Empresarial Odebrecht
TMC	Transtornos Mentais Comuns
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA.....	22
2.1	Trajetória metodológica.....	36
2.1.1	Pesquisa bibliográfica e documental.....	39
2.1.2	Caracterização da pesquisa.....	40
3	ESTADO DA ARTE.....	48
3.1	Apresentação.....	48
3.2	O processo de busca.....	49
3.2.1	Resultados encontrados.....	52
3.2.2	Análise qualitativa dos resultados encontrados.....	53
3.2.2.1	<i>Trabalhos sobre saúde mental de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional.....</i>	<i>53</i>
3.2.2.2	<i>Relação entre formação profissional e saúde mental dos estudantes.....</i>	<i>57</i>
3.2.2.3	<i>Trabalhos sobre educação profissional e ensino médio integrado à educação profissional.....</i>	<i>63</i>
3.3	Considerações acerca do Estado da questão e contribuições advindas de nosso estudo.....	69
4	SOCIEDADE SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: INTERFACES ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES.....	71
4.1	Sociedade capitalista: uma interlocução entre acumulação do capital e poder.....	71
4.2	Governança, organismos internacionais e educação no Brasil.....	79
4.3	Sociedade do desempenho, educação competitiva e saúde mental dos estudantes.....	94
5	ENSINO MÉDIO E SAÚDE MENTAL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO DIÁLOGO COM OS ESTUDANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE FORTALEZA.....	109
5.1	Conteúdo e currículo escolar a partir da vivência dos alunos das EEEP de Fortaleza.....	109
5.2	Cotidiano escolar e as relações interpessoais dos estudantes.....	115

5.3	A escola como espaço de risco e de proteção à saúde mental.....	123
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	132
	APÊNDICE A – ROTEIRO DAS OFICINAS.....	147
	APÊNDICE B – RELAÇÃO DE BAIRROS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS EXECUTIVAS REGIONAIS (SER) 1 E 3.....	148

1 INTRODUÇÃO

A Política de Educação Brasileira é referendada pela Constituição Federal de 1988 enquanto dever do Estado e direito dos cidadãos brasileiros. Assim como toda a organização estatal e política, as políticas públicas, inclusive a educação, são perpassadas pelas disputas de interesses entre classes populares e as elites brasileiras. Diante da consolidação dos preceitos neoliberais no Brasil, a partir da década de 1990, a educação passa a ter influências em seu processo de gestão sob uma lógica empresarial e na construção das bases curriculares para uma formação voltada para a competitividade e garantia de maior eficiência à educação. Assim, a educação, como as demais políticas públicas, apresenta, em sua organização e estruturação, a racionalidade da gestão pública com base em resultados que auferem destaque às avaliações da qualidade do ensino por meio das avaliações em larga escala.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, houve uma expansão do acesso à educação com a perspectiva de universalização do ensino e da garantia de conhecimentos à população diante das transformações sociais e do trabalho, além da busca por erradicar o analfabetismo. O direito à educação também é expresso no conjunto de legislações como, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos das Crianças e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os quais visam a garantir os direitos de crianças e adolescentes à proteção social e ao desenvolvimento humano e profissional. Desse modo, a escola passa a ser um dos principais espaços ocupados pelo público infanto-juvenil, inclusive figura como uma meta do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 a oferta de tempo integral em 50% das escolas públicas até 2024, possibilitando que os estudantes permaneçam por tempo igual ou superior a sete horas diárias na escola (Brasil, 2014). Sobre isso, dados do monitoramento do PNE de 2023 indicam que 56,4 % das escolas públicas do Ceará apresentavam discentes com permanência em tempo integral, com percentual acima do constatado a nível nacional, o qual apresentou 30,5% de escolas em tempo integral em 2023.

Assim, é importante ressaltar que o ambiente escolar, para além dos processos de aprendizagem e das relações pedagógicas, também é espaço de relações sociais dos estudantes entre si, com os professores e demais profissionais. Essas relações, a depender da forma que se desenvolvem, podem ser agradáveis ou não. O conjunto das relações, sejam as pedagógicas e/ou as sociais, também compõe o processo de formação pessoal e emocional dos estudantes, visto que a frequência escolar é diária durante a semana, ocorrendo em tempo integral em Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) no Ceará.

Importa ressaltar, neste momento, que o interesse pelos estudos na área da educação tem origem na minha trajetória acadêmica e profissional. Desde 2009, realizo estudos e pesquisas na área de educação, por meio da participação como pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPEs). Durante a graduação, o assunto pesquisado por mim para o desenvolvimento da monografia foi a inclusão de estudantes com deficiência na Universidade Estadual do Ceará; já no mestrado, direcionei o olhar sobre a qualificação profissional ofertada a pessoas com deficiência em Fortaleza. Tais estudos contribuíram para o desenvolvimento de um olhar mais próximo aos temas relacionados à implementação da política pública de educação em diversas modalidades.

No que diz respeito ao aspecto profissional, vale destacar que atuo há 12 (doze) anos como assistente social em Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)¹ com atendimento de pessoas em situação de sofrimento psíquico. Durante 6 (seis) anos, estive como servidora pública em CAPS no município de Paraipaba – CE e há cinco anos passei a atuar em Centro de Atenção Psicossocial Infantil em Fortaleza – CE. Assim, por meio de atendimentos realizados cotidianamente, observo que as questões de saúde mental envolvem as relações nos diversos ambientes que os sujeitos convivem, por exemplo, escola, trabalho e família.

Portanto, desde o trabalho realizado no município de Paraipaba, venho observando e recebendo relatos de adolescentes com sofrimento psíquico, os quais relatavam dificuldades em lidar com as mudanças decorrentes do ensino médio em período integral. Cabe destacar que, no referido município, há somente duas escolas de ensino médio (uma de tempo integral profissionalizante e outra de tempo regular, que funcionam somente no turno manhã ou tarde).

A partir dessa vivência, objetivou-se, inicialmente, realizar um estudo sobre o ensino médio integrado à educação profissional e a sua relação com a saúde mental dos estudantes. No entanto, quando eu estava elaborando o projeto de pesquisa para concorrer ao Doutorado em Políticas Públicas, o meu local de trabalho foi alterado. Logo, considerando a possibilidade de realizar a pesquisa em Fortaleza, pensou-se em realizá-la em escolas de

¹ Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades de saúde presentes na comunidade, instituídos pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 336 de 19 de novembro de 2002, para a oferta de assistência à saúde de pessoas com transtornos mentais, inclusive, para aqueles decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas. Assim, há uma subdivisão em três tipos de CAPS para o atendimento à população: CAPS I, II ou III de atendimento a adultos com transtornos mentais, CAPS álcool e drogas para atendimento ao público com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, CAPS infantil para atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais. O CAPS faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) instituída pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria n.º 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial infanto-juvenil são destinados ao atendimento de crianças e adolescentes.

ensino médio de tempo integral, assim como nas escolas integradas à educação profissional. No entanto, diante do grande número de escolas e das limitações em realizar um trabalho de tese, optou-se por fazer a pesquisa somente em Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP).

Ressalta-se que, ainda durante os atendimentos enquanto assistente social, alguns adolescentes relataram a situação de sofrimento psíquico que estavam passando e ressaltaram as preocupações em torno do contexto escolar vivenciado nessas escolas. Alguns desses adolescentes apresentavam queixas quanto à sociabilidade ao relatarem, por exemplo, que reduziram sua presença nos momentos em família e deixaram de participar de grupos religiosos aos quais eram vinculados para se dedicarem aos estudos devido ao elevado volume de atividades demandadas.

É importante destacar que também houve relato de sentimento de inferioridade em relação aos colegas, por considerar que eles tinham mais tempo para estudar, o que favorecia o aumento da ansiedade na busca por corresponder ao padrão que considerava necessário para ter um bom desempenho. Em outras situações, os adolescentes optaram por sair da EEEP e frequentar o ensino médio regular cuja carga horária diária é de quatro horas de aulas, pois não conseguiram adaptar-se à carga horária em tempo integral com nove horas de aulas e as dificuldades para alcançar boas notas, o que agravava o estresse e o sofrimento em frequentar a escola.

Sendo assim, a junção de notas baixas com as dificuldades em acompanhar o cotidiano escolar em tempo integral se refletiu em frustração e sentimento de fracasso, fatores emocionais que podem ocasionar sofrimento ao estudante quando busca se enquadrar na lógica proposta pela escola ou mesmo quando abandona o curso. Nesse contexto, a carga horária extensa e o grande volume de conteúdos a serem estudados (a matriz curricular de um curso técnico das EEEP compreende a base curricular comum e a base técnica) exigem mais tempo de dedicação aos estudos pelos discentes dentro e fora da escola, o que pode ocasionar o distanciamento dos estudantes de atividades importantes para a sua sociabilidade.

Por outro lado, há um esforço dos discentes e de seus responsáveis para conseguir acesso a essa escola, a fim de proporcionar uma aquisição de formação profissional gratuita, no intuito de terem uma melhor preparação para o mercado de trabalho e/ou acesso a uma universidade pública.

Em análise comparativa entre as notas no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE)² das escolas de Fortaleza, tomando como base as três formas de ensino desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará, escolas regulares (ER), escolas de ensino médio em tempo integral (EEMTI) e escolas estaduais de educação profissional (EEEP), Silva *et al.* (2021), utilizando como referência o somatório das notas de proficiência em matemática e língua portuguesa a partir do SPAECE de 2019, apontam que os estudantes das EEEP apresentam melhores pontuações com média de 616,45 se comparados aos alunos das ER com 523,42 e os da EEMTI com 534,11.

Esses números refletem um esforço coletivo em alcançar melhores índices educacionais na perspectiva de uma mensuração dos resultados das diversas ações em torno da melhoria do acesso, rendimento escolar e permanência dos estudantes na escola para a conclusão do ensino básico. Desse modo, há um destaque para as notas alcançadas nas avaliações em larga escala e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Todo esse processo exige bastante dedicação dos professores e discentes ao longo do ano letivo.

No entanto, é comum haver uma constante cobrança por parte dos pais, do corpo docente e da gestão da escola por bons resultados nas avaliações escolares. Sendo assim, esses estudantes são preparados para a competitividade e produtividade, na perspectiva de sempre buscarem o sucesso e bons resultados, o que, sem a devida observância aos aspectos sociais, culturais e afetivos que envolvem a vida desses jovens, pode culminar em estresse para eles.

Desse modo, estudos sobre o tema já evidenciam, de forma incipiente, o estresse e o sofrimento psíquico vivenciados por estudantes do ensino médio e superior, diante do aumento do número de casos de jovens com transtornos mentais. Sobre o ensino médio integrado à educação profissional e às vivências dos estudantes, Tabaquim *et al.* (2016) destacam que:

No início do ciclo médio os alunos, advindos do fundamental, apresentam as expectativas sobre o ensino de qualidade, a capacidade de cumprirem os papéis e estarem preparados para ocupar um lugar na sociedade, um emprego valorizado, e estar pronto para ingressar na faculdade. O desafio de apropriar, compor e articular as diversas dimensões do sistema escolar com as quais eles constroem suas experiências e se constituem, produz nos jovens ingressantes um nível de stress para o enfrentamento das demandas acadêmicas. Um dos grandes desafios para a instituição escolar na atualidade é propiciar o diálogo entre as experiências dos

² O SPAECE configura-se como um sistema de avaliação para aferição do desempenho escolar dos estudantes e a mensuração da qualidade do ensino. As avaliações são aplicadas aos alunos do 2º, 5º e 9º ano do ensino fundamental, todas as séries do ensino médio e Educação de Jovens e Adultos a nível estadual. O objetivo é verificar as habilidades em leitura, português e matemática, além dos parâmetros determinados para cada ciclo educacional em questão, como forma de avaliação das ações desenvolvidas nas escolas para os estudantes nos diferentes níveis de ensino (SPAECE, 2018).

jovens estudantes e os saberes escolares, que implica um pensar crítico e capaz de gerá-lo (Tabaquim *et al.*, 2016, p. 204).

Esse contexto de tensão na busca por bons resultados – como uma perspectiva de desenvolvimento individual para maior competitividade ao longo da vida - durante a permanência prolongada por três anos do ensino médio, estabelece dois extremos de desenvolvimento da educação emocional dos jovens, aqueles que se adaptam à rotina e aqueles que apresentam mais dificuldades, gerando mais estresse e ansiedade durante a permanência escolar dos jovens no ensino médio.

Ao proporcionar um ambiente de constante competição ao longo da formação dos jovens do ensino médio integrado à educação profissional, sem observância dos aspectos socioeconômicos dos discentes, a escola pode configurar-se como espaço de sofrimento para estudantes e professores, visto que ambos estão inseridos em uma lógica concorrencial. A partir desse conjunto de reflexões, delineou-se a importância de estudar como o modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio implementado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional interfere na saúde mental dos discentes.

O modo como se organiza a educação para atender às necessidades de capital humano para o mercado de trabalho, diante do cenário de concorrência e competitividade para o desenvolvimento econômico dos países, tem estabelecido uma racionalidade de caráter neoliberal nas políticas educacionais, que envolve a gestão por resultados e a responsabilização de professores e estudantes na busca por melhores resultados nas avaliações externas. Esses processos avaliativos são mecanismos de mensuração do nível de conhecimento adquirido pelos estudantes, sendo assim demarcam a superioridade de determinadas escolas, estados e países quanto à aquisição de conhecimentos pelos alunos.

Desse modo, a partir das proposições de Dardot e Laval (2016), as quais remetem a uma racionalidade neoliberal que estende o modo de organização empresarial aos demais campos da sociabilidade, como a política, as relações sociais, as políticas públicas e a organização do Estado, vê-se que a Educação enquanto política pública de caráter social tem sofrido influência dessa racionalidade. Assim, a educação figura como o meio para a formação para o trabalho e para a internalização do modo de pensamento neoliberal, o qual, cada vez mais, individualiza os sujeitos na perspectiva de investirem na sua formação pessoal em nome da competitividade, em detrimento da solidariedade coletiva. Traz-se para a educação o viés de competitividade e produtividade e assim se estabelece nos estudantes um mal-estar decorrente da ansiedade e estresse para a obtenção de bons resultados para se destacar diante dos demais estudantes.

Nesse caminho, pontuam Leão, Ianni e Goto (2019), em análise sobre o ambiente universitário, que tem se aprofundado o contexto de individualização dos sujeitos, os quais são responsabilizados por toda a condução e controle da sua vida, sendo cada um responsável pelo seu sucesso, fracasso, inclusive controle das emoções e do sofrimento.

Enquanto modalidade de ensino, a educação profissional surge da necessidade de garantir uma qualificação aos trabalhadores de forma instrumental, sendo difundida e expandindo-se por todo o mundo a partir do modelo de produção fordista e taylorista. Essa educação profissional acompanha as modificações das estruturas produtivas e sociais do trabalho, ganhando maior ou menor complexidade de acordo com o desenvolvimento dos meios de produção (Kuenzer; Grabowski, 2006).

Hoje, a educação profissional no Brasil é estruturada por meio da oferta de cursos em instituições privadas e no sistema público. A partir do Decreto n.º 5.154/2004³ e dos incentivos financeiros do Programa Brasil Profissionalizado⁴, a oferta do ensino médio integrado à educação profissional no sistema público ganhou centralidade, tendo como perspectiva o princípio educativo do trabalho e a integração entre os conhecimentos técnicos e propedêuticos para uma formação integral. Desse modo, essa modalidade de ensino é ofertada em nível federal por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A nível estadual, no Ceará, é ofertada por meio das Escolas Estaduais de Educação Profissional.

No referido estado, a oferta do ensino médio integrado à educação profissional expandiu a partir dos recursos do Programa Brasil Profissionalizado, sendo objeto de campanha do Governo de Cid Gomes. Essa oferta é regulamentada pela Lei Estadual n.º 14.273/2008, que institui as Escolas Estaduais de Educação Profissional, dispondo sobre o estabelecimento das condições financeiras, técnicas, pedagógicas e estruturais para implementação dessas instituições de ensino.

Desse modo, a educação profissional tem o objetivo de garantir uma formação técnica, que, ao ser integrada ao ensino médio, propicia a possibilidade de inserção no mercado de trabalho. Portanto, as famílias e os jovens depositam suas esperanças de melhores condições de vida quando acessam uma EEEP e, dessa forma, empreendem todos os esforços necessários para obterem sucesso nas avaliações e nas experiências de estágio.

³ Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

⁴ O Programa Brasil Profissionalizado foi instituído pelo Decreto n.º 6.302, de 12 de dezembro de 2007, com o objetivo de, segundo o seu artigo 1º, “[...] estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais”.

Cabe destacar que, em pesquisa empreendida por Melo (2021) em uma Escola Estadual de Educação Profissional de Fortaleza, com 179 estudantes entre 14 e 17 anos, 80% dos jovens entrevistados relataram pensar em sair da escola devido a questões, como dificuldade de adaptação ao tempo integral, grande quantidade de disciplinas no curso e a rígida disciplina na escola, tendo os dois primeiros pontos maiores percentuais. Isso sinaliza que os estudantes percebem a sobrecarga diante da responsabilidade de se manterem estudando grande volume de conteúdos em tempo integral.

Sendo assim, os jovens estudantes das EEEP enfrentam um contexto educacional de muitas responsabilidades, o qual exige dedicação de boa parte do tempo diário diante do contexto de competitividade pela busca por melhores resultados pelas escolas. Essa realidade torna-se geradora de estresse no momento em que o estudante busca manter suas notas e seu rendimento elevados, o que pode culminar em quadros de sofrimento psíquico.

Diante desse cenário, o **questionamento central** desta tese é: Como o modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio implementado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional interfere na saúde mental dos estudantes?

Para subsidiar a busca por responder à questão central, também procuramos responder a questões que envolvem o cotidiano escolar dos estudantes: Como a ampliação da carga horária e das disciplinas do ensino médio integrado à educação profissional repercute na saúde mental dos estudantes das EEEP de Fortaleza? Como as vivências cotidianas nas EEEP interferem na sociabilidade e saúde mental dos estudantes? Quais ações são realizadas pelos profissionais das EEEP para a promoção do fortalecimento da saúde mental dos estudantes?

A partir dos questionamentos desenvolvidos em torno do tema, a **hipótese** defendida é: O modelo educacional implementado nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, influenciado pelas reformas de cunho neoliberal, interfere na sociabilidade dos estudantes, gerando estresse e sofrimento psíquico nesse público. A partir desse contexto, a **tese** desta pesquisa é: O contexto educacional neoliberal, quando incorporado ao projeto pedagógico das Escolas Estaduais de Educação Profissional cearenses, imprime uma lógica centrada no desempenho, influenciando na sociabilidade e na saúde mental dos estudantes.

Diante da construção delineada acima, a fim de alcançar as respostas em torno da tese defendida, o **objetivo geral** da pesquisa é: Analisar a relação entre a implementação do modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio e à saúde mental dos estudantes. Para o aprofundamento do debate, configuram-se como **objetivos específicos**: Analisar as repercussões da ampliação da carga horária e das disciplinas do ensino médio integrado à educação profissional na saúde mental dos estudantes das EEEP de Fortaleza

pesquisadas; Investigar as implicações das vivências cotidianas nas EEEP para a sociabilidade e a saúde mental dos estudantes; e Identificar ações estratégicas realizadas pelos profissionais das EEEP voltadas para o fortalecimento da saúde mental dos estudantes.

O caminho metodológico empreendido tem como base a pesquisa documental e bibliográfica com vistas ao aprofundamento teórico de questões identificadas na prática profissional como assistente social em Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i), e, também, da realização de oficinas que abordam o tema da saúde mental no contexto escolar, as quais são realizadas com estudantes em Escolas Estaduais de Educação Profissional.

O presente texto inicia com a introdução que contextualiza o tema estudado, delinea a problematização do assunto a partir dos pontos centrais analisados no processo de constituição do ensino médio integrado à educação profissional e como a organização dessa política pode interferir na saúde mental e sociabilidade dos jovens. Na introdução, também apresentamos a justificativa em pesquisar o assunto, a partir das observações do meu cotidiano profissional e diante da escassez de estudos sobre o tema no que diz respeito à realidade das Escolas Estaduais de Educação Profissional. Na sequência, apresentamos os conteúdos dos demais capítulos desta tese.

O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórico-metodológica que tem como norte o paradigma marxista, por meio do materialismo histórico-dialético, a fim de realizar uma análise de base contextualizada com a realidade socioeconômica dos sujeitos. A pesquisa consiste no aprofundamento de tema identificado na prática profissional, sendo embasado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

O capítulo 2 também apresenta o referencial teórico que possibilita a delimitação do objeto de estudo, por meio do debate sobre a constituição da educação brasileira a partir das relações internacionais e da consolidação da educação pública brasileira como direito da população e base para o desenvolvimento social e econômico. A educação brasileira a partir de 1990 tem um direcionamento de base neoliberal com elementos de organização empresarial na busca de resultados e mensuração da qualidade por meio de avaliações, e esse cenário perpassa a organização da educação também a nível estadual. Ademais, o capítulo destaca-se a política de educação profissional e seu considerável avanço na educação no estado do Ceará com elementos da organização de base neoliberal. A partir do delineamento dessa política, sob o contexto de busca por produtividade e bom rendimento, desenvolvemos a interface entre o discurso produtivista e competitivo no desenvolvimento de sofrimento mental nos sujeitos.

No capítulo 3, está elencado o estado da arte sobre o tema, no qual pesquisamos a literatura já produzida acerca do assunto a partir dos descritores: educação profissional, neoliberalismo, juventude e saúde mental. As buscas foram realizadas nas bases de dados de maior relevância acadêmica: *Scielo*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos CAPES e *Google Acadêmico*. A partir dessa busca de produções publicadas com recorte temporal entre os anos de 2010 e 2021, foram identificadas teses, dissertações e artigos acadêmicos relacionados ao assunto, mas somente um tratava diretamente da relação entre ensino médio integrado à educação profissional e à saúde mental dos estudantes.

O capítulo 4 compreende o debate teórico acerca da constituição da sociedade capitalista sob o prisma neoliberal e a relação com a perspectiva da educação como formação de capital humano para a manutenção do modo de produção capitalista cada vez mais automatizado e com necessidade de trabalhadores mais qualificados. Na sequência, tratamos sobre a constituição da política de educação no Brasil e no Ceará a partir do processo de reformas educacionais empreendidas na década de 1990 e consolidadas até o presente. A partir dessa análise, compomos o debate acerca da centralidade do desempenho e como as estruturas educacionais podem interferir na saúde mental dos estudantes.

No capítulo 5, teceram-se as discussões referentes às informações colhidas por meio do diálogo com os estudantes, a partir de oficinas realizadas em três EEFP localizadas na cidade de Fortaleza. Com base nas informações advindas dos diálogos com os estudantes, o debate estruturou-se em três eixos: elementos decorrentes do currículo e volume de aulas como causadores de estresse e fator para potencial sofrimento psíquico; as vivências no cotidiano escolar e a correlação com o sofrimento psíquico dos alunos; as ações realizadas pelos profissionais das EEFP que fomentam o cuidado com a saúde mental dos estudantes, bem como, o potencial da escola em atuar como local de proteção à saúde mental dos estudantes, por meio de intervenções de cuidado multiprofissional às demandas de saúde mental e fortalecimento das ações socioeducativas sobre o assunto.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo a partir daquilo que foi discutido com as informações provenientes das oficinas e com o aprofundamento teórico empreendido. Nesse capítulo, observou-se a inter-relação entre o modelo de ensino médio integrado à educação profissional implementado e o sofrimento psíquico identificado pelos estudantes. Ademais, destacamos a necessidade de mais estudos sobre o assunto para o fortalecimento do debate e busca de uma transformação nas relações escolares.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

As políticas educacionais são perpassadas pelas relações internacionais e, segundo Amaral (2010), as ações não são impostas de um país para outro, mas os debates convergem de forma a refletir um regime internacional de educação, cujos elementos constitutivos envolvem princípios, normas, regras e procedimentos considerados estratégicos para resolver determinadas problemáticas. Nesse contexto, constituíram-se acordos internacionais entre países a partir de tratados e convenções que ditam as orientações de como alcançar melhores níveis educacionais e os conhecimentos necessários para o desenvolvimento pessoal, econômico e social. Desse modo, ao longo das últimas décadas, os países implementaram reformas para o alinhamento da gestão educacional e direcionamento pedagógico em escala global, como indica Amaral (2010):

Como já mencionado, os debates atuais sobre a reforma dos sistemas de educação indicam internacionalmente um nível elevado de similaridade. As linhas ao longo das quais são discutidas e implementadas as reformas são praticamente as mesmas em escala global: mudança do foco (antes no input e agora no output das instituições de ensino e dos docentes), o paradigma da eficiência e eficácia, descentralização da gestão, a introdução de mecanismos de mercado, avaliação e benchmarking das instituições são alguns dos elementos das reformas e políticas educacionais não somente no Brasil, mas também na maior parte dos países (Amaral, 2010, p. 50).

Esse processo implica também o direcionamento para uma visão utilitarista da educação para interesses econômicos, de eficiência e eficácia para o desenvolvimento nacional dos países. As mudanças no modo de produção exigem novos conhecimentos teóricos e práticos que acompanhem a inovação e as mudanças tecnológicas, as quais repercutem em novas demandas de escolarização da população.

Sobre o regime internacional de educação, Amaral (2010) pontua que é resultado da relação “entre elementos cognitivos (princípios, normas e valores) e novos agentes (organismos internacionais, ONGs etc.) em novos contextos sociais” (Amaral, 2010, p. 50). Esses elementos cognitivos são imbuídos por uma racionalidade que busca imprimir maior eficiência nos processos educacionais aos moldes do mercado e uma versão social dessa racionalidade a partir do debate da democratização do acesso à educação e de sua qualidade e utilidade para a sociedade e para as pessoas.

A partir da globalização das relações sociais e econômicas no mundo, os países em desenvolvimento são influenciados a adotar ações neoliberais. Dentre as medidas orientadas, Lopes e Caprio (2008) destacam a definição de políticas e prioridades com base na

análise econômica que estabelecem uma correlação de custo-benefício dos investimentos a partir dos retornos em produtividade dos indivíduos à sociedade. Trevisol e Almeida (2019), coadunando com as análises de Lopes e Caprio 2008, ressaltam que:

A escola como ambiente formativo torna-se no mundo globalizado a própria empresa, não somente pela sua organização, mas pela condição de formação da consciência dos indivíduos. A sociedade cognitiva neoliberal, ao propor a formação do eu-empresa, produz uma nova ética empresarial que passa a orientar os comportamentos sociais. Conforme Dardot e Laval (2016), a ética empresarial exalta o homem que se faz a si mesmo e a realização plena. Ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal: sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos de nossa vida um sucesso (Trevisol; Almeida, 2019, p. 212).

Sobre isso, Alves e Moraes (2006), em análise sobre o toyotismo e a reestruturação produtiva, reiteram a captura da subjetividade dos trabalhadores, em que as concepções de produtividade do trabalho ultrapassam esse ambiente e se estendem à vida pessoal. Desse modo, a respeito da conjuntura de estruturação desse modo de gestão do trabalho, os autores asseveram:

Entretanto, é importante destacar que a nova subjetividade do trabalho é constituída por um processo complexo que articula instâncias da produção e da reprodução social e a subjetividade de classe do trabalho articulada pelo toyotismo é uma subjetividade clivada, dividida entre a dimensão racionalizante e irracional da vida social. É esta esquizofrenia do capitalismo global que permite a constituição na instância da produção de uma suposta nova subjetividade do trabalho, "capturada" pelos valores empresariais (Alves; Moraes, 2006, p. 112).

Nesse ínterim, diante da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho na atualidade, as pessoas têm acesso a formas instáveis de empregabilidade e são impelidas a adaptarem-se a essa nova realidade, nas quais lhes é incentivado investir em si mesmas como uma empresa que deve investir esforços para ser rentável. Desse modo, os indivíduos devem buscar estar sempre produtivos e procurar continuamente novos conhecimentos que possam garantir que estejam aptos a ocupar uma vaga no mercado de trabalho. Em outras palavras, os trabalhadores devem reiteradamente estar produzindo algo para a garantia do próprio sustento, a partir de uma lógica de busca constante pelo máximo desempenho.

Sobre esse quadro, Alves, Moreira e Puziol (2009) afirmam que, para a incorporação do ideário neoliberal e maior adaptação ao modelo de produção toyotista, as reformas na educação brasileira tiveram como norte a teoria do capital humano partindo do discurso de que a qualificação profissional é responsável pelo desenvolvimento de um país. No entanto, a perspectiva que se desenvolveu foi a de responsabilização dos indivíduos por

sua formação e exercício profissional, sem considerar os contextos sociais, econômicos e políticos envolvidos na constituição da sociedade.

Oliveira (2001), por sua vez, relata que, de forma descontextualizada das conjunturas social, política, econômica e de desigualdade social, as quais permeiam as relações sociais, a teoria do capital humano define que:

[...] uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários (Oliveira, 2001, p. 28).

Na prática, ocorreu o direcionamento ao desenvolvimento de competências como característica central das mudanças presentes nas reformas educacionais. Essas competências estão em consonância com o debate internacional e as orientações dos organismos multilaterais para o desenvolvimento econômico dos países, conforme destacam Alves, Moreira e Puziol (2009):

As políticas educacionais amparadas pela ideologia das competências, que atuam no estabelecimento de uma pedagogia para a hegemonia do capital, reproduzem a nova ordem do capitalismo flexível, eixo da formação profissional. O poder da ideologia das competências é intenso e por meio dos conceitos: empregabilidade, flexibilização e desregulamentação, promovem-se a adequação da educação a essa nova realidade, pois ‘O sistema do capital produz e reproduz suas próprias condições ideológicas. Sob o capitalismo global, a ideologia tornou-se deveras útil e voraz para a sócio-reprodutibilidade crítica do capital’ (Alves; Moreira; Puziol, 2009, p. 51).

Considerando o exposto, é importante destacar que, no âmbito da política de educação profissional, existem diversas parcerias com o setor privado para a execução do projeto de ensino. Instituições como Instituto Leman, Instituto Ayrton Senna e Grupo Odebrecht têm sido contratadas para assessorar as secretarias de educação na adoção de uma gestão por resultados, imprimindo às instituições educacionais uma lógica empresarial. As organizações não governamentais, nesse contexto, são contratadas para implementar modelos educacionais considerados como aqueles que melhor atendem às necessidades para o alcance de uma educação mais eficiente na formação de capital humano.

Nesse caminho, a avaliação dos conhecimentos dos estudantes, por meio de avaliações em larga escala, toma centralidade enquanto processo de mensuração quantitativa dos resultados alcançados na educação. A partir desses resultados, estabelece-se uma competitividade a nível internacional quanto aos índices e conhecimentos considerados

relevantes para o desenvolvimento dos países. No Brasil, desde a década de 1990, as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) destacam-se como exemplos desse processo, visto que auferem os níveis de conhecimento dos estudantes em língua portuguesa e matemática, dentre outros componentes do rendimento escolar, como índices de aprovação e reprovação dos alunos. Tal prática estabelece comparativos entre os estados, o que gera competitividade entre os entes federados que querem se mostrar mais eficientes.

No Ceará, desde 1992, foi criado o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE), o qual tem como objetivo avaliar a proficiência em língua portuguesa e matemática dos estudantes das escolas cearenses, estabelecendo mecanismos de recompensas a exemplo do Projeto Escola Nota Dez⁵, que premia as escolas com melhores resultados, por meio de incentivos financeiros aos profissionais, investimentos para as escolas e entrega de *tablets* e computadores aos alunos. Compreende-se, portanto, que há o estímulo pela busca por maior desempenho para ganhos secundários, ocasionando o risco de centralidade no alcance dos melhores índices nas avaliações externas, em detrimento da aprendizagem integral dos estudantes. Costa e Vidal contribuem com as análises ao ressaltarem que:

A partir de 2007, o Spaece assumiu o protagonismo no desenho de uma política educacional cujo monitoramento é feito pelos resultados alcançados pelos alunos. Aplicado de forma censitária nas redes estadual e municipais, o Spaece passou a ser o vórtice sobre o qual se aglutina parcela expressiva das iniciativas de políticas para a rede estadual e orienta a pauta do pacto federativo com os municípios no chamado regime de colaboração (Costa; Vidal, 2020, p. 129).

Vieira, Plank e Vidal (2019) apontam, por sua vez, que, dentre os elementos que compõem as reformas da educação pública no Ceará, tem destaque a adoção da gestão por resultados, a qual implica a aplicação de investimentos de acordo com os bons resultados obtidos nas avaliações externas. Esse processo envolve a responsabilização de professores, os quais devem buscar formas de manter os discentes produtivos; e dos estudantes, que devem se dedicar para obter melhores resultados nas avaliações.

⁵ O Prêmio Escola Nota Dez foi instituído pela Lei n.º 15.923/2009 do estado do Ceará com a finalidade de premiar as Escolas Públicas com os melhores resultados de aprendizagem no segundo, quinto e nono ano do ensino fundamental dentre as escolas do Ceará. Assim, recebem a premiação as cento e cinquenta escolas com melhores índices de desempenho escolar, avaliadas a partir dos índices de alfabetização e participação no SPAECE. A premiação corresponde a uma quantia em dinheiro que deve ser destinada a melhorias na escola. Importa destacar que as cento e cinquenta escolas com menores desempenhos escolares também recebem quantias para que possam investir em ações na busca de melhorar os índices de desempenho.

Desse modo, as buscas por resultados e bônus para as escolas comparam-se à busca por lucros, em que as boas notas dos estudantes significam que o modelo educacional está sendo promissor, mesmo que o processo educativo esteja permeado pela responsabilização de professores e estudantes no processo de alcance de tais resultados. Isso significa dizer que os docentes devem estar sempre motivando e garantindo a participação dos estudantes, e estes devem estudar cada vez mais para obterem notas satisfatórias, as quais são tomadas como parâmetro de sucesso escolar, além de garantirem uma boa propaganda para a escola.

Durante atividade de educação em saúde realizada em três EEEP de Fortaleza com um total de 54 estudantes, eles deixaram clara essa preocupação em alcançar bons resultados, pois afirmaram que buscam obter boas notas também para que a escola mantenha uma boa imagem, ao apresentar bons resultados nas avaliações de larga escala. Além disso, apresentam bastante preocupação quanto ao bom resultado no ENEM, tanto pela oportunidade de entrar na universidade quanto para boa promoção da escola.

Assim, essa configuração pedagógica baseada na busca por maior desempenho dos estudantes a partir da lógica de mensuração de resultados qualitativos em métricas, que inserem as escolas e seus alunos em uma competitividade local, nacional e global, também gera nos envolvidos a ideia de sempre buscar resultados positivos de acordo com os padrões dimensionados pelos modelos atuais de organização do ensino. Diante desse cenário, urge a necessidade de atenção às consequências desse processo na formação social e pessoal dos estudantes.

Na atualidade, aos sujeitos são exigidos alto desempenho e produtividade, que passam a ser considerados sinônimos de sucesso pessoal e profissional. Nesse contexto, Byung-Chul Han (2015) tece uma pertinente análise sobre o que ele chama de paradigma da sociedade do desempenho que vem substituir a sociedade disciplinar. Segundo o autor, as relações que antes eram baseadas na obediência e coerção para as práticas das atividades laborais, passam a ser incentivadas pelo desempenho ou pelo esquema positivo do poder, em que as pessoas desenvolvem uma autoexploração na perspectiva de serem mais produtivos.

A partir da construção subjetiva de que a meritocracia e a busca por mais desempenho conferem maior possibilidade de alcançar melhores condições de vida, as pessoas são envolvidas em um contexto contínuo de busca e manutenção da produtividade. Ao analisarmos o contexto escolar da forma que tem se constituído, temos a legitimação das avaliações de desempenho dos estudantes como parte principal da gestão por resultados, em que há uma movimentação em prol do incentivo à participação e alcance de boas notas para o

reconhecimento dos estudantes e das escolas, por meio do desempenho nas avaliações em larga escala.

É por meio das notas que os estudantes se destacam e demonstram o seu desempenho escolar, sendo assim, há a valorização do sucesso por meio das notas mais altas e de melhor desempenho nos exames para o ingresso no ensino superior. Isso confere aos alunos uma inserção por melhor desempenho, ao passo que o destaque no ambiente escolar, por meio das notas, gera uma satisfação que os alunos buscarão sentir cada vez mais enquanto objetivo de mérito pessoal.

Tal contexto imprime à educação o papel de formação do sujeito neoliberal, em que, segundo Dardot e Laval (2016), de acordo com a sociedade que supervaloriza a cultura empresarial, o sujeito deve sempre buscar o máximo desempenho para o alcance da produtividade. Diante das conformações do mundo do trabalho, as pessoas devem manter-se com bom desempenho para o trabalho, capazes de conferir a reprodução da acumulação capitalista de forma contínua.

Na construção da sua subjetividade, os indivíduos são incentivados a associar os dispositivos de gozo e desempenho que se constituem, segundo Dardot e Laval, em “mecanismos diversificados de controle, avaliação, incentivo e participação de todas as engrenagens da produção, de todos os modos de consumo, de todas as formas de relações sociais” (Dardot; Laval, 2016, p. 362). No contexto educacional, os estudantes buscam sempre obter o melhor rendimento possível de acordo com os padrões de excelência presentes no ambiente escolar, mas quando os objetivos não são alcançados e as notas não são as mais altas, estabelece-se um processo de sofrimento e estresse diante dos resultados não satisfatórios.

No ambiente escolar, é cada vez mais presente a dicotomia entre fracasso e sucesso, os quais estão relacionados à adaptação ao contexto escolar e à obtenção de boas notas nos exames, sejam das disciplinas comuns ou de avaliações em larga escala promovidas pelas secretarias de educação para mensurar o desempenho dos alunos. Esse processo tem proporcionado inúmeras comparações entre escolas, inclusive entre estados e países diferentes, sem considerar as diferenças socioeconômicas e culturais, estabelecendo parâmetros de desempenho a serem alcançados pelos estudantes. Segundo Caponi e Daré (2020, p. 310):

Sob o jugo das imposições do neoliberalismo, os alunos que fracassam são aqueles que não investiram o suficiente em seu capital humano, que não se responsabilizaram pelo sucesso de seus projetos individuais, que não alcançaram os

índices estabelecidos fora de suas realidades sociais. Mas também são aqueles cujas notas nas avaliações fazem os índices educacionais diminuírem, que desistem de ser competitivos, eficazes e, sobretudo, aqueles que não alcançam a performance almejada.

Isso significa dizer que aqueles que não corresponderem ao que é estabelecido estarão expostos a rotulações de sucesso e fracasso a partir do desempenho escolar. Nesse caminho, estabelece-se o processo de incentivo constante à produtividade e competitividade na busca por desempenho nas avaliações educacionais, como foco de sucesso na vida, sendo os adolescentes ainda mais cobrados por estarem aproximando-se da idade permitida para o ingresso no mercado de trabalho.

Cabe esclarecer que a educação no Brasil é dividida em Educação Básica e educação superior, o primeiro nível compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a Lei n.º 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 22, a “Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Nesse contexto, o ensino médio representa a última etapa para a conclusão da Educação Básica e apresenta um direcionamento dos estudos voltado para o alcance do ensino superior ou para a obtenção de uma formação de nível técnico. Assim, podemos observar tais pressupostos no artigo 35 da LDB que dispõe:

O ensino médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 - II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 - III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 - IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (Brasil, 1996, s. p.).

Desse modo, o ensino médio representa o fim do ciclo de Educação Básica com vistas a consolidação da formação dos jovens para que prossigam participando da sociedade como cidadãos e profissionais com qualificação para atuar no mercado de trabalho. É importante salientar que a obrigatoriedade da oferta do ensino médio pela rede pública, com vistas a uma universalização, ocorreu a partir da Emenda Constitucional n.º 59/2009 que estabeleceu a obrigatoriedade da oferta de educação de crianças e adolescentes de quatro a

dezessete anos. Desse modo, não houve somente uma obrigatoriedade dos responsáveis em realizar a matrícula de seus filhos, mas também do Estado em garantir número suficiente de vagas para a expansão do número de matrículas.

Silva (2020), Habowski e Leite (2022) destacam que no Brasil há uma desigualdade no acesso à educação ao destacarem que o ensino médio é uma etapa da Educação Básica de acesso obrigatório recente para as classes populares, diante da obrigatoriedade da Emenda Constitucional n.º 95/2009. Esse quadro imprime desafios à educação pública na perspectiva de oferta de ensino de qualidade, garantia da permanência e diminuição dos níveis de abandono e reprovação.

É importante destacar que o ensino médio se configura como campo de disputas políticas, sendo visto pelos setores econômicos como meio para a formação necessária ao mercado de trabalho. Sendo assim, há destaque na oferta de ensino profissionalizante, principalmente para os jovens das classes subalternas. Diante do exposto, Habowski e Leite (2022) destacam que o ensino médio se configura como um elemento de tensão entre os grupos empresariais, estudiosos e políticos na perspectiva de buscar uma formação que atenda às necessidades do mercado de trabalho e que apresente conteúdos que favoreçam a permanência dos jovens no ensino médio.

Desse modo, ao buscar moldar o ensino às exigências do mercado, ocorreram reformas no currículo do ensino médio. Nesse caminho, Sacristán (2013) assim define currículo:

O conceito de currículo, desde seu uso inicial, representa a expressão e a proposta da organização dos segmentos e fragmentos dos conteúdos dos conteúdos que o compõem; é uma espécie de ordenação ou partitura que articula os episódios isolados das ações, sem a qual esses ficariam desordenados, isolados entre si ou simplesmente justapostos, provocando uma aprendizagem fragmentada. O currículo desempenha uma função dupla – organizadora e ao mesmo tempo unificadora – do ensinar e do aprender, por um lado, e, por outro, cria um paradoxo, devido ao fato de que nele se reforçam as fronteiras (e muralhas) que delimitam seus componentes, como, por exemplo, a separação entre as matérias ou disciplinas que o compõem. (Sacristán, 2013, p. 17).

Pode-se observar, portanto, que a estruturação do ensino médio no Brasil, a partir da década de 1990, tem se alinhado aos ditames neoliberais que influenciaram as reformas curriculares dessa etapa de ensino. Silva e Oliveira (2023) esclarecem que os principais pontos de modificação curricular do ensino médio no Brasil ocorreram em 1998, com a Elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2011 e 2012 com a elaboração de novas DCNEM

em substituição às anteriores e em 2017, com a aprovação da Lei n.º 13.415/2017, conhecida como Novo Ensino Médio, que exigiu a elaboração de novas DCNEM em 2018.

É importante destacar nesse processo a proposta curricular aprovada em 2017, por meio da Lei n.º 13.415/2017, cujos debates iniciaram em 2013, objetivando a construção do estabelecimento de uma Base Nacional Comum Curricular, tendo como principal proposta a inclusão de itinerários formativos (linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, formação técnica e profissional).

Cabe salientar que a principal crítica a essa proposta compreende a sua perspectiva de flexibilização, que culmina em fragmentação do ensino. Silva e Oliveira (2023) problematizam que a oferta de ensino por meio de itinerários desconsidera a heterogeneidade dos municípios brasileiros, visto que alguns apresentam somente uma ou duas escolas de ensino médio. Desse modo, não haveria uma variedade de escolhas para os estudantes, assim, a implementação dessa proposta curricular passou por muitos debates e críticas que culminaram na Lei n.º 14.945/2024. Dentre as alterações dessa nova lei, destaca-se a possibilidade de os estudantes cursarem um segundo itinerário formativo após a conclusão do ensino médio, o que oportuniza aos sujeitos alternativas de escolha caso queiram prosseguir com os estudos em outra área de conhecimento.

Diante dessa conjuntura, a educação profissional tem a função de inserir os jovens na lógica econômica vigente, no caso a neoliberal, perpassada pela flexibilização das relações de trabalho e instabilidade dos vínculos trabalhistas, sendo assim, é necessário que os jovens estejam preparados para se tornarem empregáveis e produtivos. É importante destacar que a educação profissional surge da necessidade de garantir uma qualificação aos trabalhadores de forma instrumental, sendo difundida a partir do modelo de produção fordista e taylorista, expandindo-se por todo o mundo, das necessidades da divisão social e técnica do trabalho. Essa educação profissional acompanha as modificações das estruturas produtivas e sociais do trabalho, ganhando maior ou menor complexidade de acordo com o desenvolvimento dos meios de produção (Kuenzer; Grabowski, 2006).

No Brasil, a educação profissional tem sua gênese relacionada ao assistencialismo e profissionalização de crianças e adolescentes indigentes. Sendo assim, a oferta dessa modalidade de ensino é marcada pela dualidade do acesso à educação, em que se oferece à classe trabalhadora uma educação de caráter instrumental; já o acesso ao ensino superior, permeado pela meritocracia, inscrita na própria LDB, tem sido alcançado, principalmente, pelos jovens das classes abastadas.

Hoje a educação profissional é estruturada por meio da oferta em instituições privadas e no sistema público. No Brasil, a articulação entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio está prevista no Decreto n.º 5.154/2004, sendo as formas de oferta determinadas no artigo 4º, em seu parágrafo 1º da seguinte forma:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:
 - a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
 - b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
 - c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio (Brasil, 2004, s. p.).

A educação técnica de nível médio tem sua regulamentação e inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em caráter detalhado associado à seção VI sobre o ensino médio a partir da Lei n.º 11.741/2008, prevendo a formação para profissões técnicas articuladas ao ensino médio. Essa educação técnica de nível médio tem como foco a garantia de formação técnica para realização de atividades produtivas que não requerem ensino superior, mas, diante dos processos de industrialização e pós-industrialização, com as modificações tecnológicas e na divisão sociotécnica do trabalho, exigem dos trabalhadores conhecimentos específicos para a realização de determinadas atividades laborais.

Cabe destacar que, mesmo com a instituição do Decreto n.º 5154/2004 e a revogação do Decreto n.º 2.208/97, o qual separava o ensino médio propedêutico da educação profissional, segundo análise de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), de imediato, não houve movimentação efetiva para uma ampla organização da integração entre ensino médio e educação profissional. Assim, prevaleceu o que vinha sendo realizado anteriormente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, uma educação profissional “marcada pela ênfase no individualismo e na formação por competências voltadas para a empregabilidade” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 1095), sem que houvesse incentivo a uma ampla oferta de educação profissional integrada ao ensino médio no sistema público de ensino.

Para a organização e expansão da educação profissional e técnica foi instituído o Programa Brasil Profissionalizado, por meio do Decreto n.º 6.302, de 12 de dezembro de

2007, o qual objetivou estimular a implementação do ensino médio integrado à educação profissional, construir um ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional, propiciar a articulação entre a escola e o mercado de trabalho em âmbito regional e local, contribuir para a conexão da educação escolar à educação no âmbito do trabalho, por meio de estágios e atividades de aprendizagem.

Para a participação no Programa Brasil Profissionalizado e recebimento de recursos financeiros do governo federal para a expansão da oferta de ensino médio integrado à educação profissional, estados, Distrito Federal e municípios devem aderir ao Plano de Metas Todos pela Educação e encaminhar suas propostas com detalhamento das atividades. O referido Programa propõe o financiamento para construções e reformas de escolas, compra de materiais e contratação de profissionais, além de oferta de formação para os professores e gestores.

No Ceará, a política de ensino médio integrado à educação profissional teve início em 2008, a partir dos investimentos proporcionados pelo convênio com o governo federal por meio do Programa Brasil Profissionalizado. É importante destacar que, antes da adesão ao programa, o Ceará não apresentava nenhuma escola de ensino médio em tempo integral. Segundo Leite e Andrade:

O *site* do Ministério da Educação (MEC) demonstra que o Ceará se destacou entre os estados brasileiros a conseguir maior volume de recursos para construção de novas unidades de ensino, sendo possivelmente, o que mais avançou na oferta de vagas (BRASIL, 2007). Uma vez atendidos os requisitos técnicos dos projetos em conformidade com o § 1º, incisos I ao III do artigo 3º da Lei nº 9.394/1996 e do Decreto nº 6.302/2007, o Ceará avançou para a assinatura do convênio inicial em 2008, o aporte de recursos financeiros do Ministério da Educação (MEC) conveniado com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados à formação e recursos pedagógicos foi na ordem de R\$ 8.519.643,17 e, para infraestrutura, de R\$ 115.721.923,75, totalizando o montante de R\$ 124.241.566,92 (Leite; Andrade, 2021, p. 31).

As autoras também destacam que o Ceará apresentava baixo desempenho e má estruturação do ensino médio, com altos índices de repetência e evasão escolar. A partir dos investimentos proporcionados pela adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, o governo estadual cearense aplicou recursos para organizar a infraestrutura das escolas, adquirir livros e materiais pedagógicos, realizar formação dos profissionais da educação e reorganizar a proposta pedagógica a partir da integração do ensino médio à educação profissional. Esse processo proporcionou mudanças significativas no cenário educacional de nível médio no estado, possibilitando um maior acompanhamento dos estudantes e melhores resultados quanto à aprendizagem e conclusão do ensino médio.

Houve um claro investimento na expansão do número de escolas profissionais ao longo dos últimos 16 anos, totalizando 132 escolas de educação profissional integrada ao ensino médio em 2024. Importa destacar, por sua vez, que o estado do Ceará conta, atualmente, com três tipos de escolas de ensino médio: as regulares, em que o aluno tem aulas durante um turno; as de tempo integral, em que há oferta de aulas nos turnos manhã e tarde; e as de ensino médio integrado à educação profissional, em que os estudantes têm aulas das disciplinas da base comum e da base técnica em tempo integral.

As escolas de ensino médio integrado à educação profissional são consideradas como referências de bom desempenho, com bons índices educacionais, cujos estudantes destacam-se com notas melhores que daqueles de escolas regulares, bem como apresentam um número maior de estudantes que ascendem ao nível superior. Além disso, têm melhores resultados nas avaliações em larga escala.

As matrizes curriculares dos cursos das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará (EEEP) são compostas por: Formação Geral (componentes curriculares da base nacional comum) com carga horária total de 2.160 horas; Formação Profissional com 800 a 1200 horas, somando-se a isso mais 300 horas de estágio curricular; e a Parte Diversificada com carga horária variável de acordo com o curso. Ao final dos três anos de ensino médio, os estudantes devem cumprir 5.400 horas, entre carga horária de aulas e estágio curricular, sendo este realizado no último ano do curso (Ceará, 2023a).

A formação geral apresenta 12 disciplinas da Base Nacional Comum (língua portuguesa, matemática, inglês, artes, educação física, história, geografia, filosofia, sociologia, biologia, física e química). A formação profissional apresenta disciplinas de acordo com os conhecimentos específicos de cada curso. A parte diversificada é composta por uma base comum em todos os cursos, a qual compreende: Projeto de vida (180 horas), Oficina de Redação (60 horas), Empreendedorismo (80 horas), Formação para cidadania (120 horas), Mundo do trabalho (100 horas) (Ceará, 2023a).

As matrizes curriculares das EEEP contemplam cursos que envolvem variadas áreas de conhecimentos para o desenvolvimento de trabalhos técnicos profissionais. A seguir, elencamos os cursos e as respectivas áreas de conhecimento:

Quadro 1 – Áreas de conhecimento e cursos ofertados nas EEEPs em 2023

Áreas de conhecimento	Cursos
Ambiente e saúde	Enfermagem; Estética; Massoterapia; Meio Ambiente; Nutrição e Dietética; Saúde Bucal
Controle e processos industriais	Automação Industrial; Eletromecânica; Eletrotécnica; Fabricação Mecânica; Manutenção Automotiva; Mecânica; Sistemas de Energia Renovável
Desenvolvimento educacional e social	Secretaria Escolar Tradução e Interpretação de Libras
Gestão e negócio	Administração; Comércio; Contabilidade; Finanças; Logística; Secretariado Transações Imobiliárias
Informação e comunicação	Computação Gráfica; Desenvolvimento de Sistemas; Informática; Redes de Computadores
Infraestrutura	Agrimensura; Desenho de Construção Civil; Edificações; Portos
Produção alimentícia	Agroindústria
Produção cultural e design	Design de Interiores; Modelagem do Vestuário; Multimídia; Produção de Áudio e Vídeo; Produção de Moda; Regência
Produção industrial	Biotecnologia; Móveis; Petróleo e Gás; Química Têxtil; Vestuário
Recursos naturais	Agricultura; Agronegócio; Agropecuária; Aquicultura Fruticultura
Segurança	Segurança do Trabalho
Turismo, hospitalidade e lazer	Eventos; Guia de Turismo; Hospedagem

Fonte: Ceará (2023a).

As vagas nas EEEP são pleiteadas a partir de inscrição prévia para seleção do estudante, cujo critério para o ingresso consiste em ter boas notas durante o ensino fundamental (6º ao 9º ano ou EJA anos finais), sendo considerada a média aritmética das maiores notas referentes aos componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a classificação é por ordem decrescente de acordo com o número de vagas de cada curso. Assim, o público que acessa as referidas escolas já tem histórico de dedicação e comprometimento na busca de manter um bom desempenho.

Cabe destacar que as EEEP apresentam um percentual de vagas destinadas a estudantes egressos de escolas privadas no percentual de 20% que tenham cursado os dois últimos anos do ensino fundamental na rede privada de ensino, as demais vagas são destinadas aos estudantes da rede pública de ensino (80%). Cabe destacar que, dentre os estudantes que fazem jus às vagas nos percentuais de escolas públicas e privadas, 30% de

cada grupo deve residir no território onde está localizada a escola (dois bairros imediatamente adjacentes) (Ceará, 2023b).

As turmas são compostas por um número de 40 a 45 alunos. Nas escolas com padrão definido pelo Ministério da Educação (construídas com as estruturas padronizadas com a finalidade de ensino profissionalizante), há um número de 45 alunos. Somente o curso de Tradução e Interpretação de Libras que apresenta uma quantidade limitada a 18 alunos. Em todos os cursos, o aluno deve ingressar no 1º ano do ensino médio e seguir até o final dos três anos para obter o diploma técnico de nível médio. O tempo diário que o aluno permanece na escola é de 7 às 17 horas com direito a três refeições.

Desse modo, os discentes do ensino médio integrado à educação profissional estão diante de uma carga horária extensa de conteúdos que exigem dedicação integral aos estudos, favorecendo a diminuição do tempo de sono, de atividades de lazer, esporte e do convívio familiar. E essa realidade pode se configurar como fator de risco à saúde mental dos estudantes das escolas estaduais de educação profissional cearenses. Esse quadro é evidenciado ao conversar com os estudantes durante atividade realizada nas escolas, quando boa parte dos discentes relata não ter tempo para realização de atividades esportivas extracurriculares, e, mesmo quando buscam realizar, se sentem cansados diante do pouco tempo para descanso durante o dia.

É importante ressaltar que o estresse acadêmico já é uma realidade pesquisada em meio ao desenvolvimento de uma relação de sofrimento por discentes universitários, cujo sofrimento social e estresse gerado na busca por manter o desempenho e destacar-se em seu meio geram um sofrimento psíquico (Arino; Bardagi, 2018). Sobre esse processo de sofrimento dos estudantes universitários, Leão, Ianni e Goto (2019) destacam que:

O sofrimento individual pode estar relacionado a (i) questões coletivas, opressões ou violências específicas de determinados grupos (renda e escolaridade, gênero, raça e sexualidade, pessoas com deficiência e assim por diante), a (ii) questões socioestruturais e econômicas (mudanças das condições objetivas de vida e de consciência, modo de produção capitalista, ciclos e crises político-ideológicas e assim por diante) e (iii) relações ligadas diretamente ao contexto da Universidade (produtivismo acadêmico, jornada de trabalho e estudo, assédio moral e sexual, grade curricular, precarização das condições de trabalho e estudo, e assim por diante). Ao pensarmos o sofrimento nestas quatro dimensões, não podemos desconsiderar como elas se relacionam e se determinam mutuamente, intensificam ou aliviam o impacto sobre os estudantes e pesquisadores. Estas dimensões (individual, social, coletiva e institucional) são indissociáveis, multideterminantes e multideterminadas, para além do quadro específico do sofrimento mental (Leão; Ianni; Goto, 2019, p. 132)

Sendo assim, o sofrimento psíquico dos estudantes envolve diversos fatores. Assim como nos ambientes universitários, os estudantes secundaristas também vivenciam processos de tensão quanto às perspectivas referentes aos padrões que devem ser alcançados nos processos de ensino-aprendizagem.

Diante desse contexto, o presente estudo objetiva analisar a relação entre a implementação do modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio e a saúde mental dos estudantes. Parte-se do entendimento de que essa política educacional exige dedicação exclusiva desses alunos aos estudos, visto que permanecem em tempo integral na escola durante a semana e precisam realizar disciplinas da base comum e do ensino técnico. Tal realidade pode ocasionar a sobrecarga de atividades e culminar um quadro de ansiedade nos estudantes, advindo do excesso de conteúdos e da competitividade para o alcance de boas notas, repercutindo na falta de tempo desses jovens para realizarem atividades esportivas, sociais e de lazer.

2.1 Trajetória metodológica

O conhecimento científico tem como base os fatos reais na perspectiva de lidar com fatos e ocorrências que acontecem na realidade. Segundo Marconi e Lakatos (2003), o conhecimento científico é contingente, por ter sua veracidade ou falsidade comprovada por meio de experiência; é também sistemático por ser ordenado de forma lógica, estabelecendo um conjunto de ideias que compõem uma teoria. Como características do conhecimento científico, as referidas autoras acrescentam: a) a verificabilidade na qual as hipóteses devem ser comprovadas, a fim de garantirem a cientificidade da pesquisa; b) o conhecimento é falível na medida em que não é de caráter definitivo, pois novos estudos e técnicas podem reformular as teorias existentes.

Desse modo, a ciência para efetivar-se envolve um aparato de técnicas e conhecimentos para analisar a realidade, por meio da qual se quer desenvolver uma pesquisa para aprofundamento dos saberes sobre os fatos que ocorrem na realidade natural e social. A ciência, então, abrange tanto a realidade exata da lógica, da matemática e da natureza, quanto aqueles acontecimentos que compreendem os aspectos sociais da humanidade, os quais envolvem o conjunto de relações sociais e os meios pelos quais se mantém a organização da sociedade, a exemplo do direito e da política.

Esses pontos compõem o campo das ciências sociais e humanas que visam a estudar os fenômenos sociais, a fim de construir os conhecimentos históricos e análises sobre

a sociedade em seus mais diversos aspectos, como: a educação, o trabalho, os aspectos psicológicos dos sujeitos, dentre outras áreas.

Logo, a pesquisa no campo das ciências sociais e humanas tem como objetivo observar e construir conhecimentos acerca das questões que envolvem as nuances das relações sociais, da organização social e do desenvolvimento do homem enquanto sujeito social. A partir disso, para referendar e dar legitimidade à pesquisa, é desenvolvido um conjunto de métodos e técnicas para a garantia da confiabilidade nas pesquisas sociais.

Os paradigmas que norteiam epistemologicamente as pesquisas apresentam evoluções de acordo com as necessidades históricas de compreensão da realidade, desse modo, no campo das ciências sociais e humanas, o paradigma que norteia esta pesquisa é o Marxismo, o qual apresenta uma análise da sociedade a partir dos determinantes sociais e históricos, com base na materialidade das relações econômicas travadas na sociedade capitalista, a partir de uma análise das contradições presentes entre as classes sociais da sociedade. Para tecer suas análises, Marx construiu um método baseado na observação do movimento histórico da sociedade referenciado nas relações econômicas e sociais, o qual nomeou de método materialista histórico-dialético. Segundo Tozoni-Reais (2020):

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento apoiado no princípio da contradição) as leis fundamentais que definem a forma organizativa (material) dos homens durante a história da humanidade. (Tozoni-Reais, 2020, p. 74).

Diante disso, o método que orientou a presente pesquisa foi o materialismo histórico-dialético, com base na teoria marxista. Segundo Marx (2011), o processo de construção do conhecimento deve partir do real concreto, desenvolver observações e estudos em torno do assunto, para assim retomar a realidade, como um concreto pensado, reconstruído e problematizado. Desse modo, partimos, neste estudo, de uma realidade não problematizada para, a partir de leituras e análises contextualizadas aos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos, desvelar a essência do objeto em questão.

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras (como, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. Marx, 1982, p. 15). Mas, a teoria é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. [...] (Netto, 2011, p. 20).

O processo dialético de análise envolve desenvolver abstrações no processo de construção das análises acerca do objeto pesquisado, sendo tomado como uma totalidade concreta, constituída por totalidades de menor complexidade. É por meio das mediações que envolvem a totalidade do objeto que se constrói a rede das relações que determinam a constituição da realidade tal qual a encontramos. A partir do estudo das categorias que envolvem o objeto é que ele pode ser mais bem analisado, em observância às questões sociais, políticas, econômicas e culturais que contribuíram para a sua constituição como está apresentada na realidade (Netto, 2011).

Considerando o exposto, ressalta-se que, nesta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, pois esta considera os sentimentos, vivências e subjetividades das pessoas. Esse tipo de análise considera os dados em sua essência para além das informações estatísticas. Sobre isso, Esteban (2010) define que “[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos” (Esteban, 2010, p. 127).

Assim, a pesquisa qualitativa tem como características, a utilização de práticas descritivas e interpretativas, em que a partir das imagens e palavras que se analisam as particularidades dos fatos, que são inseridos em uma cultura e momento histórico específicos, cujo processo envolve o uso de técnicas como a observação e a entrevista. Faz-se importante destacar, nesse caminho, que a análise qualitativa é delineada de forma dedutiva, na intenção de desvelar as informações identificadas, ao contrário das formas indutivas que buscam referendar hipóteses e informações pré-concebidas (Bogdan; Biklen, 1997).

Porém, quando se fizer necessário, será utilizada a abordagem quantitativa para melhor dimensionar a realidade. Sendo importante a devida associação à análise qualitativa para o aprofundamento do conhecimento e “uma acumulação do saber, requisitos fundamentais da ciência” (Martinelli, 1999, p. 38).

Importa destacar que esta pesquisa consistiu no aprofundamento teórico a partir de oficinas sobre saúde mental realizadas com estudantes de três EEEP como parte das ações destinadas à promoção de saúde na atuação como assistente social em Centro de Atenção Psicossocial. Desse modo, por se tratar de grupos de estudantes, a pesquisa se configura como estudo de casos múltiplos.

Nesse caminho, Becker (1994) esclarece que o estudo de caso tem como objetivo uma compreensão abrangente do grupo em análise, além de tentar desenvolver aspectos

teóricos sobre processos e estruturas sociais. O estudo de caso é caracterizado por tecer análises aprofundadas de sujeitos individuais, grupos específicos, como instituições escolares, hospitalares e comunidades, por exemplo, um bairro, uma comunidade indígena, quilombolas. Sobre isso, Triviños (1987) afirma que o estudo de caso:

[...] É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente. Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. [...] Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador. Um enfoque a-histórico, reduzido às características culturais de um meio específico no qual se insere a unidade em exame, de natureza qualitativa-fenomenológica, é menos complexo, sem dúvida, que uma visão na qual se observa o fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais (Triviños, 1987, p. 134).

Sendo assim, ao propor o aprofundamento de estudos sobre aspectos apresentados por grupos de estudantes, a presente pesquisa se configura como um estudo de casos múltiplos, na perspectiva de desenvolver uma leitura da realidade a partir de grupos de estudantes de instituições educacionais diferentes. Portanto, acredita-se que, a partir desta pesquisa, pode-se tecer observações e análises sobre os processos aos quais os estudantes estão inseridos.

Quanto aos aspectos éticos, esta investigação tem por referência a Resolução n.º 510/2016, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre as pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais. Cabe destacar também o inciso VII, parágrafo primeiro do artigo 1, que elenca um tipo específico de pesquisa que não necessita de análise em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a saber: “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; [...]” (Brasil, 2016, s. n.). Portanto, o estudo contemplado nesta tese foi realizado durante a prática profissional da autora.

2.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica e documental proporciona uma melhor compreensão acerca das categorias que compõem o estudo, assim como a situação em que se encontra o objeto estudado. Para aprofundar o conhecimento, a análise transcorreu de forma dialética a fim de unir teoria e prática, e, assim, de maneira fundamentada, analisar a realidade do objeto em questão. Nesse caminho, Minayo afirma que o pesquisador deve de forma criativa

“articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações científicas” (1997, p. 44).

Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica não pode ser vista como uma repetição do que foi elaborado, mas como meio para a realização de novos enfoques e abordagens em torno de assuntos que ainda não tiveram sua discussão esgotada, na perspectiva de imprimir novas conclusões. A partir do que se tem elaborado, há uma base para aprofundamentos e análises do que ainda necessita de tratamento teórico de acordo com as mudanças sociais de cada período histórico.

A partir da pesquisa bibliográfica, podemos nos apropriar dos estudos elaborados em relação ao tema, além de compor a base de discussão teórica que contribui para desnudar o objeto de pesquisa, para que se possa analisá-lo de forma crítica no contexto sócio-histórico ao qual faz parte. Esse processo possibilita uma construção analítica em torno das categorias que compõem a análise do objeto, favorecendo uma melhor leitura da realidade. Logo, este estudo tem como categorias centrais: o ensino médio integrado à educação profissional, a sociabilidade juvenil e o sofrimento psíquico, tendo como base teórica os autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Vieira Plank e Vidal (2019), Dardot e Laval (2016), Caponi e Daré (2020) e Byung-Chul Han (2015).

Quanto à pesquisa documental, ela se configura como importante elemento para a análise do objeto, por possibilitar a busca de documentos oficiais como leis, decretos, relatórios e resoluções que organizam a Política de Educação Profissional no Brasil e no Ceará, a fim de aprofundar os estudos sobre o tema, situando o contexto social, político e jurídico que referenda a expansão e continuidade desse modelo de ensino.

2.1.2 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa decorre durante a trajetória de estudos do doutorado iniciada em 2020. O período inicial foi marcado pela pandemia COVID 19⁶ que envolveu diversas restrições e isolamento social, inclusive, aulas na modalidade presencial foram canceladas, e, para a continuidade do calendário letivo, a universidade optou por aulas *online* no formato

⁶ Covid 19 é uma infecção respiratória que foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Tal infecção com alta transmissibilidade, no início de 2020, tornou-se uma pandemia alcançando todos os países. No Brasil, o primeiro caso da doença foi identificado em fevereiro de 2020; e, no Ceará, em março de 2020. A partir de março de 2020, houve várias restrições de locomoção da população e fechamento dos estabelecimentos considerados não essenciais à população. As restrições que visavam a evitar aglomerações de pessoas no mesmo espaço duraram até o final do ano de 2021. Cabe destacar que milhares de pessoas faleceram em decorrência da infecção por Covid 19 e os casos começaram a ter menor gravidade a partir da disseminação das vacinas para imunização da população.

remoto. Cabe destacar que a restrição de aulas presenciais se estendeu durante os anos de 2020 e 2021, devido a algumas ondas de aumento de casos da doença.

Desse modo, houve certa dificuldade quanto à realização das atividades de pesquisa em campo e à continuidade de atividades com os estudantes, particularmente devido à ausência de aulas presenciais nos anos supracitados. Isso dificultou, nos primeiros anos do doutorado, o levantamento de dados necessários ao aprofundamento das reflexões para a pesquisa.

Além disso, cabe destacar as dificuldades em estabelecer um quantitativo de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional em acompanhamento nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), devido a não haver nos sistemas algo que delimite a escolaridade dos usuários dos serviços. Ressalta-se também que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), até o momento da realização desta pesquisa, não apresenta dados sobre o quantitativo de estudantes que estejam com demandas de atendimento psicossocial advindos de sofrimento psíquico e que requerem intervenção e acompanhamento especializado. Assim, este estudo tem como norte o aprofundamento teórico de questões identificadas pela autora desta tese durante a prática profissional como assistente social em Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), por meio de atividades de educação em saúde realizadas em escolas. A atuação como assistente social em CAPSi, atuando no cuidado aos usuários que apresentam transtornos mentais, representa uma perspectiva ampliada da visão de saúde como estado de bem-estar físico, mental e social. Desse modo, a equipe multiprofissional é composta por assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem que desenvolvem atividades individuais, grupos, visitas domiciliares e atividades comunitárias visando à integração comunitária dos usuários.

Dentre as atividades realizadas pelos profissionais estão as ações coletivas na perspectiva intersetorial de partilhar conhecimentos sobre a saúde mental nos diversos dispositivos presentes no território, como Centros de Referência da Assistência Social, Acolhimentos Institucionais, Escolas e Organizações não governamentais (ONGs) que promovem projetos para a comunidade. As ações ocorrem nos momentos de datas comemorativas e campanhas inerentes à promoção da saúde mental. Além disso, diante da crescente demanda com relação ao sofrimento psíquico de crianças e adolescentes, também são realizadas ações nas escolas com os estudantes com o intuito de partilhar informações pertinentes sobre a saúde mental, a fim de fomentar ações de autocuidado e a procura de acompanhamento qualificado quando há agravamento das situações.

Cabe destacar que a intersetorialidade entre as áreas da educação e da saúde são importantes na perspectiva da atenção integral de crianças e adolescentes, visto que as escolas são espaços em que os estudantes permanecem por bastante tempo durante a semana. Isso pauta a importância do debate acerca de informações que contribuam para a formação integral dos jovens, inclusive no que diz respeito ao cuidado com a saúde.

Nesse contexto, existe o Programa Saúde na Escola (PSE) que tem como objetivo central proporcionar atenção integral à saúde de crianças e adolescentes por meio de ações intersetoriais promovidas pelas secretarias de saúde e educação de municípios, estados e do Distrito Federal. Tal programa foi instituído em 5 de dezembro de 2007 pelo Decreto n.º 6.286, e atualmente regulamentado pela Portaria Interministerial n.º 1.055 de 25 de abril de 2017. O programa tem a “finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (Brasil, 2007, p.1).

Diante da preocupação com os casos crescentes de adoecimento mental de crianças e adolescentes, o debate sobre saúde mental tem ganhado maior atenção no que diz respeito às políticas públicas direcionadas para este público. Assim, recentemente, por meio da Lei n.º 14.819, de 16 de janeiro de 2024, foi instituída a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Essa legislação prevê que haja integração e articulação permanente de caráter intersetorial entre as políticas de saúde, educação e assistência social no desenvolvimento de ações para promoção, prevenção e de atenção psicossocial para a comunidade escolar (estudantes, professores, profissionais que atuam nas escolas, pais e responsáveis dos estudantes matriculados). Nessa lei também está previsto que as ações devem ser executadas de forma articulada com o Programa Saúde na Escola, por meio da coordenação dos grupos de Trabalho Intersetorial do PSE.

Desse modo, para além de ações esporádicas de educação em saúde no ambiente escolar, a legislação supracitada traz centralidade na necessidade de uma ação continuada quanto aos cuidados com a saúde mental da população, a partir de estratégias que envolvam políticas intersetoriais nos territórios. Assim, consolida-se a importância de tal debate no âmbito escolar enquanto parte do desenvolvimento humano e profissional dos estudantes.

Diante do quadro relatado, a intenção de pesquisar a relação entre a implementação do modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio e a saúde mental dos estudantes surgiu a partir de intervenções realizadas em escolas e do cotidiano dos atendimentos realizados aos adolescentes no CAPSi. Nos relatos dos estudantes sobre os fatores que causam preocupação excessiva e sofrimento, também estavam presentes aspectos

inerentes ao cotidiano escolar enquanto espaço de sociabilidade e de desenvolvimento de conhecimentos necessários ao aprimoramento humano, social e para o trabalho, devido aos desafios da convivência com pessoas diversas e os anseios gerados na busca por um bom desempenho.

Durante o processo de definição do lócus de pesquisa, houve a dificuldade de definição das escolas nas quais seriam realizadas a pesquisa, visto que são 21 EEEP em Fortaleza. Em visita à Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), realizei diálogo com profissionais de setores responsáveis pelas escolas de ensino médio e psicólogos do núcleo psicossocial, no entanto, não houve um indicativo de escolas que possuíssem mais demandas relacionadas à saúde mental dos estudantes. Então, optamos por realizar oficinas sobre saúde mental no contexto escolar com os discentes das EEEP, enquanto parte das ações realizadas no cotidiano do trabalho como profissional em Centro de Atenção Psicossocial, a fim de fomentar a promoção de saúde aos adolescentes.

Antes de abordar como as oficinas foram desenvolvidas, considera-se importante destacar que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) possui psicólogos e assistentes sociais em seu quadro de profissionais, os quais prestam suporte às escolas para assessoria das equipes no que diz respeito às questões sociais e de saúde mental que possam estar presentes no ambiente escolar de forma mais evidente. Esses profissionais atuam junto às Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação em todo o Ceará.

Na cidade de Fortaleza, os profissionais atuam junto à Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), que conta com 12 (doze) psicólogos e 3 (três) assistentes sociais, sendo quatro psicólogos e uma assistente social para cada SEFOR, visto que há uma divisão territorializada: SEFOR I – bairros das Regionais 1 e 3⁷; SEFOR II – bairros das regionais 2 e 6; SEFOR III – bairros das regionais 4 e 5. A contratação de psicólogos ocorreu em 2017 e a contratação de assistentes sociais em 2022 (Ceará, 2023).

Por conseguinte, destaca-se que as oficinas foram realizadas de forma dialogada por meio de rodas de conversa sobre o tema saúde mental, envolvendo questões do cotidiano dos estudantes que podem causar mal-estar e sofrimento. É importante salientar que essa ferramenta de ação proporciona maior possibilidade de participação dos estudantes, assim se faz necessário um número reduzido de participantes para que possa haver mais intervenções e enriquecimento do debate. Tal perspectiva coaduna com os apontamentos de Spink, Menegon e Medrado (2014) ao indicarem que:

⁷ Ver apêndice B, p. 148.

Na nossa perspectiva, as oficinas são práticas discursivas, ou seja, compreendem maneiras por meio das quais as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos a sua volta e se posicionam em relações sociais cotidianas (Spink & Medrado, 1999). Em outras palavras, são práticas sociais de caráter discursivo cuja produção remete à negociação retórica de versões, apreendida a partir da dimensão performática do uso da linguagem, cujos efeitos são amplos e nem sempre associados a intenções originais. (Spink; Menegon; Medrado, 2014, p. 34)

Desse modo, as oficinas constituem espaço de discussão que podem culminar em ideias e posicionamentos que podem suscitar a busca por transformações nos espaços sociais e institucionais. Assim, para além de uma transmissão de conhecimentos, elas proporcionam trocas de experiências que proporcionam maior pertencimento ao grupo enquanto espaço comum de relações interpessoais. Logo, “do ponto de vista teórico-metodológico, posicionamos a oficina como uma estratégia facilitadora da troca dialógica e da construção de sentidos [...]” (Spink; Menegon; Medrado, 2014, p. 34).

Portanto, nas oficinas realizadas com os estudantes das EEEP, discutiu-se sobre o conceito de saúde mental, os fatores sociais e a rotina escolar – fatores estes que podem gerar mal-estar/sofrimento psíquico –, bem como discutiu-se sobre a preocupação excessiva dos estudantes sobre o desempenho nas avaliações, assim como se as escolas ofertam ações voltadas ao tema do cuidado à saúde mental dos estudantes, com o objetivo de identificar os fatores que mais preocupam os jovens e fomentar as ações de autocuidado para a saúde mental. Também foram incentivados os cuidados com o bem-estar físico, ressaltando que influi positivamente na saúde mental.

As principais perguntas de partida para o diálogo foram: Quais fatores no ambiente/rotina escolar causam mal-estar, preocupação excessiva e/ou sofrimento? Que estratégias podem ser utilizadas para a garantia de bem-estar físico e mental? Que ações podem ser/são realizadas na escola com a finalidade do cuidado com a saúde mental dos estudantes? A partir de tais questionamentos pode-se estabelecer o diálogo com os estudantes para a construção de reflexões acerca da saúde mental no ambiente escolar.

Para a realização das oficinas, as quais seriam ofertadas para os estudantes de três EEEP localizadas na SEFOR I, foi necessário entrar em contato com os respectivos diretores e/ou coordenadores pedagógicos. Para que houvesse jovens de turmas variadas e a viabilização de um maior número de participantes, foram convidados estudantes de cada turma para participar da atividade. Em cada oficina, participaram cerca de vinte alunos, visto que o intuito era facilitar um melhor diálogo e que eles pudessem expressar suas opiniões.

A partir de uma metodologia dialogada e dinâmica, que pudesse permitir maior participação dos discentes, em novembro de 2023, foram realizadas duas oficinas sobre saúde

mental com os jovens estudantes das EEEP selecionadas. E, no mês de outubro de 2024, foi realizada mais uma oficina com outro grupo de estudantes. Nesse momento, eles puderam expressar suas considerações sobre a relação entre a saúde mental e o contexto escolar e social ao qual estão expostos.

As oficinas tiveram duração de uma hora, sendo realizada uma em cada escola, de acordo com o que foi planejado com os coordenadores e diretores, bem como foi disponibilizada uma sala de aula para que fosse viável reunir os discentes e realizar a atividade. Diante do exposto, caracterizou-se o universo da pesquisa e traçou-se o perfil dos estudantes participantes. A saber:

Quadro 2 – Descrição dos participantes das oficinas

ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	SÉRIES	IDADES	CURSOS
A	12	1º e 2º	15 a 17 anos	Edificações, Estética e Redes
B	22	1º, 2º e 3º	15 a 19 anos	Administração, Contabilidade, Design de Interiores, Informática e Regência
C	20	1º e 2º	15 a 17 anos	Hospedagem, Enfermagem, Segurança do Trabalho e Intérprete e Tradução de Libras

Fonte: Elaboração própria (2024).

As oficinas consistiram em momentos de diálogo com os estudantes sobre os aspectos referentes aos fatores sociais, familiares e escolares que se relacionam com o sentimento de mal-estar e sofrimento psíquico. A intervenção aconteceu por meio do diálogo e da escrita, a fim de manter uma boa relação com esses estudantes e para que todos participassem, visto que aqueles que preferiram se expressar por meio da escrita também participaram ativamente do momento. Importa inferir que os alunos demonstraram satisfação em participar da atividade, pois nesse momento indicaram sentirem-se ouvidos, além de considerarem a equipe do CAPS como ponte para um diálogo com os gestores das escolas.

Considera-se importante ressaltar, neste momento, que o município de Fortaleza apresenta 21 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), as quais, de acordo com a distribuição das Secretarias Regionais de Educação (SEFOR), estão distribuídas da seguinte forma: seis escolas na SEFOR I, sete na SEFOR II e oito na SEFOR III. As escolas escolhidas para a realização da pesquisa estão localizadas na SEFOR I, a qual abrange as regionais administrativas de Fortaleza um e três. Elas são aquelas que abrangem a área de atendimento

no CAPS infantil no qual a pesquisadora trabalha. Assim, as ações de educação em saúde são realizadas nas escolas abrangidas por essas regionais.

Por conseguinte, para melhor delimitação do universo de pesquisa, optou-se por aprofundar as análises sobre a realização das oficinas com estudantes de três escolas, que representam 50% das escolas presentes na SEFOR I, sendo duas localizadas na regional 1 e uma na regional 3. Tal delimitação garante uma heterogeneidade de respostas, visto que são estudantes que têm vivências diversas de acordo com a organização escolar, as relações com os membros da escola e da família. Para melhor compreensão, foram categorizadas as escolas no quadro 2:

Quadro 3 – Caracterização das escolas

ESCOLA	Nº TOTAL DE ALUNOS	CURSOS OFERTADOS
A	353	Edificações, Estética e Redes
B	406	Administração, Contabilidade, Design de Interiores, Informática e Regência
C	491	Enfermagem, Informática, Segurança do Trabalho, Tradução e Intérprete de Libras, Hospedagem.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Essas escolas apresentam estruturas adaptadas a partir de estruturas existentes de escolas estaduais construídas, sendo o espaço, muitas vezes, insuficiente para comportar a estrutura de laboratórios, refeitório, espaços de convivência e auditório. No quadro 4 abaixo, tece-se um comparativo com a estrutura de escolas consideradas padrão do Ministério da Educação para escolas de ensino médio integrado à educação profissional, que são construídas com financiamento e estrutura pré-estabelecida, e as escolas adaptadas para receber as EEEP.

Quadro 4 – Comparativo de estruturas das EEEP

Estrutura	Escolas Adaptadas	Escolas Padrão MEC
Nº salas de aula	8 a 12 salas	12 salas
Laboratórios	Adaptados às salas existentes, funcionando alguns no mesmo espaço (química/física)	Informática (2); química; física; matemática; biologia. Espaços específicos para laboratórios técnicos.
Salas administrativas	Espaços adaptados de acordo com a estrutura de cada escola	Direção, Coordenação, supervisão, grêmio estudantil.

Continua.

Quadro 4 – Comparativo de estruturas das EEEP (Conclusão)

Estrutura	Escolas Adaptadas	Escolas Padrão MEC
Biblioteca	Apresenta dividindo espaço com sala multimeios	Apresenta com estrutura projetada
Auditório	Algumas escolas apresentam com espaço adaptado.	Apresenta com estrutura projetada
Anfiteatro	Não	Sim
Quadra	Tamanho variável	Coberta e projetada
Refeitório	Espaço adaptado em pátio	Sim

Fonte: Elaboração própria (2024).

A estrutura das escolas, de acordo com o exposto, mostra diferenças quanto às condições de qualidade para um ambiente com espaços adequados para a permanência dos estudantes durante todo o dia na escola. As escolas construídas para abrigar as EEEP apresentam projeto próprio com espaços pensados para as diversas atividades e um melhor conforto para a permanência dos estudantes. Desse modo, uma estrutura adequada implica uma percepção de bem-estar pelos estudantes, o que proporciona a diminuição do estresse e desconforto na permanência na escola.

Na sequência, apresenta-se o estado da questão sobre o tema da presente tese, no qual descreve-se o processo de busca da literatura produzida sobre o assunto, na perspectiva de averiguar a recorrência da discussão, os resultados encontrados e as contribuições da presente pesquisa para o estudo sobre o assunto.

3 ESTADO DA ARTE

3.1 Apresentação

A pesquisa envolve a construção de saberes e, para tanto, torna-se necessário conhecer e explorar os estudos já realizados em torno do tema que se quer pesquisar e assim identificar lacunas e buscar imprimir originalidade ao objeto de pesquisa em questão. Nessa esteira, a etapa de exploração em torno do Estado da Questão é importante para a delimitação do objeto da pesquisa. Sobre isso, Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 7) definem que:

A finalidade do “estado da questão” é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

Desse modo, a elaboração do Estado da Questão compreende um processo essencial na etapa inicial de pesquisa, proporcionando uma melhor aproximação do pesquisador com a temática em questão, a fim de que se possa aprofundar conhecimentos e identificar como o tema tem sido estudado nas pesquisas já realizadas.

Os questionamentos iniciais desta pesquisa são: Como a ampliação da carga horária e das disciplinas do ensino médio integrado à educação profissional repercute na saúde mental dos estudantes das EEEP de Fortaleza? Como as vivências cotidianas nas EEEP interferem na sociabilidade e saúde mental dos estudantes? Quais ações são realizadas pelos profissionais das EEEP para promoção do fortalecimento da saúde mental dos estudantes?

A partir das questões acima elencadas, o presente Estado da Questão tem como objetivos identificar se há estudos publicados sobre a relação entre saúde mental dos jovens e o modelo educacional de ensino médio integrado à educação profissional, bem como estudos sobre o ensino médio integrado à educação profissional a partir das experiências em escolas estaduais com gestão alinhada às medidas neoliberais. Além disso, busca identificar sobre quais assuntos vem sendo abordadas as relações entre ensino médio integrado à educação profissional, a juventude e os aspectos da organização educacional aos moldes neoliberais de uma busca por maior produtividade e competitividade.

3.2 O processo de busca

O presente Estado da Questão foi realizado a partir das buscas nos bancos de dados acadêmicos de maior reconhecimento e utilização no Brasil, sendo assim, foram pesquisadas as produções no Scielo, *Google Acadêmico*, CAPES periódicos e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O período de realização da pesquisa nos referidos bancos de dados compreendeu de 20 de março a 31 de julho de 2021, sendo realizadas as pesquisas e seleção de trabalhos a partir dos descritores escolhidos para a busca.

Devido ao grande volume de trabalhos encontrados, no total de 392.511 produções, que não tinham relação com a pesquisa quando foram utilizados os descritores individuais, optou-se por utilizar nas buscas a conjunção de dois ou três termos, com o uso do booleano “*and*” para assim delimitar produções com maior aproximação ao tema em questão. Quando necessário, também foram utilizadas as aspas em casos cujos achados, mesmo com uso de filtros e booleanos, ainda continuavam em grande volume de trabalhos diversos ao tema.

Os critérios de inclusão utilizados na seleção dos trabalhos envolveram tanto o tema sobre o ensino médio integrado à educação profissional a partir das experiências em escolas estaduais, quanto as produções relacionadas ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino na confluência com a proposta de condução neoliberal da política. Para a relação com a saúde mental dos estudantes no ensino médio integrado à educação profissional das escolas estaduais, devido ao baixo número de trabalhos sobre o tema disponíveis nessas plataformas, foram considerados também os achados sobre a relação entre educação e saúde mental em estudantes do ensino médio integrado à educação profissional nos Institutos Federais e no ensino superior, visto que configuram como espaços de formação profissional que apresentam maior relação com discursos de produtividade e competitividade, já havendo uma atenção ainda incipiente sobre as consequências das relações travadas no ambiente educacional sobre a saúde mental dos estudantes.

O quadro 5 expõe o panorama da busca realizada nos bancos de dados escolhidos, a partir dos descritores utilizados, os filtros e as formas de busca para seleção de trabalhos com temáticas mais aproximadas ao tema. Desse modo, na sequência, descreve-se o caminho de pesquisa realizado nesse processo.

Quadro 5 – Descritores e filtros utilizados nas buscas

Nº	Descritores	Formas de utilização	Filtros	
			Recorte temporal	Idioma
01	Educação profissional <i>and</i> neoliberalismo	- BDTD, Scielo e Periódicos CAPES – sem uso de aspas devido a pouca quantidade de produções encontradas. - Google acadêmico – uso de aspas devido ao grande número de produções que não se aproximavam ao tema.	2010 a 2021	Português
02	Educação profissional <i>and</i> saúde mental	- BDTD, Scielo e Periódicos CAPES – sem uso de aspas devido a pouca quantidade de produções encontradas. - Google acadêmico – uso de aspas devido ao grande número de produções que não se aproximavam ao tema.	2010 a 2021	Português
03	Educação Profissional <i>and</i> juventude	- BDTD, Scielo – sem uso de aspas devido a pouca quantidade de produções encontradas. - Google acadêmico, Periódicos CAPES – uso de aspas devido ao grande número de produções que não se aproximavam ao tema.	2010 a 2021	Português
04	Neoliberalismo <i>and</i> saúde mental	- BDTD, Scielo – sem uso de aspas devido a pouca quantidade de produções encontradas. - Google acadêmico, Periódicos CAPES – uso de aspas devido ao grande número de produções que não se aproximavam ao tema.	2010 a 2021	Português
05	Educação profissional <i>and</i> saúde mental <i>and</i> juventude	- Utilizado com aspas em todos os bancos de dados a fim de refinar a busca o máximo possível para uma proximidade ao tema.	2010 a 2021	Português

Fonte: Elaboração própria (2021).

A escolha dos bancos de dados Scielo, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Periódicos CAPES e *Google Acadêmico* se deu pelo fato de se configurarem como bancos de dados reconhecidos academicamente no Brasil. Além disso, apresentam grandes volumes de produção científica elaborada por pesquisadores brasileiros acerca de estudos sobre as políticas sociais e a sociedade no Brasil.

A escolha dos descritores se deu na perspectiva de alcançar os objetivos estabelecidos para este Estado da Questão na busca por produções em torno da temática,

sendo assim definimos como descritores: 1- Educação Profissional *and* neoliberalismo; 2 – Educação Profissional *and* saúde mental; 3 - Educação Profissional *and* juventude; 4 – Neoliberalismo *and* saúde mental; 5 – Educação profissional *and* saúde mental *and* juventude. Cabe ressaltar que em quase todos os descritores optou-se por incluir o termo educação profissional, somente o descritor 4 não apresenta esse termo. Essa escolha se deu pelo fato de que outras combinações, sem a expressa delimitação do direcionamento para a educação profissional, levariam para muitos achados diversos ao tema.

O uso de aspas foi necessário principalmente no *Google Acadêmico*, pois, devido a haver pouca variedade de filtros e no banco de dados haver todos os tipos de trabalhos acadêmicos (artigos de revistas e anais de eventos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, livros), a quantidade de produções foi numerosa. Também foram utilizadas as aspas na plataforma Periódicos CAPES para refinar a busca dos descritores 3, 4 e 5, para seleção de publicações mais próximas ao tema.

O recorte temporal das produções compreendeu o período de 2010 a 2021, sendo o período escolhido pela possibilidade de trabalhos com melhor embasamento acerca das conformações decorrentes da estruturação do ensino médio integrado à educação profissional, após a retomada desse modelo de ensino a partir do Decreto n.º 5154, de 23 de julho de 2004. Desse modo, consideramos que, a partir de 2010, as produções trazem melhores análises sobre a implantação desse modelo de ensino nos estados brasileiros, a partir das experiências de escolas estaduais, visto que, a depender do ano em que foi implementado nos estados, já pode haver estudos com turmas em diferentes séries, além do tempo de conclusão de estudos de pós-graduação com respectivas divulgações de pesquisas.

Quanto à escolha do idioma, a opção pelo português se deu pelo interesse em pesquisar exclusivamente as experiências brasileiras, visto que a intenção é a realização de estudo acerca da realidade dos estudantes cearenses submetidos ao modelo de ensino médio integrado à educação profissional desenvolvido no Brasil, reconhecendo que, de acordo com a história de cada lugar, a condução das políticas apresenta características próprias.

Definidos os descritores e os filtros, organizamos as buscas em quadros por descritores e bancos de dados, destacando as formas de pesquisa e filtros utilizados, além de salvar os *links* das buscas para consultas posteriores. Assim, fomos delineando a pesquisa, selecionando os trabalhos de acordo com os títulos e posteriormente lendo os resumos para que pudéssemos melhor definir quais estudos se aproximavam ao tema em questão.

A seguir, apresentam-se os resultados quantitativos da busca, definindo a quantidade de trabalhos encontrados de acordo com os descritores e os assuntos que envolvem

o tema da pesquisa para posterior apresentação qualitativa dos achados deste Estado da Questão.

3.2.1 Resultados encontrados

Após as buscas com os descritores e filtros escolhidos para a pesquisa, delimitaram-se os achados mais relevantes a partir da leitura dos títulos e resumos encontrados. Cabe destacar que os resultados, mesmo com o uso dos filtros e descritores com pares de palavras, ainda se deram em considerável quantidade, com muitos trabalhos com temas diversos aos da pesquisa.

Desse modo, para otimizar a apresentação dos achados da pesquisa expõe-se o quantitativo daqueles trabalhos encontrados por banco de dados pesquisado, os quais trataram sobre a saúde mental de estudantes, ensino médio integrado à educação profissional e a relação deste ao modelo de educação neoliberal.

Sendo assim, foram separados os trabalhos em três grupos: trabalhos que articulam saúde mental de estudantes ao ensino médio integrado à educação profissional; trabalhos sobre a saúde mental de estudantes jovens; trabalhos que tratam sobre ensino médio integrado à educação profissional.

É importante salientar que a leitura dos resumos foi realizada a partir da escolha dos títulos dos estudos que apresentavam disposição acerca da temática, sendo realizado esse trabalho de forma concomitante, visto que boa parte dos achados não apresentaram relação direta com o tema da pesquisa. A leitura dos resumos proporcionou maior aproximação com temas dos trabalhos, contribuindo para uma melhor visualização do que vem sendo pesquisado acerca do tema em âmbito nacional.

Durante a busca, foi selecionado o total de 38 (trinta e oito) trabalhos, que discorrem acerca da educação profissional, ensino médio integrado à educação profissional, saúde mental de jovens nos contextos de formação profissional. A seguir, apresenta-se a tabela com síntese do quantitativo de trabalhos selecionados de acordo com os descritores utilizados.

Tabela 1 – Quantitativo de trabalhos selecionados na busca

Descritores	Trabalhos que articulam a saúde mental de estudantes à vivência do ensino médio integrado à educação profissional	Trabalhos sobre saúde mental de jovens articulada à educação	Trabalhos sobre ensino médio integrado à educação profissional
Educação Profissional and neoliberalismo	00	00	15
Educação Profissional and saúde mental	00	05	00
Educação Profissional and juventude	00	00	07
Neoliberalismo and saúde mental	00	01	00
Educação profissional and saúde mental and juventude	01	09	00
Total	01	15	22

Fonte: Elaboração própria (2021).

No tópico a seguir, empreende-se análise qualitativa dos trabalhos encontrados, a partir da discussão acerca dos conteúdos abordados e como os temas em questão dialogam com o tema da pesquisa. Desse modo, ao final, apresentam-se as lacunas existentes e a importância do objeto de pesquisa que se analisa.

3.2.2 Análise qualitativa dos resultados encontrados

3.2.2.1 Trabalhos sobre saúde mental de estudantes do ensino médio integrado à educação profissional

Dentre os artigos selecionados na busca, somente 01 (um) aproximou-se mais do tema. O referido artigo objetivou analisar a saúde mental dos jovens estudantes do ensino médio integrado à educação profissional em um Instituto Federal, levantando pontos do âmbito acadêmico que repercutem sobre o adoecimento dos estudantes. Cabe destacar que o estudo se sobressai em importância por trabalhar de forma qualitativa as demandas apresentadas pelos estudantes, visto que há outros estudos que, em sua maioria, abordam o assunto por meio de uma análise quantitativa dos testes aplicados para auferir níveis de stress, ansiedade e depressão nos jovens e adolescentes, sem um aprofundamento subjetivo das questões que os sujeitos possam apresentar.

Para melhor visualização das informações sobre o artigo, destacam-se as informações principais no quadro 6:

Quadro 6 – Informações principais sobre o artigo com maior aproximação ao tema

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
Google acadêmico	2020	Artigo	Adoecimento Mental na Educação profissional e Tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados	PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elizabeth Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron.

Fonte: Banco de dados Google Acadêmico (2021).

Para iniciar a exposição do artigo, destacam-se os objetivos, metodologia e sujeitos pesquisados para que se tenha uma melhor visualização do conteúdo que compõe a produção. Sendo assim, o objetivo do estudo foi “investigar possíveis fatores de sofrimento/adoecimento mental relacionados ao contexto escolar de estudantes concluintes de três cursos de ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica de um *campus* do Instituto Federal Farroupilha” (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 2).

A metodologia consistiu em abordagem qualitativa, a partir da perspectiva de maior aproximação à subjetividade das vivências. O método utilizado foi o estudo de caso; para a coleta de dados, utilizou-se o questionário com questões fechadas e abertas. Os dados obtidos foram analisados por meio do método de análise de conteúdo.

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes matriculados em um *campus* do Instituto Federal Farroupilha, descritos pelos autores como:

(...) estudantes do terceiro ano do ensino médio integrado da educação profissional e tecnológica nos cursos Técnicos em Administração, em Agropecuária e em Manutenção e Suporte em Informática do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul (IFFar - Campus São Vicente do Sul). A população de estudantes do último ano dos três cursos é de 245 alunos, distribuídos em duas turmas do curso Técnico em Administração (A e B), quatro turmas do Curso Técnico em Agropecuária (A, B, C e E) e duas turmas do curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (A e B), totalizando oito turmas (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 3).

Ao final da aplicação dos questionários e análises, foram selecionados 87 questionários respondidos, cujos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Assentimento estavam assinados pelos estudantes e por seus responsáveis (nos casos dos menores de 18 anos). A partir desses 87 questionários, foram realizadas as análises para a elaboração do estudo.

É importante destacar que o artigo configura divulgação dos resultados de pesquisa de Mestrado desenvolvida pela autora Fabiane do Amaral Pacheco, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha *campus* Jaguari, cuja dissertação foi publicada em 2019.

A partir do estudo é suscitada a discussão sobre os fatores que proporcionam *stress* e ansiedade nos estudantes no processo de adaptação e vivência do percurso escolar no ensino médio integrado à educação profissional. Os estudantes apresentam uma visão clara de que o contexto escolar, de certa forma, também tem proporcionado situações que comprometem a sua saúde mental. Sobre isso, destaca-se que 83% dos estudantes responderam acreditar que experiências da vida escolar podem causar sofrimento ou prejuízos ao bem-estar físico e emocional. Assim, por meio das análises das respostas, os autores concluem:

Conforme a percepção dos estudantes, foram identificados como possíveis fatores causadores de sofrimento ou prejuízos ao bem-estar: dificuldades de adaptação à instituição, dificuldades de relacionamento, bullying e pressão por bom desempenho escolar. Considera-se que os fatores citados se constituem como grupos de fatores, que se desdobram em outros, como será possível verificar ao longo do texto. (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 8).

Desse modo, os autores trazem a discussão acerca da sobrecarga de trabalho para os estudantes, ressaltando o volume de conteúdos presentes nos componentes curriculares, atrelados a situações de convivência familiar e escolar. Além disso, destacam a exigência por bom desempenho que vem de si, dos pais e da própria organização escolar. Nesse ínterim, os autores evidenciam a estrutura curricular dos cursos que apresentam disciplinas dos componentes básico, politécnico e tecnológico, com horas de estágio e de outras atividades complementares, cujas cargas horárias dos cursos frequentados pelos sujeitos pesquisados variam entre 3.100 e 3.400 horas totais nos três anos de ensino médio. Assim os autores destacam que:

O elevado número de componentes curriculares resulta em carga horária elevada e grande número de trabalhos extraclasse. Condição que pode ser agravada se não houver, de fato, integração curricular e trabalho articulado entre os componentes curriculares (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 10).

Por conseguinte, os estudantes afirmam dedicar muitas horas aos estudos, queixam-se das atividades em excesso, ansiedade quanto ao desempenho em provas e atividades, diminuição das horas de sono e de convívio social para estudar. Diante de tais

aspectos, relatam uma vivência de sofrimento em busca de alcançar desempenho satisfatório, demonstrando ser necessário maior atenção e suporte para que a situação não seja agravada.

No decorrer da pesquisa, abordam-se como fatores que protegem os estudantes e proporcionam bem-estar: os apoios familiares, dos colegas, professores e psicólogos. Portanto, percebe-se que o tempo de convivência social é importante para a saúde mental e para o desenvolvimento saudável dos estudantes, sendo parte do processo de formação a garantia desse convívio social, o qual, segundo os relatos, por diversos momentos, é utilizado para os estudos e busca por melhor desempenho. Nas palavras dos autores:

A dificuldade de adaptação à Instituição, neste estudo, motivada pela distância da família e excessiva carga horária e de trabalhos, aponta a relação de características e atividades dos cursos técnicos integrados da EPT com situações de sofrimento ou adoecimento dos estudantes, o que exige da Instituição ações efetivas de enfrentamento. No entanto, não é possível afirmar que os possíveis fatores são exclusivamente escolares, mas interdependentes e interligados a fatores de outras naturezas, pessoal, familiar, socioeconômicos, entre outros. Por isso, incentivamos a ampliação das pesquisas em vários aspectos relacionados ao tema, para que, a partir de novos conhecimentos seja possível desenvolver formas de enfrentamento das problemáticas relacionadas à saúde mental dos estudantes de forma mais efetiva (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 22-23).

Como destacado pelos autores, o processo de sofrimento mental é multifatorial, sendo necessário que os profissionais, presentes nos ambientes que os alunos frequentam cotidianamente, estejam atentos às relações entre as pessoas e a oferta de condições de bem-estar físico e mental aos jovens.

O estudo traz elementos que sinalizam as relações de sobrecarga acadêmica como fator de risco para o adoecimento mental de jovens estudantes. Para conseguir conciliar o aprendizado de disciplinas da base comum do ensino médio com os conteúdos da área técnica, os jovens necessitam dedicar bastante tempo para os estudos, além do período integral durante a semana na escola. Isso aponta uma centralidade no trabalho, que exige dedicação e tempo dos indivíduos já no período escolar, que pode causar estresse e esgotamento físico e mental de forma precoce nos discentes.

Tal temática já vem sendo pesquisada no âmbito universitário, cujos autores apontam que, na revisão de literatura realizada, assim como nas buscas feitas para este Estado da Questão, os estudos encontrados sobre a relação acadêmica e a saúde mental de estudantes em sua maioria são sobre o ensino superior, em especial na área de saúde, a qual exige tempo integral de aulas.

No entanto, o artigo em questão não traz análises sobre os contextos social e político aos quais estão imersos esses parâmetros e exigências por mais conhecimento e

preparação dos jovens para o mercado de trabalho no contexto neoliberal de maior competitividade, condições precárias de trabalho e exigência constante por produtividade. Os fatores que impulsionam um currículo com mais conteúdos fazem parte de uma exigência do mercado por profissionais que possuam habilidades para adaptação a contextos trabalhistas permeados pela flexibilização das relações de trabalho e prática de várias funções.

3.2.2.2 Relação entre formação profissional e saúde mental dos estudantes

Dentre os trabalhos selecionados, 15 (quinze) abordam as relações entre a educação em nível de ensino médio ou superior e a saúde mental, incluindo temas sobre adoecimento mental dos estudantes, oferta de informação a estudantes e profissionais sobre assuntos referentes à saúde mental com o objetivo de proporcionar proteção aos discentes e qualidade de vida. Desses trabalhos, 7 (sete) são artigos divulgados em revistas científicas e anais de eventos, 7 (sete) são dissertações de mestrado e somente 1 (um) é tese de doutorado.

Cabe destacar que 5 (cinco) trabalhos foram encontrados a partir do uso do descritor 3 – Educação Profissional *and* saúde mental; 9 (nove) trabalhos com o uso do descritor 5 - Educação profissional *and* saúde mental *and* juventude; e 1 (um) trabalho com o descritor 4 – Neoliberalismo *and* saúde mental. A distribuição de trabalhos por plataforma foi de 5 (cinco) teses e dissertações no BDTD, 1 (um) artigo no Periódicos CAPES e 09 (nove) artigos, dissertações e teses no *Google* acadêmico.

A seguir, apresenta-se o quadro 7 com os 15 (quinze) trabalhos selecionados com a respectiva identificação do banco de dados, ano de publicação, nível de produção, título e autores para melhor entendimento.

Quadro 7 – Trabalhos sobre saúde mental, educação profissional e juventude

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
BDTD	2015	Dissertação	Investigação da saúde mental e da qualidade de vida de estudantes universitários de uma Universidade Pública federal	TOLEDO, Tullio Pieroni
<i>Google</i> acadêmico	2016	Tese	Fatores emocionais e de saúde mental: avaliação de alunos de uma escola pública federal visando ações de promoção e prevenção no ambiente escolar	NASCIMENTO, Carlos Alberto Machado do

Continua.

Quadro 7 – Trabalhos sobre saúde mental, educação profissional e juventude

(Conclusão)

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
BDTD	2018	Dissertação	Qualidade de vida e transtorno mental comum em graduandos de ciências da saúde	ARANTES, Ana Paula
Google acadêmico	2018	Artigo	“Quem tem medo do lobo mau: a questão da saúde mental entre adolescentes na contemporaneidade”	SOARES, Mirella; MARTINEZ, Jéssica Félix Nicácio; ZORNETTA, Regiani
BDTD	2019	Dissertação	Implicações do contexto universitário na saúde mental dos estudantes	OIKAWA, Fabiana Midori
Google acadêmico	2019	Artigo	Estudo da condição de saúde mental do estudante do IFS	GOMES, Christianne Rocha et al
Google acadêmico	2019	Dissertação	É possível falar sobre suicídio na escola? A construção de um material educativo a partir do contexto da educação profissional e tecnológica	PRADO, Eneliana da Silva
BDTD	2020	Dissertação	A formação profissional na Universidade Estadual do Oeste do Paraná: um olhar para a saúde do aluno	BENCKE, Beatriz Cristina
BDTD	2020	Dissertação	Formação de professores para identificação de fatores de risco associados ao suicídio na adolescência	SILVA, Luiz Henrique Bochi
Google acadêmico	2020	Artigo	Trabalho, sofrimento psíquico e educação profissional: possíveis relações	MEIRELES, Elaine de Souza Sena; RYTHOWEM, Marcelo; CAVALCANTE, Rivadavia Porto; MALDANER, Jair José
Google acadêmico	2020	Artigo	Intervenção e manejo de ansiedade em estudantes do ensino médio integrado	SOARES, Dalila Pereira; ALMEIDA, Rosiney Rocha
Google acadêmico	2020	Artigo	Crise brasileira, educação superior e sofrimento psíquico: sintomas mórbidos de um tempo da desesperança	ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; SILVA, Adriana Alves da; MATOS, Rachel Araujo de
Google acadêmico	2020	Dissertação	Um estudo sobre a automutilação e ideação suicida em discentes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba - Campus Cabedelo	LOPES, Giselle Christine Lins
Google acadêmico	2020	Artigo	A contribuição dos conhecimentos em saúde sob uma perspectiva ampliada para a formação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio	FERREIRA LUZ JUNIOR, A.; DOS SANTOS, P. A
CAPES Periódicos	2020	Artigo	Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: A Psiquiatrização dos Padecimentos no Âmbito Escolar	CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia Kozuchovski

Fonte: Elaboração própria (2021).

As produções em questão não abordaram diretamente o objeto de estudo da presente pesquisa, mas são importantes, pois demonstram uma preocupação de pesquisadores quanto à saúde mental dos estudantes diante das relações com o ambiente escolar e acadêmico. Também é importante perceber que, dos estudos identificados sobre a saúde mental dos estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, 7 (sete) – de um total de 8 (oito) trabalhos que abordam o assunto – são dos anos de 2019 e 2020, sinalizando que é um tema que vem despertando atenção recente dos pesquisadores diante do aumento de casos de suicídio e adoecimento mental entre jovens e adolescentes, que se refletem nas relações escolares e podem ser agravados por elas.

Destarte, o estudo de Toledo (2015) analisou a relação entre qualidade de vida e a saúde mental de estudantes de cursos universitários, tendo como pesquisados alunos dos cursos de Medicina, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Educação Física de uma universidade pública. Por meio da aplicação de testes sobre os níveis de estresse, ansiedade, depressão e prática de atividades físicas, a pesquisa obteve como resultados que os estudantes homens apresentam níveis de qualidade de vida melhores que as estudantes mulheres.

Além disso, apontou que as mulheres apresentaram maior incidência de estresse, ansiedade e depressão, apresentando que 52,3% dos alunos apontaram as questões emocionais como fatores para o baixo desempenho acadêmico, e 82,2% referiram que a ansiedade interfere nesse desempenho. Sendo assim, o autor conclui apresentando a necessidade de desenvolvimento de ações para a promoção de melhores condições de qualidade de vida para os estudantes. Sobre esse tema, o estudo de Arantes (2018) corrobora os resultados apresentados anteriormente, visto que realizou pesquisa com estudantes universitários na área da saúde, revelando que a baixa qualidade de vida e o desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (depressão e ansiedade) relacionam-se com as dificuldades no desempenho acadêmico.

Nesse contexto, a dissertação de Bencke (2020) teve como foco uma pesquisa comparativa acerca da saúde, com destaque aos níveis de estresse, ansiedade e depressão entre estudantes universitários formandos e ingressantes, sendo a diferença entre estes últimos de 1% a mais em relação aos alunos formandos, tendo a ansiedade o maior percentual, totalizando 26% entre os formandos e 25% entre os ingressantes. Portanto, a pesquisa revela que o comprometimento da saúde mental advém de contextos multifatoriais, estando o sofrimento psíquico presente em diversas fases do contexto de vida das pessoas, com riscos de

agravar o sofrimento de acordo com a atenção dada aos cuidados com a saúde, o suporte social e emocional, além das rotinas vivenciadas.

Por sua vez, o trabalho de Oikawa (2019) teve como objetivo investigar a influência do contexto universitário sobre a saúde mental dos discentes. Desse modo, ele identificou, a partir de pesquisa qualitativa e quantitativa, que as principais queixas dos alunos que procuravam o serviço de psicologia da instituição foram sobre o desempenho acadêmico, dúvidas profissionais e as relações interpessoais com outros colegas e professores. Os estudantes também afirmaram sentirem-se pressionados diante da grande quantidade de tarefas, competição entre estudantes, assédio moral por parte dos professores, os quais se configuram como fatores geradores de sofrimento psíquico. O autor conclui indicando a necessidade de maiores ações que fomentem a construção de afetividade no ambiente universitário e ações de cuidado à saúde mental dos estudantes.

Albuquerque, Silva e Matos (2020), em ensaio de debate bibliográfico e documental, empreendem debate acerca das relações entre ensino superior e saúde mental dos universitários, a partir de análise da conjuntura política e social brasileira. As autoras relacionam a reestruturação produtiva, o contexto político brasileiro, o ajuste neoliberal e a mundialização do capital como agravantes para o aumento da insegurança social e o medo, culminando em sofrimento psíquico para os jovens estudantes, que cada vez mais convivem com incertezas e com a precarização do trabalho.

O contexto educacional vivenciado pelos discentes recebe influências dos aspectos da sociedade como um todo, e a educação superior, como parte dos processos de sociabilidade, tem reproduzido aspectos que compõem a lógica de mercado, com exigências por maior eficiência, produtividade e competitividade, demandando que os estudantes devem dar o máximo de si para acumular conhecimentos que proporcionem maior competitividade em um mercado de trabalho precarizado. Desse modo, deve haver promoção de cuidado à saúde mental dos estudantes, que cada vez mais vêm externalizando o sofrimento psíquico por meio da ansiedade, ideação suicida, automutilação, consumo abusivo de álcool e outras drogas. Os autores destacam ainda que, diante do crescimento do índice de adoecimento mental da população como um todo, tem se destacado o proporcional aumento dos percentuais de jovens, expresso também nos casos de suicídio (Albuquerque; Silva; Matos, 2020).

Finalmente, os trabalhos demonstram que os jovens, na vivência cotidiana de suas relações sociais e acadêmicas, no nível de ensino superior, passam por situações que os sobrecarregam física e emocionalmente, acarretando processo de sofrimento psíquico. Tal

sofrimento já apresenta características correspondentes a transtornos de ansiedade e depressão, que, não havendo o devido cuidado, por meio de ações de promoção e prevenção à saúde, comprometem a qualidade de vida desses jovens estudantes.

No âmbito escolar, Caponi e Daré (2020) expõem situação semelhante à vivenciada nos ambientes universitários, visto que o modo de produção capitalista em sua vertente neoliberal exige que cada vez mais cedo os estudantes sejam imersos na formação para o trabalho. As autoras salientam que os discentes são incentivados a investirem em obtenção de conhecimentos que os deixem mais competitivos e produtivos. Há, assim, uma supervalorização daqueles que se enquadram ao ritmo designado como padrão para a obtenção dos conhecimentos em cada nível escolar, sendo considerados fracassados aqueles que não obtêm bom desempenho, bem como, sendo, por muitas vezes, atribuído algum diagnóstico psiquiátrico no campo de déficits cognitivos e de atenção. Nessa esteira, as problemáticas referentes à saúde mental dos estudantes vêm apresentando visibilidade no contexto educacional por interferirem diretamente na aprendizagem dos discentes.

Em análise realizada por setor de psicologia do Instituto Federal de Sergipe com estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, Gomes *et al.* (2019) afirmam que eles relataram que apresentam nervosismo e preocupação, tristeza, alterações no sono, dores de cabeça frequentes, sensação de cansaço frequente, dificuldades para tomada de decisão. Também, as questões emocionais, financeiras e as relações interpessoais foram apontadas como elementos que interferem no desempenho escolar dos alunos.

Todo esse quadro também corrobora com Carlotto e Camara (2008), o qual aponta que quanto mais jovens os estudantes, maior é a exaustão emocional, lembrando que em nosso estudo a maior parte da amostra é de jovens. Destacamos ainda como fatores que contribuem com o estresse, o peso da carga horária e o número de disciplinas, diante da elevação do volume de trabalhos, leituras e avaliações, corroborando com os resultados das pesquisas desses autores (GOMES *et al.*, 2019, p. 51).

Nesse contexto, a tese de doutorado de Nascimento (2016) revela algum nível de sofrimento psíquico em 32,98% dos 94 estudantes de nível médio da Escola Politécnica da Universidade Federal de Santa Maria, relacionando esse quadro a prejuízos cognitivos e de desempenho escolar. Os dados da pesquisa também apontam que, ao considerar a divisão por séries, os estudantes do 2º ano apresentaram maior percentual, totalizando 46,66%. Em sua conclusão, Nascimento também ressalta a necessidade de promoção de ações voltadas à saúde dos estudantes a partir da escola como espaço privilegiado na sociabilidade de adolescentes.

A partir da identificação de situações relacionadas ao sofrimento psíquico como cada vez mais frequentes nos jovens, além de repercutirem sobre o desempenho escolar, as escolas têm, de acordo com a estrutura, buscado desenvolver ações de atenção e cuidado aos estudantes. Os Institutos Federais, por apresentarem equipes multiprofissionais devido à política de assistência estudantil, apresentam profissionais de saúde em seu quadro técnico para atenção à saúde dos estudantes. Sendo assim, há o desenvolvimento de ações e atendimentos, principalmente pelos setores de psicologia.

Soares, Martinez e Zonetta (2018) apresentam um projeto realizado com estudantes do ensino médio integrado de um Instituto Federal de São Paulo, com o objetivo de promover ações de saúde mental, na perspectiva de preparar os jovens para agirem diante do sofrimento psíquico. Os autores esclarecem que o sofrimento faz parte do desenvolvimento humano, sendo necessárias estratégias sobre como promover um bem-estar, sem fugir ou negar as situações de sofrimento pelo qual as pessoas passam.

Ainda sobre a promoção de ações em torno da saúde mental de estudantes da educação profissional e tecnológica, temos o estudo de Prado (2019), que foi realizado com profissionais técnicos e professores para a identificação da necessidade de conhecimentos e ações acerca da prevenção do suicídio no ambiente escolar. Na pesquisa, os profissionais relataram a necessidade de discussão sobre o tema, diante do aumento da identificação das tentativas de suicídio e ideação suicida entre os jovens estudantes.

Acerca da mesma temática, Silva (2020) e Lopes (2020) realizaram uma pesquisa para identificar os conhecimentos dos professores e estudantes, respectivamente, sobre a identificação do adoecimento mental e ideação suicida, para, por meio dos resultados, desenvolverem materiais para a socialização de informações que contribuíssem para a detecção precoce do sofrimento psíquico e para intervenções adequadas na busca do bem-estar dos adolescentes estudantes do ensino médio integrado. Em ambas as pesquisas, foram identificadas lacunas e o baixo conhecimento dos estudantes e professores sobre os aspectos que envolvem a saúde mental. Além disso, as pesquisas destacam a escola como espaço de socialização dos adolescentes, sendo importante a promoção do cuidado com a saúde.

Sobre as ações de acompanhamento aos estudantes com sintomas de ansiedade no ambiente escolar, Soares e Almeida (2020) relatam a experiência de intervenção terapêutica em grupo realizada por psicólogos com estudantes do ensino médio integrado do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, em que obtiveram como resultado uma melhora dos níveis de ansiedade em 92% dos participantes. Tal estudo gerou como proposta a criação de um protocolo de intervenção na perspectiva de proporcionar bem-estar aos jovens estudantes.

Os processos de formação profissional para além da formação para o trabalho devem proporcionar conhecimento de mundo acerca da realidade social que permeia as relações laborais. Meireles *et al.* (2020) fomentam o debate acerca do modo de produção capitalista como gerador de sofrimento psíquico à medida que a reestruturação produtiva contribuiu para maior precarização do trabalho e perdas de direitos trabalhistas, gerando maior instabilidade financeira e emocional nos trabalhadores. Desse modo, os autores propõem uma formação escolar no campo profissional e tecnológico com base na omnilateralidade a partir da função educativa do trabalho, que proporcione uma formação humana completa, incluindo o debate acerca das relações entre o trabalho e a saúde mental, a fim de garantir informações que contribuam para a prevenção do adoecimento psíquico.

Por conseguinte, Ferreira Luz Junior e Santos (2020) realizaram pesquisa com estudantes do 2º ano do ensino médio integrado em Química do Instituto Federal do Espírito Santo, para identificar se eles reconheciam a relação entre as condições de trabalho e adoecimento psíquico dos trabalhadores, e obtiveram como resultado que os estudantes não reconhecem tal relação. No entanto, os autores afirmam ser importante ter conhecimento crítico para não aceitar a exploração no trabalho, gerando uma autoproteção.

Desse modo, percebeu-se que os pesquisadores aqui indicados procuram identificar os níveis de sofrimento psíquico e de transtornos mentais apresentados pelos jovens, enquanto processo em crescimento na contemporaneidade. Nesse caminho, reconhecem a necessidade de a escola promover ações em torno da prevenção do adoecimento mental dos estudantes. No entanto, esse contexto coexiste com a manutenção de um modelo educacional voltado para as exigências por uma maior produtividade e competitividade, que também são elementos que contribuem para uma maior ansiedade e busca por maior produtividade até a exaustão física e mental dos jovens.

3.2.2.3 Trabalhos sobre educação profissional e ensino médio integrado à educação profissional

Os trabalhos que foram selecionados tratando sobre ensino médio integrado à educação profissional totalizaram 22 (vinte e duas) produções, visto que o foco consistiu em estudos sobre a organização dessa modalidade de ensino e aqueles que tratassem sobre experiências e análises sobre a implantação das escolas estaduais. Cabe destacar que o maior número de produções em torno do tema retrata a realidade dos Institutos Federais com análises sobre cursos específicos que não nos interessavam.

Foram selecionados 15 (quinze) trabalhos a partir do uso do descritor 1 – Educação Profissional *and* Neoliberalismo; os outros 7 (sete) trabalhos foram encontrados a partir do descritor 3 – Educação Profissional *and* Juventude. Cabe salientar que foram selecionados 12 (doze) artigos, 6 (seis) dissertações de mestrado e 4 (quatro) teses de doutorado nas buscas realizadas.

A distribuição de trabalhos por plataforma foi de 5 (cinco) teses e dissertações no BDTD, 2 (dois) artigos no SCIELO, 3 (três) artigos no Periódicos CAPES e 12 (doze) artigos, dissertações e teses no *Google* acadêmico, conforme se pode identificar no quadro abaixo.

Quadro 8 – Trabalhos sobre Educação Profissional

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
<i>Google Acadêmico</i>	2011	Dissertação	Educação e trabalho: uma avaliação do plano de ensino médio integrado à educação profissional em Fortaleza	MOTA, Paulo Gurgel
<i>Scielo</i>	2012	Artigo	Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio	SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei
BDTD	2013	Tese	Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio integrado por jovens da classe trabalhadora	BERNARDIM, Marcio Luiz
<i>Google Acadêmico</i>	2014	Artigo	As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo	SOUSA, Antonia de Abreu
<i>Google Acadêmico</i>	2014	Artigo	Estado e educação profissional para o ensino médio no Ceará	NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do; SILVA, Francisca Amistardam Soares
Periódicos CAPES	2015	Artigo	Educação Profissional e currículo integrado para o ensino médio: elementos necessários ao protagonismo juvenil/profissional	AZEVEDO, Marcio Adriano de; SILVA, Cybelle Dutra da; MEDEIROS, Dayvyd Lavaniery Marques
Periódicos CAPES	2015	Artigo	Educação Profissional para os Jovens nas Políticas Educacionais da 1ª década do Século XXI	LIMA, Erika Silva; SILVA, Francisca Natália da; SILVA, Lenina Lopes Soares

Continua.

Quadro 8 – Trabalhos sobre Educação Profissional (*Continuação*)

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
BDTD	2016	Dissertação	Ensino médio integrado à educação profissional (2008- 2014): crítica à concepção empresarial em escolas de educação profissional cearense	NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do
<i>Scielo</i>	2016	Artigo	Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio	BERNARDIM, Marcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da
<i>Google Acadêmico</i>	2016	Dissertação	Ensino médio integrado à educação profissional: a implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN	SILVA, Francisca Natália
<i>Google Acadêmico</i>	2016	Artigo	Educação Profissional: crítica à implantação do projeto ensino médio integrado do estado do ceará	SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; MENDES, José Ernandi; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes
<i>Google Acadêmico</i>	2017	Dissertação	Pedagogia das competências e escolas estaduais de educação profissional do Ceará: formando para o mercado	MOREIRA, Damares de Oliveira
BDTD	2017	Tese	Virtuosismo e exposição: a lógica neoliberal na educação profissionalizante	CRUZ, Jairo Antônio da
<i>Google Acadêmico</i>	2017	Artigo	Educação profissional integrada ao nível médio no Ceará reformas e contradições	XEREZ, Antônia Solange Pinheiro; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos
BDTD	2019	Dissertação	As juventudes e a educação profissional no ceará: um estudo de caso na EEEP Presidente Roosevelt	SIMPLÍCIO, João Gutemberg Nobre
BDTD	2019	Dissertação	Juventudes e trabalho : o discurso dos jovens sobre educação profissional no ensino médio	ANGELI, Gislaine
<i>Google Acadêmico</i>	2019	Artigo	O ensino médio brasileiro e a lei n.º 13.415 em tempos de neoliberalismo: formação para emancipação ou formação para o mercado?	SANTOS, Dayanna Pereira; CARVALHO, Edson Silva; OLIVEIRA, Eudiane Nunes de

Continua.

Quadro 8 – Trabalhos sobre Educação Profissional (*Conclusão*)

Banco de dados	Ano de publicação	Nível da produção	Título	Autores
Google Acadêmico	2019	Artigo	Reformas do ensino médio e trabalhista: possíveis implicações para educação profissional técnica de nível médio	MEDEIROS, Tatiane Címara dos Santos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos
Google Acadêmico	2020	Artigo	As políticas de educação profissional e o ajuste do estado ao modelo neoliberal de desenvolvimento	BRÍGIDO, Felipe Lustosa; BENEVIDES, Marinina Gruska; GENTILE, Fábio.
Periódicos CAPES	2020	Artigo	Políticas públicas, educação escolar e educação profissional: apontamentos sobre as reformas a partir de 1990	TAVARES, Andrezza M. B. do N.; SANTOS, Fábio Alexandre Araújo; SANTOS, Luiz Antonio da Silva
Google Acadêmico	2020	Tese	Governamentalidade e Educação: discursos e vivências no processo de subjetivação de jovens em uma Escola Estadual de Educação Profissional cearense a partir do modelo escola-empresa	VASCONCELOS, Francisco Ullissis Paixão e
Google Acadêmico	2021	Tese	A educação profissional na governamentalidade contemporânea: educação, trabalho e neoliberalismo no Brasil	FREITAS, José Aparecida de

Fonte: Elaboração própria (2021).

Dentre os trabalhos selecionados, os autores Tavares, Santos e Santos (2020); Sousa (2014); Lima, Silva e Silva (2015); e Medeiros e Passos (2014) empreendem análises históricas e teóricas acerca do desenvolvimento da política de educação profissional desenvolvida no Brasil, considerando que a educação faz parte da conjuntura social do País, cujas ações são organizadas de acordo com os interesses dominantes entre as classes sociais. Desse modo, sob as influências do avanço neoliberal na conformação política, social e cultural do Brasil, a educação profissional é organizada para atender aos interesses dos empresários por uma formação de mão de obra qualificada para o trabalho, com base em conhecimentos tecnicistas que distanciem os trabalhadores da organização coletiva por direitos trabalhistas e sociais. Nesse contexto, as reformas na educação brasileira são no sentido de aproximar cada vez mais a socialização de conhecimentos que interessem à reprodução capitalista da força de trabalho, distanciando-se de uma educação emancipadora.

Alguns dos trabalhos selecionados abordam sobre: as considerações dos jovens acerca do ensino médio integrado à educação profissional; o que eles esperam alcançar estudando em tal modelo de ensino; as condições de permanência e desistência; as relações entre trabalho e a escolarização. Nesse caminho, Silva, Pelissari e Steimbach (2012); Bernardim (2013); Bernardim e Silva (2016) e Angeli (2019) trazem, em seus estudos, os relatos dos jovens acerca do que esperam da experiência em escolas de ensino médio integrado à educação profissional. Os achados indicam que os estudantes buscam adquirir conhecimentos que garantam a inserção no mercado de trabalho, coadunando com o pensamento economicista que direciona a política educacional desenvolvida nessas escolas para o atendimento das demandas do mercado de trabalho.

É importante destacar que Silva, Pelissari e Steimbach (2012) discutiram também sobre o que interfere na permanência e abandono dos estudantes em determinados cursos, tendo como resultados as dificuldades dos alunos em se adaptarem às rotinas da escola e aos conteúdos estudados no curso. Sendo assim, os autores identificaram que a permanência acontece de acordo com a experiência positiva que os estudantes têm no processo de ensino-aprendizagem e de adaptação à nova realidade escolar.

Sobre a implementação desse modelo de ensino em nível estadual, são profícuos os trabalhos acerca da experiência cearense. Nessa esteira, os trabalhos de Mota (2011) e Simplício (2019) destacam que as escolas profissionalizantes possuem boa estrutura, e o bom nível educacional dos estudantes tem favorecido maiores taxas de aprovação em universidades e melhores índices de aprendizagem. Apesar de se configurar como uma proposta que fortalece a dualidade entre ensino técnico e propedêutico, segundo os autores, os estudantes têm acesso a conhecimentos que, para além da formação para o trabalho, os fazem refletir sobre o mundo e a realidade social vivenciada.

Em relação à implementação do ensino médio integrado à educação profissional a nível estadual em outros estados federativos no Brasil, somente foi identificada a produção de Silva (2016), que trata da implementação de escolas profissionalizantes no município de Mossoró, localizado no Rio Grande do Norte, que teve como foco central a efetivação do Programa Brasil Profissionalizado. A análise realizada em duas escolas aponta dificuldades quanto à infraestrutura, falta de professores específicos para as turmas e não realização de curso por falta de articulação. Desse modo, a autora conclui apontando a possível descontinuidade da política. Diante desse quadro, pode-se perceber que o desenvolvimento da política de ensino médio integrado à educação profissional depende de interesses políticos, pois no Ceará há a aplicação de investimentos para a expansão das escolas profissionalizantes,

por outro lado, como aponta Silva (2016), no Rio Grande do Norte não há esse direcionamento.

Ainda em análise sobre o Ceará, Nascimento e Silva (2014); Nascimento (2016); Santos, Mendes e Secundo (2016); Xerez, Costa e Santos (2017) realizam um debate crítico acerca da política de educação profissional implementada no Ceará. Nesse ínterim, Nascimento (2016); e Santos, Mendes e Secundo (2016) destacam a Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE), oriunda da Teoria Empresarial Odebrecht (TEO), a qual orienta a gestão das escolas de educação profissional no Ceará de acordo com a lógica empresarial de administração de empresas, com estabelecimento de metas e parâmetros que buscam a eficiência e alto desempenho, sem observar a realidade social dos estudantes e professores envolvidos nesse processo.

Os autores acima citados defendem uma educação profissional realizada a partir do princípio educativo do trabalho, com base na omnilateralidade por meio de uma perspectiva crítica, pois a educação de base prioritariamente econômica distancia-se dos interesses da classe trabalhadora e aprofunda a exploração dos trabalhadores, que cada vez mais sofrem com a individualização das relações quando se trata da luta por melhores condições de trabalho. Azevedo, Silva e Medeiros (2015) corroboram essa perspectiva ao defenderem que a educação profissional deve ser baseada na concepção da formação omnilateral e do trabalho como princípio educativo, com fins de desenvolver uma formação cidadã para a juventude, que considere a realidade social a qual vivencia para assim buscar garantir os interesses coletivos e sociais de emancipação humana.

Finalmente, Moreira (2017) empreende reflexões sobre a adoção da pedagogia das competências na educação profissional do Ceará. Desse modo, os conhecimentos são reduzidos a competências para uso no trabalho, sendo suprimido tudo aquilo que não seja útil para a execução das funções laborativas. Sobre isso, Moreira (2017, p. 8) destaca que:

Suas regras encontram-se fixadas no plano mais macro do capital que é o de formar/adestrar sujeitos com características que convém ao “novo” mercado de trabalho, ou seja, homens e mulheres flexíveis, altruístas, comportados, proativos, competitivos e resilientes. A Pedagogia das Competências intervém na subjetividade dos estudantes e no ensino profissional, isso fica muito evidente, haja vista a interferência do meio empresarial na formação direta dos alunos, bem como na integração dos documentos.

O contexto de precarização do trabalho exige, pois, que os trabalhadores exerçam diversas funções sendo explorados ao máximo enquanto os empregadores acumulam mais

lucros, logo os trabalhadores devem estar sempre dispostos a fazer o máximo para preservar sua vaga de emprego.

Diante dessa conjuntura de internalização subjetiva do ideário neoliberal de condução de todos os espaços sociais, educacionais e de trabalho, Cruz (2017); Vasconcelos (2020); e Freitas (2021) debatem sobre a governamentalidade neoliberal e como as ideias neoliberais se espraíam na política de educação profissional a partir da teoria de Foucault. Nessa governamentalidade, o indivíduo é imbuído da ideia que é responsável pelo seu desenvolvimento, através de uma visão meritocrática, competitiva e de autogestão, na qual torna-se responsável por buscar maneiras de garantir sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Esses aspectos contribuem para a manutenção e aprofundamento dos processos de precarização do trabalho, visto que as pessoas são ensinadas a adaptarem-se a empregos flexibilizados e precários, sem acesso a uma educação crítica e emancipadora que os possibilite questionar e lutar contra esse contexto.

Finalmente, foram identificados trabalhos que analisaram a relação entre o ensino médio integrado à educação profissional e as propostas neoliberais de gestão das políticas públicas, e trabalhos que destacaram o direcionamento que se volta para as necessidades do mercado de trabalho em detrimento da dimensão da formação humana na educação. Essas produções contribuem para que possamos observar como estão sendo realizadas as análises em torno da implementação das escolas de educação profissional no Brasil.

Além disso, a partir do debate empreendido acerca da organização e desenvolvimento do ensino médio integrado à educação profissional com base no contexto social, cultural e político, apesar de não ter interligação direta com o tema de pesquisa aqui apresentado, contribui para a construção do debate. Sendo assim, na sequência destacam-se as contribuições do estudo que será desenvolvido a partir das lacunas encontradas nesse Estado da Questão no debate sobre o tema.

3.3 Considerações acerca do Estado da questão e contribuições advindas de nosso estudo

A pesquisa realizada para o Estado da Questão contribuiu para identificar as produções científicas brasileiras realizadas em torno do tema “ensino médio integrado à educação profissional e a inter-relação com a saúde mental dos estudantes”. A pesquisa propiciou maior aproximação com o tema e como vem sendo abordada a temática pelos pesquisadores no Brasil.

Durante a busca dos trabalhos, identificou-se que há uma expressiva produção sobre o ensino médio integrado à educação profissional após a publicação do Decreto n.º 5154/2004, mas há, em sua maioria, estudos que relatam casos de determinados cursos nos Institutos Federais. Durante as buscas nos bancos de dados, a partir do uso dos descritores escolhidos, não houve grande quantidade de resultados que abordasse as experiências nas Escolas Estaduais que desenvolvem esta modalidade de ensino.

As produções que tratam da educação profissional sob uma perspectiva crítica acerca da relação com as ações alinhadas às políticas neoliberais têm maior expressão a partir de 2014, principalmente os trabalhos que analisam a realidade da organização das escolas profissionalizantes cearenses aos moldes de uma empresa. As demais produções encontradas sobre educação profissional e sua integração ao ensino médio abordam as reflexões dos jovens sobre o tipo de ensino ao qual estão inseridos e as relações entre a educação e o trabalho, na perspectiva de uma formação para o mercado de trabalho.

Como havíamos imaginado, as produções sobre a saúde mental de jovens e a relação com a vivência escolar/acadêmica ainda é ínfima, cujos estudos em sua maioria são sobre estudantes universitários, os quais, muitas vezes, apresentam de forma mais clara os sintomas decorrentes do adoecimento mental. Desta feita, foi importante perceber que o interesse sobre o tema vem crescendo a partir de 2015, inclusive com relação à realidade escolar, havendo estudos sobre a saúde mental de adolescentes do ensino médio.

A maioria dos estudos acerca da saúde mental dos estudantes são de abordagem quantitativa com análise dos testes aplicados aos estudantes, apontando a mensuração dos níveis de estresse, ansiedade e depressão, chegando a fazer relações com o rendimento escolar. Somente um estudo se aproximou do objeto de nosso estudo, ao trabalhar de forma qualitativa e apontar, por meio das entrevistas, elementos da relação entre os estudantes e a escola que geram sofrimento psíquico. Esse estudo, que foi realizado em um *campus* do Instituto Federal no estado do Rio Grande do Sul, aponta as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, que reconhecem as relações escolares desenvolvidas na busca de maior rendimento escolar na aquisição de conhecimentos propedêuticos e técnicos. Tais dificuldades, segundo o estudo, se traduzem em sofrimento psíquico no processo de estudos e nas relações escolares e familiares.

O estudo desenvolvido nesta tese teve como contribuição uma análise de caráter sociológica acerca das relações que envolvem a organização do ensino médio integrado à educação profissional a um contexto social permeado pelas orientações das reformas executadas para o alinhamento da gestão educacional e direcionamento pedagógico em escala

global e a sobrecarga mental que pode ser depositada nos estudantes na busca por maior desempenho e produtividade. E também um estudo realizado com os estudantes das EEEP, objetivando colaborar com as pesquisas sobre essa modalidade de ensino em seu desenvolvimento no âmbito estadual.

4 SOCIEDADE SOB A ÉGIDE NEOLIBERAL: INTERFACES ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES

4.1 Sociedade capitalista: uma interlocução entre acumulação do capital e poder

A sociedade capitalista tem como base organizativa as relações econômicas, com centralidade na acumulação de capital na perspectiva de garantir a manutenção do modo de produção capitalista que influi nas relações sociais travadas pelos sujeitos. A relação capitalista tem como base a exploração da força de trabalho, no qual os lucros dos proprietários dos meios de produção advêm do valor não pago pelo excedente do trabalho do trabalhador, nomeado por Marx de mais valia.

Atualmente essa mais valia é decorrente do aumento da produtividade por meio dos avanços tecnológicos e da grande quantidade de horas trabalhadas para a intensificação da produção. Sendo assim, há uma maximização dos lucros dos empregadores à medida que os sujeitos vendem sua força de trabalho, mas não são devidamente remunerados pelos excedentes que produzem. Marx (2006a) afirma que o trabalhador configura-se como um capital vivo, cuja existência está relacionada à produção capitalista.

[...] Enquanto capital, o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua existência física, a sua vida, foi e é avaliada como uma oferta de mercadorias, parecida com qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Deste modo, ele se produz a si mesmo, e o homem como trabalhador, como mercadoria, constitui o produto de todo o processo. [...] (Marx, 2006a, p. 123).

Desse modo, a relação que se estabelece na sociedade capitalista entre os sujeitos é de compra e venda da força de trabalho, sendo que o trabalhador tem em troca o salário que garantirá a satisfação de suas necessidades de sobrevivência. Para efetuar a venda de sua força de trabalho, a partir dos processos de especialização do trabalho, é necessário que os sujeitos tenham conhecimentos e habilidades para a realização das atividades de trabalho requisitadas pelos empregadores. Particularmente, sobre tais conhecimentos e habilidades, Marx (2011) infere que:

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinado, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção (Marx, 2011, p. 183).

Sendo assim, quanto mais complexa a atividade realizada pelo trabalhador, maior a necessidade de tempo de estudo para que ele se especialize na realização de determinada tarefa, observando-se que os melhores salários serão daqueles que realizam um trabalho com maior complexidade. Importa ressaltar que cada período histórico exige novos conhecimentos dos trabalhadores para que acompanhem o desenvolvimento das forças produtivas. O século XXI, por exemplo, apresenta maior desenvolvimento tecnológico e automação dos processos, exigindo um maior conhecimento intelectual na realização das atividades.

A nova lógica econômica, que hoje recebe influência da racionalidade neoliberal cuja centralidade é a manutenção do crescimento do mercado, corrobora para o desenvolvimento de uma racionalidade educacional para garantir a reprodução do pensamento hegemônico. Tal reprodução legitima os interesses dominantes por meio da educação institucionalizada. Para Mészáros (2008) essa:

[...] educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2008, p. 35).

Assim, a educação enquanto parte estruturante da manutenção da lógica capitalista vigente vai ter como centralidade os conhecimentos e a organização com vistas a adaptar os estudantes a visão de sociabilidade hegemônica. Nesse contexto, Mészáros (2008) ressalta que a educação tem como uma de suas funções propiciar que a população internalize as regras e os modelos sociais vigentes.

Diante desse contexto, Foucault (1979) afirma que o Estado, por meio de dispositivos institucionais, exerce poder sobre os sujeitos a fim de garantir a soberania sobre a população, sendo a disciplina um dispositivo para que as pessoas, a partir das relações de poder, estabeleçam um convívio social dentro das normas sociais. Portanto, a disciplina é

parte importante para o estabelecimento de consensos entre os sujeitos. Diante do exposto, Foucault afirma que:

A disciplina também não é eliminada; é certo que sua instauração – todas as instituições no interior da qual ela se desenvolveu no século XVII e início do século XVIII, a escola, as oficinas, os exércitos, etc. – só se compreende a partir do desenvolvimento da grande monarquia administrativa. Mas nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. E gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina [...] (Foucault, 1979, p. 291).

O autor, ao analisar as relações de poder, considera que o Estado estabelece uma relação de poder por meio das normas e das políticas destinadas à população, e os sujeitos têm de seguir as normas e costumes estabelecidos pela sociedade da qual fazem parte. Em qualquer sociedade, os mecanismos que compõem as relações de poder fazem parte do corpo social, sendo legitimados por meio do discurso que compreende uma verdade que deve ser internalizada pela sociedade.

As relações sociais entre os grupos de pessoas são perpassadas por relações de poder, as quais Foucault denomina como biopoder, que consiste no poder do Estado sobre a vida dos sujeitos na perspectiva de que eles se adaptem, obedeçam às normas e sejam produtivos ao sistema capitalista. A partir de um olhar de controle total do indivíduo enquanto sujeito biológico, Foucault (2008) destaca que o poder por meio da biopolítica compreende uma atuação do Estado sobre os aspectos de manutenção da vida dos sujeitos, que ocorre com o controle de natalidade, saúde, longevidade, educação, dentre outros aspectos da formação social e biológica dos indivíduos.

Desse modo, para participarem do sistema, as pessoas devem seguir as diretrizes postas pelos costumes e regras sociais, sendo a escola um dos principais espaços para a garantia da reprodução social dos sujeitos com vistas a serem integrados no modo de produção capitalista vigente. Esse processo diz respeito às relações dos sujeitos com o mercado, o Estado, a igreja e a sociedade de acordo com o pensamento social e econômico de determinado período histórico. Foucault (1979), em sua análise sobre o poder, nomeia como governamentalidade as estratégias governamentais de poder sobre a população pelo Estado. Essa governamentalidade é compreendida pelo autor como:

1 – o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de

poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.

2 – a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

3 – o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (Foucault, 1979, p. 291-292).

Logo, a governamentalidade compreende as estratégias de governo na perspectiva de manutenção da soberania sobre a população, por meio das ações dos governantes, dos agentes públicos, dos operadores do direito, para assim garantir a continuidade do modelo social vigente em determinado período histórico.

Segundo Foucault (2008), com a ascensão do pensamento liberal como resposta à crise econômica mundial de 1970, passam a predominar ideais que imprimem a centralidade da lei de mercado nas relações econômicas e sociais, com destaque para a diminuição da ação do Estado, a partir da defesa da regulação da economia e da sociedade. A partir de então, tais ideias neoliberais passam a ditar o modelo de governamentalidade para a população, a partir da ideologia de que o Estado não atue diretamente na promoção do bem-estar social e na regulação econômica.

Cabe destacar como novos elementos do capitalismo, sob a égide neoliberal: a predominância do mercado, a centralidade do capital financeiro e da produção de mercadorias em escala mundial, a construção de uma ordem política e de políticas públicas sob influência de organismos internacionais, a alienação da vida humana que transcende a esfera do trabalho, mudanças na organização e regras do Estado para adequar-se às prerrogativas neoliberais, os meios de comunicação como instrumentos ideológicos para disseminação das redes de poder (Arellano; Pereyra, 2014).

Nesse contexto, no qual a base das relações é o desenvolvimento individual de cada um para formar suas riquezas, “ao Estado, caberia apenas observar e reconhecer as leis que emanariam naturalmente daquele espaço de concorrência e abster-se de intervir para não atrapalhar ao seu natural desenvolvimento” (Ambrózio, 2012, p. 55).

Ambrózio (2012) aprofunda suas reflexões refletindo sobre como a vida individual torna-se como um tipo específico de capital. Nas palavras do autor:

[...] faz-se necessário que a própria vida individual passe a ser percebida por cada sujeito como um tipo específico de capital; um capital que se acumula na forma de uma melhor aptidão, de uma melhor capacidade, de uma melhor competência para se auferir no futuro determinada remuneração, ou seja, faz-se necessário um investimento em si por si nos moldes de um capital humano para que o sujeito torne-

se competente o bastante para auferir uma renda no espaço emoldurado da concorrência artificialmente criado pela ação governamental (Ambrózio, 2012, p. 58).

Nesse caminho, cabe aos sujeitos investirem na sua formação profissional com vistas ao seu desenvolvimento socioeconômico, assim terão condições de competir com outros sujeitos por melhores vagas no mercado de trabalho. Sobre isso, Dardot e Laval (2016) afirmam que o homem na sociedade neoliberal é o homem competitivo, o qual, por meio dos dispositivos sociais, dentre eles os espaços educacionais, passa a internalizar o modo de viver competitivo no qual deve buscar aumentar seu capital humano a fim de continuar aprimorando-se por toda a vida para ser produtivo nos ambientes de trabalho.

Retomando as análises sobre a sociedade capitalista, Foucault (2008) salienta que há um diferencial entre liberalismo e neoliberalismo no que diz respeito aos processos econômicos, visto que o primeiro tem como foco o capital, os investimentos e a produção, e o segundo passa a explorar um campo antes não central: o trabalho. Esse trabalho não diz respeito somente ao tempo de trabalho que gera capital, mas também à forma como as pessoas se percebem nos processos de trabalho e à subjetividade envolvida na relação do trabalhador com o trabalho. Assim, o autor afirma que os aspectos econômicos transcendem ao campo da economia e ganham destaque na esfera das relações sociais, pois:

[...] a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não-econômicos. E graças a esse esquema de análise, a essa grade de inteligibilidade, vai ser possível revelar, **em processos não-econômicos, em relações não-econômicas, em comportamentos não-econômicos, um certo número** de relações inteligíveis que não teriam sido reveladas assim - uma espécie de análise economista do não-econômico (Foucault, 2008, p. 334).

Portanto, a esfera econômica passa a ser central no desenvolvimento da sociedade. Foucault (2008) destaca ainda a educação e a saúde como campos de atuação governamental que garantem a manutenção da produtividade dos sujeitos para que sejam ativos no mercado o máximo de tempo possível. A partir do momento que o trabalho passa a ser visto sob uma nova ótica pelos neoliberais, o investimento em aquisição de conhecimentos é um aprimoramento de capital humano que futuramente gera renda ao indivíduo para a garantia de sua sobrevivência.

Então, a ideia é que os países devem incentivar e investir no desenvolvimento do capital humano para que tenham maior desenvolvimento econômico, a exemplo dos

desenvolvidos, que direcionaram as políticas sociais, culturais e educacionais para esse propósito, havendo a necessidade de adoção desse investimento em países subdesenvolvidos para que alcancem melhores níveis econômicos (Foucault, 2008).

A educação como política tem sua organização direcionada a atender às exigências do mercado, passando a adotar as diretrizes da concepção neoliberal de condução da vida para a competitividade e a busca por desempenho, além dos mecanismos de avaliação e investimentos para as escolas serem permeadas pela responsabilização e competitividade. Há uma busca pelo alinhamento dos propósitos educacionais às diretrizes sociais e econômicas vigentes, sendo necessárias mudanças nos modelos educacionais para maior aproximação com os objetivos da sociedade sob a égide capitalista, assim Laval (2019) afirma que:

[...] As reformas liberais na educação são, portanto, duplamente orientadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática entre as economias. As reformas que levam mundialmente à descentralização, à padronização, de métodos e conteúdos, à nova “gestão” das escolas e à “profissionalização” dos docentes são fundamentalmente “competitiveness-centred”. A escola, que tinha como centro de gravidade não só o valor profissional, mas também o valor social, cultural e político do saber – valor, aliás, que era interpretado de forma muito diferente, conforme as correntes políticas e ideológicas –, hoje é orientada, pelas reformas em curso, para os propósitos de competitividade prevalentes na economia globalizada [...] (Laval, 2019, p. 18).

A racionalidade neoliberal perpassa por todos os espaços da vida na garantia de permanência do modo operante de governar e conduzir a sociedade para o alcance dos objetivos dos grupos econômicos hegemônicos mundiais. Nesse processo, o conhecimento daquilo que é importante para a produtividade e adequação ao modo de vida capitalista é objeto de maior difusão e centralidade nos processos educacionais. Segundo Carvalho, Silva e Delboni (2017):

O governo biopolítico precisa conhecer, organizar e controlar a vida, para que ela seja útil aos seus interesses. A produção de saberes é imprescindível ao exercício do biopoder. Isso porque somente pelos saberes é que o poder se exerce positivamente. No esforço de criar sujeitos governáveis usando técnicas de controle, normalização, moldagem das condutas das pessoas, temos na governamentalidade neoliberal a utilização da educação como elemento estratégico para sua legitimação: constituição de indivíduos sujeitados pela formação de seu capital humano, um sujeito competente, hábil e flexível (Carvalho; Silva; Delboni, 2017, p. 492).

A expansão da oferta de educação apresenta-se como elemento para que se internalize o modo de ser capitalista neoliberal, cujo propósito maior é que os indivíduos busquem competir de forma meritocrática por melhores postos de trabalho e acesso a conhecimentos que os façam ter maior produtividade. Quanto mais absorvem os costumes e

regras vigentes, maior a garantia de perpetuarem o sistema e não realizarem questionamentos ou buscarem imprimir mudanças no modo como a política de educação é conduzida, visto que, quanto mais adaptados aos preceitos difundidos, melhor a aceitação na sociedade como pessoas que alcançarão o sucesso pessoal e profissional posto pelo sistema.

Partindo da análise empreendida por Foucault sobre o capital humano no contexto neoliberal, compreende-se que a educação é um dos mecanismos de melhoria na competência-máquina⁸, considerando que há um investimento das famílias na busca de estabelecer, por exemplo, saúde e formação educacional para maior destaque e crescimento econômico do sujeito (Foucault, 2008). Assim, o autor traz a perspectiva de comparação dos sujeitos a uma empresa que necessita de investimentos e gerenciamento de ações que lhe tragam mais possibilidades de rentabilidade, visto que o indivíduo, ao investir em si, tem como recompensa o salário que proporciona sua sobrevivência.

A partir da concepção do homem como uma empresa que necessita de investimento para tornar-se produtivo ao sistema capitalista, Tótora (2011) esclarece que:

A forma “empresa” se espalha para o corpo social. A vida de cada indivíduo – nas relações com sua propriedade privada, sua família, seu casamento e seus seguros de saúde e aposentadoria – é uma espécie de empresa permanente e múltipla. O modelo econômico regido pela relação oferta e procura e pela série investimento-custo-lucro configura-se em “modelo da existência”, isto é, do conjunto dos valores morais e culturais. Todo o campo social se insere dentro de uma lógica econômica (Tótora, 2011, p. 95).

Logo, esse investimento, no aprimoramento individual de cada sujeito, para melhorar a produtividade, a fim de garantir a própria sobrevivência e o crescimento econômico, reflete em melhores condições de competitividade econômica dos países. Sobre isso, Silva (2018) destaca que:

[...] Desse modo, investir no sujeito, investir no seu capital humano, significa dar condições para que seja mais competente enquanto máquina, enquanto trabalhador, enquanto empresário de si mesmo. Uma sociedade bem desenvolvida passa a ser aquela que investe na educação da sua população, não por benevolência, mas porque é parte de um processo econômico que realoca os sujeitos como capital humano (Silva, 2018, p. 102).

A formação de capital humano passa a ter centralidade sendo a educação escolarizada parte desse processo ao garantir a socialização dos conhecimentos e habilidades

⁸ Foucault (2008) utiliza o termo competência-máquina como comparativo do homem a uma máquina que produz para o sistema capitalista **por meio** das suas competências e habilidades adquiridas no sistema educacional, além da educação e tempo dedicado pelos pais ao desenvolvimento de seus filhos. A competência-máquina equivale ao capital humano adquirido ao longo da vida. O autor acrescenta que o homem, como máquina que produz, tem seu momento de ápice quando adquire muitos conhecimentos e se faz produtivo, mas que tem sua obsolescência na velhice, quando se torna menos produtivo.

que proporcionem maior participação dos sujeitos como força motriz qualificada da produção capitalista. Foucault (2008) afirma que, ao analisar o crescimento econômico e tecnológico dos países, é possível identificar, como diferencial, o investimento em formação de capital humano para o trabalho, para o desenvolvimento e inovação com vistas ao aumento de produtividade e fortalecimento econômico. Portanto, o autor afirma que:

[...] é possível destacar, portanto, os princípios de uma política de crescimento que já não será simplesmente indexada ao problema do investimento material do capital físico, de um lado, e do número de trabalhadores, [de outro], mas uma política de crescimento que será centrada muito precisamente numa das coisas que o Ocidente, justamente, pode modificar com maior facilidade e que vai ser a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. É para esse lado, de fato, que se vê claramente que se orientam as políticas econômicas, mas também as políticas sociais, mas também as políticas culturais, as políticas educacionais, de todos os países desenvolvidos. Do mesmo modo, também, a partir desse problema do capital humano, podem ser repensados os problemas da economia do terceiro mundo. E a não-decolagem da economia do terceiro mundo, como vocês sabem muito bem, esta sendo repensada agora, não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano (Foucault, 2008, p. 319).

Os conhecimentos e habilidades são considerados importantes para o desenvolvimento de ações que geram maior produtividade e avanços econômicos nos países centrais, que se tornam modelos para utilização em todo o mundo com vistas ao alinhamento dos países para a garantia da expansão do modo de produção capitalista neoliberal. Por sua vez, a qualificação profissional ganha centralidade no desenvolvimento de tais ações e recai sobre os sujeitos a responsabilidade por seu aprimoramento pessoal e profissional.

A ideia difundida é de que as pessoas devem buscar qualificar-se profissionalmente durante toda a vida para que sempre estejam competitivas no mercado de trabalho. Nesse caminho, as políticas educacionais em caráter global, particularmente no Brasil, passam por reformas em seus sistemas de ensino (modelos de gestão, pedagógicos e de avaliação), a fim de se adequarem a esse ideário.

Como destaca Almerindo Janela Afonso (2003), a agenda nacional das políticas educacionais apresenta influências do processo de globalização das relações políticas e econômicas, e salienta dois caminhos de análise teórica em que uma tem como norte a perspectiva dos institucionalistas do sistema mundial no qual modelos educacionais são partilhados entre os países sob as influências dos organismos internacionais. A segunda perspectiva trata de uma “agenda globalmente estruturada para a educação”, a qual apresenta ênfase na:

[...] centralidade da economia capitalista no processo de globalização, entende o global como o conjunto de forças econômicas que operam supranacional e

transnacionalmente, e discute os processos que levam à imposição de prioridades por parte de alguns Estados sobre outros (Afonso, 2003, p. 41).

Essas perspectivas sinalizam que há uma socialização de uma cultura educacional a nível global na busca por estabelecer padrões considerados melhores para o aumento da produtividade e crescimento econômico. Desse modo, as orientações globais são uma base de influência na elaboração das políticas educacionais, que tomam direcionamentos singulares de acordo com as decisões dos gestores nacionais.

Para aprofundamento do debate em torno da estruturação educacional na sociedade capitalista, empreendemos, na sequência, o debate sobre a governança da política de educação no Brasil sob as orientações de cunho neoliberal.

4.2 Governança, organismos internacionais e educação no Brasil

O direito à educação no Brasil é marcado pelas desigualdades sociais, pois o processo de expansão do acesso à escolarização a toda a população se deu tardiamente. As pessoas das classes mais abastadas, desde o período colonial, tinham acesso à escola, mas aqueles mais pobres e, principalmente, os escravos não podiam frequentar o ambiente escolar. Esse contexto fez com que os filhos dos pobres fossem direcionados muito cedo às atividades de trabalho. Em consequência, ainda hoje figuram situações de trabalho infantil, para ajudar no próprio sustento e da família. Por conseguinte, os jovens de famílias abastadas têm, desde a infância, o direcionamento para os estudos na perspectiva do acesso ao ensino superior e melhores condições para conseguirem empregos que garantam boa qualidade de vida.

Em análise sobre a educação no Brasil no século XX, Saviani (2006) destaca o processo de constituição da oferta pública como permeada pelas disputas de interesses políticos e sociais, em que tem prevalecido a educação como caminho para o desenvolvimento econômico a partir da formação para o trabalho. O autor destaca a construção dicotômica da oferta de ensino para a população havendo maior oferta de vagas e investimento do ensino primário (fundamental) como de caráter básico para todos, e um restrito acesso ao ensino secundário (médio) e superior. No entanto, apesar do quadro ainda ser insuficiente para um atendimento a toda a população à época, o autor destaca que:

No decorrer do XX, o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de um país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala, acompanhando o incremento populacional e o crescimento econômico que conduziu a altas taxas de urbanização e industrialização. (Saviani, 2006, p. 50).

As mudanças econômicas, sociais e tecnológicas trouxeram transformações nas formas de trabalho com o avanço da industrialização, do setor de serviços, e do acesso a informações, fatores que contribuíram para uma maior necessidade dos conhecimentos escolares. Assim, há uma maior demanda socioeconômica por escolarização de uma população que apresentava altos índices de analfabetismo.

Nesse contexto, Schwarcz (2019), ao analisar as desigualdades sociais sob o prisma das desigualdades escolares, destaca que a legislação no governo de Getúlio Vargas referendou a diferença de acesso entre estudantes de classes sociais médias e altas que teriam acesso ao ensino primário, secundário e superior. No entanto, segundo a autora, aos estudantes das classes empobrecidas:

[...] significava coisa bem diferente: conseguir uma vaga em escola pública – a qual não garantia matrícula para todos – e cursar o primário. O aluno entraria então no secundário profissionalizante, também dividido em dois ciclos, para enfim ingressar, quando possível, no ensino superior, numa cadeira correspondente à habilitação no secundário. As estudantes que fizessem o normal, por exemplo, só poderiam frequentar o superior num dos cursos da “Faculdade de filosofia” (Schwarcz, 2019, p. 138).

Desse modo, historicamente, a educação pública brasileira apresenta-se como parte da estrutura que aprofunda as desigualdades sociais, à medida que não oferta a possibilidade de um real acesso aos níveis superiores de ensino de forma equânime para as camadas mais pobres da população. Além disso, para a educação pública, na década de 1990, ainda prevaleceu maiores investimentos na garantia do ensino fundamental por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)⁹, instituído em 1996, e a busca por erradicar o analfabetismo no País. Cury (2002) tece críticas acerca dessa focalização em uma etapa do ensino básico em detrimento das outras etapas como o ensino infantil e médio, visto que o direcionamento do investimento nessa etapa acarretou a falta de ampla oferta de ensino médio público gratuito a toda a população.

Ao direcionar investimentos em uma etapa do ensino básico, perde-se a dimensão de garantia de recursos para uma educação de qualidade em todo o processo educacional, visto que a escola pública, em um País marcado pela pobreza, figura como o espaço de acesso

⁹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14/1996, regulamentado pela Lei n.º 9.424/1996 e pelo Decreto n.º 2.264/1997. O fundo entrou em vigor a partir de 1998 e teve como objetivo redefinir a distribuição dos recursos destinados ao ensino fundamental, determinando que 60% dos recursos da Educação fossem alocados para o financiamento e desenvolvimento dessa etapa da Educação Básica.

aos conhecimentos acumulados pela humanidade à grande parte da população. Assim, o caminho para a melhoria dos índices educacionais da população brasileira tem sido marcado pela luta por uma real universalização do acesso em todos os níveis de ensino.

O direito à educação é proclamado na Constituição Federal de 1988 como de todos, sendo dever do Estado e da Família a garantia das condições de acesso e permanência aos serviços educacionais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos brasileiros. Além disso, estabelece, como princípios, a igualdade de condições de acesso e permanência, a liberdade de aprender e compartilhar conhecimentos com respeito à pluralidade de ideias, à existência concomitante de instituições públicas e privadas, a gratuidade do ensino público e a valorização dos profissionais.

O direito de crianças e adolescentes à educação também é referendado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual, por meio da rede de proteção a esse público, busca garantir a oferta de vagas em escolas públicas para as crianças e adolescentes e responsabilizar os pais a realizarem a matrícula de seus filhos na escola. Desse modo, os jovens apresentam um amparo legal e iniciativas de proteção do direito à educação que contribuem para o aumento dos anos de escolarização.

Essa perspectiva da garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros, a partir da universalização de acesso à saúde, educação, moradia, assistência social, transporte, dentre outros direitos sociais essenciais, faz parte do amplo movimento de redemocratização do País, que teve como importante marco a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, tais direitos não são plenamente ofertados em quantidade e qualidade para a população, pois o processo de expansão das medidas de controle dos gastos públicos frente à reforma do Estado ganhou robustez e consolidou-se cada vez mais a partir dos anos de 1990, o que tem dificultado o alcance dos índices desejados no campo educacional.

Nesse processo de alinhamento aos preceitos neoliberais, a governança passa a centrar-se no processo de racionalização da gestão pública com a difusão de valores e formas organizativas empresariais, e os países em desenvolvimento foram diretamente influenciados pelos países centrais a adotar ações de cunho neoliberal como saída para o desenvolvimento, tendo como partícipes desse processo os organismos internacionais, a saber, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os quais estenderam seus campos de atuação do âmbito econômico para o social, na perspectiva de fomentar a ideia de que, a partir do desenvolvimento econômico, haveria o desenvolvimento social. Sendo assim, a boa governança para o Banco Mundial, segundo Borges (2003),

apresenta quatro dimensões: administração do setor público, quadro legal, participação e *accountability* e informação e transparência.

Borges (2003) ressalta que essas dimensões implicam centralidade no gerenciamento econômico, a prestação dos serviços, a construção de uma base legal para o direcionamento das ações, o fomento à participação da sociedade civil na tomada de decisões a partir do acesso às informações e a prestação de contas, promovida a partir da divulgação dos resultados alcançados pelas ações governamentais. Ressalta, ainda, que o caminho tomado por esse processo tem como base os preceitos da razão neoliberal, perpassando toda a construção das políticas públicas, inclusive da educação. Portanto, os organismos internacionais passam a olhar para além dos provimentos de infraestrutura, adentrando na organização dos currículos, na formação de professores e na organização das escolas com vistas a favorecer a eficiência na execução da política. O autor destaca ainda que:

Reformas da organização e da administração dos serviços educacionais também se tornaram um foco de atenção ante a necessidade de dar conta dos custos sociais do ajuste econômico em um contexto de severas restrições orçamentárias na maioria dos países em desenvolvimento. Com base nas diretrizes mais gerais para a reforma do Estado, as políticas defendidas pelo Banco trazem um maior envolvimento do setor privado na provisão de serviços educacionais e a “minimização” da burocracia no setor. As reformas propostas envolvem a delegação de responsabilidades e recursos para os níveis locais e para a escola, a terceirização de serviços educacionais para ONGs e a introdução da escolha parental de serviços educacionais por meio de cupons financiados pelo Estado [...] (Borges, 2003, p. 130).

Nesse contexto de ampliação da intervenção na política educacional com vistas ao desenvolvimento, o foco centra-se na formação de capital humano para uma maior competitividade econômica dos países, apesar do discurso ser apresentado em torno da formação para a democracia. Por conseguinte, a forma como as ações são desenvolvidas, com maior participação de setores privados, conduzem a uma maior individualização e a valorizar os serviços privados em detrimento da defesa dos serviços públicos.

A partir do foco na formação de capital humano, nas necessidades postas pelo processo de globalização econômica e na busca por desenvolvimento social e econômico, segundo Verger (2019), a globalização, atrelada à competitividade econômica em nível mundial, contribui para uma maior interlocução entre os países que passam a adotar os modelos de políticas públicas globais. As reformas das políticas educacionais são influenciadas pelos modelos internacionais, havendo uma adoção heterogênea dos padrões e características das políticas educacionais, que, em alguns casos, são adotados de forma integral, ou seja, sem modificações.

Além disso, os Estados nacionais adotam novos processos de gestão pública, a partir da participação de atores diversos na organização e oferta dos serviços e políticas públicas, com destaque para as parcerias público-privadas na gestão dos serviços públicos. Esse processo é denominado de governança, por meio do qual o Estado passa a ter maior interlocução com as esferas privadas e com a sociedade civil na condução das ações. Sobre a governança, Ball (2013) afirma que ela:

[...] envolve uma “catalisação de todos os setores – públicos, privados e voluntários – em ação para resolver problemas de sua comunidade” (Osborne e Gaebler, 1992, p. 20); ela é alcançada “na mudança da fronteira entre Estado e sociedade civil” (Bevir e Rhodes, 2003, p. 42) – e entre o Estado e a economia. Em termos gerais, este é o movimento na direção de um “Estado policêntrico” e “uma mudança no centro de gravidade em torno do qual os ciclos de política se movem” (Jessop, 1998, p. 32) – a desconcentração e dispersão de locais das políticas. [...] (Ball, 2013, p. 180).

Esse contexto contribui para a legitimação da gestão das políticas públicas com base no modelo empresarial de racionalização dos gastos públicos, focalização da oferta de serviços públicos e gestão por resultados com base em processos avaliativos. Essas mudanças são alinhadas aos valores do mercado ao fomentar a competição, a escolha e o financiamento baseados no desempenho (Ball, 2013).

Oliveira (2021), por sua vez, ao abordar sobre a educação nos países latino-americanos, ressalta que o processo de avanço da gestão a partir de preceitos empresariais fomentou o alinhamento da gestão da política de educação às características da reforma da gestão pública como um todo. A autora ressalta:

Contudo, essa busca de melhoria dos resultados educacionais, como meio de reduzir a desigualdade e promover maior justiça social, tem estimulado a adoção da lógica empresarial na gestão da educação pública ao mesmo tempo que fomenta o individualismo e a concorrência entre estudantes, profissionais e escolas. O recorrente discurso de que a educação está em crise na região fortalece as soluções que chegam do setor privado, prometendo maior eficácia no uso dos recursos e maior eficiência nos resultados obtidos, o que traz mais um argumento em defesa da privatização da educação pública, o culto à “eficiência do privado” que tem justificado o repasse da gestão de escolas públicas para organizações privadas, o fornecimento de material didático, a formação dos professores em serviço, as avaliações externas, entre outros (Oliveira, 2021, p. 142).

A educação passa a figurar como elemento importante no processo de manutenção da engrenagem capitalista, sendo cada vez mais perpassada pelos interesses privados, visto que tanto há organizações não governamentais assessorando o governo na condução da política, quanto ocorre o avanço do financiamento público para que estudantes frequentem instituições de ensino privadas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

no Brasil. Em alguns países, há prática de pagamento de subsídios para que os responsáveis escolham as escolas privadas nas quais possam matricular os estudantes.

Amaral (2010) ressalta que os organismos internacionais funcionam como agentes que disseminam os modelos educacionais entre os países na perspectiva de garantir uma regulação em nível mundial de que os costumes, hábitos e saberes legitimados socialmente para a reprodução do sistema capitalista sejam incorporados pelo maior número de países. Em análise sobre a política pública de educação a partir da perspectiva do regime internacional, o autor afirma que:

Em resumo, um regime internacional é uma forma de regulação social. Dois elementos podem ser considerados centrais ao hipotético regime educacional aqui discutido. O primeiro é um regime semântico que consiste em metáforas e retórica econômica, em geral neoliberal. Em um horizonte discursivo, esse regime fixa a racionalidade ao longo da qual discussões sobre educação e, por consequência, a formulação de políticas públicas acontece. A análise de conteúdo e discurso dos principais documentos sobre política de educação de organismos internacionais — entre eles o Banco Mundial, a OCDE e a UNESCO —, mas também da política educacional nacional — programas, projetos de lei e outros documentos brasileiros — apontam para esse regime discursivo. O segundo elemento refere-se a um consenso entre os agentes da política educacional — sejam eles organizações nacionais ou internacionais ou outros participantes no processo político — em novas formas de governo público, mais bem caracterizados por uma atenção focal na eficácia, na eficiência e, consequentemente, no resultado econômico, independentemente de suas consequências para arranjos pedagógicos, uma orientação que já se pode identificar entre os organismos internacionais envolvidos na política educacional internacional: em particular a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia, a UNICEF e a OCDE (Amaral, 2010, p. 51).

A política educacional é, portanto, objeto de interesse da política internacional, cujas reformas engendradas nos países sofrem influências das diretrizes internacionais a fim de aproximar-se dos modelos tidos como de excelência para o desenvolvimento socioeconômico dos países. Nesse âmbito, apresenta destaque a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien (Tailândia) em 1990, financiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, com o objetivo de debater as diretrizes educacionais a nível mundial, do qual resultou o documento que o Brasil é signatário. Importa ressaltar que as recomendações eram que os países investissem na oferta de serviços educacionais objetivando a garantia de acesso aos conhecimentos básicos para que a população desenvolva as capacidades para viver e trabalhar com dignidade (Frigotto; Ciavatta, 2003).

Desse modo, acompanhando também o movimento de reforma administrativa do Estado, a política educacional no Brasil teve que reconfigurar sua atuação na busca por

garantir uma maior escolarização básica à população e combater o analfabetismo. Sobre as mudanças nos processos de condução da política educacional, Diógenes e Araújo (2020) destacam que:

Todas as grandes mudanças estruturais nas políticas de educação na década de 1990 no Brasil revestiram-se de um forte teor apelativo, para reconfigurar o perfil do ensino público de “ineficiente e sem qualidade” para “eficiente e com qualidade”. As palavras de ordem que se fizeram soar em todas as instâncias da organização educacional foram: qualidade, equidade, eficiência, eficácia, efetividade, gestão escolar; descentralização, democratização, universalização, permanência, sucesso escolar, enfim capacitar à população de acordo com os ditames da nova ordem mundial e para o desenvolvimento e o crescimento econômico na ótica do capital (Diógenes; Araújo, 2020, p. 28619).

Os estados também seguiram o movimento de reformas empreendido pelo governo federal. O Ceará, a partir dos anos 1990, também apresenta uma política voltada para a reforma do estado na perspectiva da racionalização dos gastos públicos e reforma da gestão dos serviços públicos, com ações de privatização de seus serviços públicos. Na educação, a perspectiva tem sido de fomentar o aumento da escolarização da população para uma melhor qualificação para o trabalho.

Vieira, Plank e Vidal (2019) destacam que o processo de mudanças nas políticas de educação no Ceará é associado a três fatores: busca por equilíbrio fiscal com consequente eficiência na gerência da política pública, a utilização de formas meritocráticas na ocupação de cargos nos serviços públicos de educação e a gestão por resultados. Tais fatores acompanham o processo de modernização das ações desenvolvidas na política pública de educação no Ceará, na perspectiva de buscar maior eficiência, eficácia e efetividade na oferta da escolarização à população.

Nesse caminho, o equilíbrio fiscal possibilitou o aumento da arrecadação tributária, sendo essencial para a determinação de percentuais a serem investidos na educação e a criação dos Fundos de Educação para a distribuição dos investimentos entre estado e municípios. Houve ainda a realização de concursos em 2003, 2013 e 2018 para o preenchimento de vagas para profissionais da educação, na perspectiva de garantir recursos humanos qualificados e permanentes na Educação Básica a nível estadual.

A forma de gestão por resultados foi amplamente adotada pelo governo cearense, sendo pautada na busca por maior eficiência na gestão, e a política de educação passou a ser vista como um serviço ofertado à população. Desse modo, para mensurar a qualidade e estabelecer metas quanto ao trabalho desenvolvido, foi instituído o Sistema Permanente de

Avaliação da Educação Básica (SPAECE) como meio de avaliação em larga escala a nível estadual, sendo fortalecida sua utilização nos anos 2000.

Diante da busca por maior eficiência, implanta-se, de forma quantitativa, no estado do Ceará, a gestão por resultados, por meio da qual o sistema educacional passa a ter um maior controle a partir das avaliações que auferem os aspectos que dizem respeito à gestão e organização educacional. Ao estabelecer e comparar os indicadores em torno da evasão, repetência, notas das avaliações em larga escala se desenvolvem processos de responsabilização de escolas, professores e sujeitos no que diz respeito à melhoria nos índices educacionais.

As avaliações em larga escala proporcionam resultados que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a nível nacional, além disso, são realizados exames a níveis estaduais, objetivando mensurar de forma quantitativa a qualidade do ensino. Esse conjunto avaliativo imprime uma racionalidade organizativa aos ambientes escolares na busca por manter os melhores índices, o que tem impacto sobre professores e estudantes. E diante da necessidade de alcançar os resultados e metas estabelecidos na busca por notas mais altas e melhor aproveitamento dos estudantes, há um direcionamento por parte de professores e gestores para a oferta de conteúdos necessários às avaliações em larga escala, a fim de que os estudantes obtenham notas altas com maior destaque nos *rankings*.

Coadunando com essa perspectiva, o estudo realizado por Silva e Ramos (2018), com professores e gestores de escolas de ensino médio integrado à educação profissional, identificou que as políticas educacionais são diretamente atreladas aos conteúdos inerentes às avaliações por serem considerados referências de qualidade, levando, por exemplo, a uma maior carga horária para as disciplinas de língua portuguesa e matemática (disciplinas presentes nas avaliações em larga escala), em detrimento de outras.

O caráter globalizado da educação tem inserido o Brasil em situação de comparação com outros países em relação aos níveis educacionais de sua população. As competências necessárias aos sujeitos para que sejam produtivos são direcionadas no âmbito global, sendo o PISA o instrumento que afere, de forma homogênea sem observância das diferenças socioculturais, se os sistemas educacionais dos países têm alcançado os parâmetros estabelecidos. Diante desse quadro, Pereira (2019) alerta que:

A cultura da avaliação na contemporaneidade tem sido apropriada pelas estruturas do capital a fim de verificar e aferir as competências e habilidades que ele demanda e de responsabilizar escolas, professores e estudantes que não detêm as destrezas que interessam aos mercados. Assim, o Pisa é um instrumento político-ideológico da

OCDE que busca engendrar nos governos nacionais a mesma avaliação meritocrática e instrumental da cultura que conduz. [...] (Pereira, 2019, p. 4).

Assim, os professores têm a responsabilidade de formular estratégias para o melhor aprendizado dos estudantes dos conteúdos escolares, além de motivá-los no processo para um melhor desempenho dentro dos parâmetros estabelecidos. Aos alunos cabe a busca por assimilar os conhecimentos padronizados e o esforço para alcançar as notas mais altas possíveis para que o seu bom desempenho também culmine em bons resultados para as instituições educacionais na perspectiva de atenderem às exigências de controle de gestão por resultados presente na política educacional.

Esses processos foram amplamente implementados no projeto de educação do Governo de Fernando Henrique Cardoso, que se alinhou ao processo de ajustes aos preceitos neoliberais, tendo como norte a adoção de medidas para proporcionar a formação dos sujeitos de acordo com as necessidades das novas configurações de mercado de trabalho. A característica de maior destaque encontra-se na adoção do pensamento pedagógico empresarial em consonância com diretrizes difundidas pelos organismos internacionais, as quais apresentam fatores como o individualismo, o dualismo e a fragmentação que se conectam ao contexto de relações de trabalho desregulamentadas e flexibilizadas, com perdas de direitos sociais. Assim os parâmetros educacionais têm como base as competências e a empregabilidade, a fim de formar os sujeitos com as habilidades necessárias ao mercado de trabalho (Frigotto; Ciavatta, 2003).

Cabe destacar que esses aspectos se fazem presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) quando esta dispõe como uma das finalidades do ensino médio, no inciso II do artigo 35: “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (Brasil, 1996, p. 18).

Em consonância com essas proposições, Ciavatta e Ramos (2012) asseveram que a política de educação brasileira propõe, para além da necessidade de os trabalhadores adquirirem conhecimentos científicos, principalmente adequá-los e prepará-los para o enfrentamento das condições de trabalho flexíveis e precarizadas. As autoras também destacam que a construção das diretrizes educacionais no Brasil sofre influências diretas do empresariado, sendo a educação um campo de disputas entre o direcionamento para as demandas econômicas e o projeto de emancipação humana.

Melo (2009) exemplifica tais influências quando destaca o documento intitulado *Educação Básica e Formação Profissional: uma visão dos empresários*, produzido em 1993

por membros da Confederação Nacional da Indústria, o qual imprimiu orientações indicando que o acesso à escolarização deveria acontecer até os 18 anos, proporcionando o aprendizado dos conteúdos para o desenvolvimento das habilidades necessárias ao trabalho flexibilizado e desenvolvendo a autonomia para que estes realizem diversas funções no ambiente de trabalho, sendo, portanto, central o aprendizado da elaboração crítica, a independência e a autogestão do fazer profissional. Sobre as características elencadas no documento, Melo (2009) assevera que:

[...] em primeiro lugar, é exigida a “crítica”, no sentido de que os trabalhadores precisam se apropriar de processos teóricos, abstratos, que estão no cerne das máquinas microeletrônicas. Em segundo lugar, o trabalhador deve ser independente e procurar se colocar, frente ao mercado de trabalho excludente, de forma ativa, dinâmica, enfim, de maneira que possa gerir independentemente a sua própria carreira. Em último lugar, a competência de que o trabalhador deve organizar seu próprio trabalho tende, no sentido mais atual, ao empreendedorismo (Melo, 2009, p. 900).

Entende-se que o que se quer alcançar é um processo de formação do trabalhador que contribua com o desenvolvimento econômico das empresas. Esse caminho empreende uma responsabilização dos sujeitos que, a partir dos seus esforços e méritos, alcançaram melhores níveis de empregabilidade. Essa condição imposta ao trabalhador promove uma exploração sob uma perspectiva de totalidade do sujeito, “que exige do trabalhador o máximo desempenho na atribuição de suas funções, não somente no âmbito das disposições psicofísicas, mas também espirituais e intelectuais” (Melo, 2009, p. 902).

Diante desse contexto, é importante destacar que a política educacional desenvolvida nos anos 1990 foi a base para as ações desenvolvidas nos anos subsequentes, realizadas nos governos de Lula (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 – 2016), presidentes provenientes do Partido dos Trabalhadores, cujo discurso à época era de fortalecimento da democracia e da garantia dos direitos da população. Compreende-se que não houve mudanças significativas na busca por uma educação com vistas à emancipação e transformação societária. A contribuição se deu no sentido de garantia de maiores investimentos para a universalização da Educação Básica por meio da gradativa obrigatoriedade da oferta de ensino médio e a expansão do ensino superior.

No âmbito da Educação Básica, para a garantia de ampliação dos investimentos, houve, em 2007, a criação do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB)¹⁰, retirando o

¹⁰ O Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB) foi instituído pela emenda constitucional n. 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007 com vigência definida para o período de 2007-2020, para substituir o FUNDEF na perspectiva de destinar os investimentos da União, estados e municípios na educação para todas as etapas da Educação Básica. Os recursos são distribuídos de acordo com o número de estudantes de cada etapa (ensino infantil, fundamental e médio). O fim da vigência do fundo em 2020

foco de investimentos no ensino fundamental impresso por meio do FUNDEF. Tal direcionamento proporcionou uma maior distribuição de recursos para todas as etapas de ensino da Educação Básica. Além disso, a emenda constitucional n.º 59/2009¹¹ determinou a obrigatoriedade da oferta de escolarização na faixa etária de quatro a dezessete anos de idade na rede pública de ensino, o que contribuiu para a garantia de mais vagas nas escolas e consequentemente favoreceu que mais estudantes pudessem ampliar a escolarização (Vidal; Oliveira; Avelar, 2022).

Particularmente, em relação ao ensino médio, restabeleceu-se a possibilidade de oferta do ensino médio integrado à educação profissional por meio do Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou a Educação Profissional e Tecnológica. Assim, a partir de 2008, com a alocação de investimentos federais, por meio do Programa Brasil Profissionalizado, houve uma expansão dessa modalidade de ensino nas escolas estaduais brasileiras. Importa destacar que o Ceará apresentou crescimento do número de Escolas Estaduais de Educação Profissionalizante (EEEP), por iniciativa política do Governo de Cid Gomes, a partir dos recursos desse programa, que inaugurou até o final de seu mandato, no ano de 2014, um total de 106 EEEP. Hoje o Ceará conta com 132 EEEP, como anteriormente citado.

No entanto, o contexto de avanço dos investimentos na oferta de políticas públicas presente nos governos petistas sofreu um arrefecimento a partir do *Impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, momento em que o vice-presidente Michel Temer assumiu o poder permanecendo até 2018. Ressalte-se que no governo Temer houve uma retomada de ações de cunho neoliberal na perspectiva de diminuição dos investimentos em políticas públicas, com destaque a Emenda Constitucional n.º 95/2016, que previu o congelamento dos investimentos em gastos públicos por 20 anos, o que impactou diretamente na qualidade da oferta de serviços de saúde e educação.

No que diz respeito à educação, percebe-se a influência do empresariado ao propor reformas curriculares que passam a ser realizadas com a participação de institutos e fundações como Instituto Ayrton Senna, Fundação Lehman, Instituto Itaú Unibanco, organismos internacionais e empresariado transnacional que, em interlocução com os órgãos estatais, buscam ditar a condução da educação brasileira. Segundo Giroto (2018), por meio

ensejou a promulgação da Emenda Constitucional n.º 108/2020 que institui o FUNDEB como permanente.

¹¹ A Emenda Constitucional n.º 59/2009 estabelece mudança na redação do artigo 208, inciso I, passando a determinar: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 2009, p. 1). Desse modo, passa a ser de caráter obrigatório a oferta no ensino público de educação infantil para crianças a partir de 4 anos e o ensino médio para os adolescentes de 15 a 17 anos, inclusive prevê a oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) quando determina a oferta de ensino para aqueles que não tiveram acesso quando crianças e/ou adolescentes.

de documentos norteadores, são elaboradas as orientações para o alcance de objetivos, como a redução dos custos com a educação, a partir de formas de precarização do trabalho docente, a formação docente com o foco em resultados que representem maior eficiência, o fomento ao desenvolvimento das competências socioemocionais e cognitivas dos estudantes para que estes possam desenvolver as habilidades necessárias para superar as situações de trabalho precarizado e flexível. Desse modo,

Na nova perspectiva, cabe à escola, através do professor, ajudar os alunos a formarem valores individuais que lhes permitirão competir em um mundo marcado pelas desigualdades. Nessa perspectiva, não se trata mais de possibilitar aos alunos e alunas, através da apropriação de conteúdos, conceitos, linguagens e instrumentos, o entendimento do mundo, com vista à superação de suas principais contradições, através de ações individuais e coletivas. Ao contrário, o objetivo é fazer com que os estudantes desenvolvam certos valores que interessam aos agentes do mercado de trabalho, fomentando a competição e ampliando a responsabilização dos sujeitos pelos seus sucessos e fracassos. As crises deixam de ser, nessa perspectiva, construções históricas, modificáveis, e passam a ser dados imutáveis da realidade (Giroto, 2018, p. 170).

Assim, para a retomada da ofensiva neoliberal sobre a política de educação, a fim de atender às demandas de reprodução do capital, é proposta a criação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz a fragmentação do ensino dos conteúdos no ensino médio. A perspectiva é adequar a organização curricular a uma proposta diversificada e flexível que atenda às mudanças societárias e do mundo do trabalho. Desse modo, por meio da Lei n.º 13.415/2017, atualizada pela Lei n.º 14.945/2024, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), temos que:

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – linguagens e suas tecnologias;
- II – matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
- V – formação técnica e profissional, organizada de acordo com os eixos tecnológicos e as áreas tecnológicas definidos nos termos previstos nas diretrizes curriculares nacionais de educação profissional e tecnológica, observados o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) referido no § 3º do art. 42-A e o disposto nos arts. 36-A, 36-B, 36-C e 36-D desta Lei. (Brasil, Art. 36).

Desse modo, a BNCC detalha o que deve ser abordado em cada itinerário, sempre pontuando a necessidade de uma formação que possibilite maior protagonismo do estudante em seu processo de escolarização, para que possa adquirir os conhecimentos necessários para a cidadania e o trabalho. Nesse contexto, o documento regulador da BNCC apresenta as

diretrizes para que os estados e municípios desenvolvam as ações educacionais na busca de conferir as competências indicadas para o desenvolvimento de habilidades que proporcionem atitudes para a resolução de demandas que dizem respeito à vida pessoal, comunitária e do trabalho dos futuros trabalhadores. Esse conceito de competências é presente desde as reformas educacionais da década de 1990, apresentando-se como o caminho para uma educação que atenda aos interesses do mundo do trabalho.

Assim, na BNCC, o discurso das competências é empreendido sempre a partir da pauta do protagonismo do sujeito que deve desenvolver as habilidades para atuar de forma ética, reflexiva, cooperativa e propositiva nos momentos de convívio social e do trabalho. A escola, por sua vez, por meio do ensino médio, tem o papel de proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, contribuir para a construção do projeto de vida, garantir os conhecimentos necessários para que os estudantes possam utilizar as tecnologias digitais, visto que o desenvolvimento tecnológico é constante e presente no cotidiano de todos os sujeitos. Como ressalta,

essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos. Certamente, grande parte das futuras profissões envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais (Brasil, 2018, p. 273).

Sendo assim, o uso da tecnologia é pauta de destaque na BNCC cujas dimensões são explicitadas tanto no que diz respeito aos conhecimentos e habilidades, previstos como pensamento computacional e mundo digital que compreendem a aprendizagem de como ter acesso às informações, processá-las e transmiti-las de maneira segura, quanto aos valores e atitudes por meio da cultura digital que abrange o uso crítico, ético e responsável das tecnologias. A partir da BNCC há uma modificação das diretrizes educacionais, por meio das necessidades advindas do desenvolvimento societário que avançou no uso das tecnologias, havendo, assim, a necessidade de maior preparação dos jovens para essa realidade.

Importante destacar a ênfase sobre a necessidade da preparação para o trabalho com vistas à realidade permeada de incertezas e mudanças, fomentando o empreendedorismo para a prestação de serviços e desenvolvimento de produtos. Além disso, há uma centralidade na elaboração do projeto de vida dos estudantes, a partir da contribuição na formação social e

pessoal “por meio da consolidação e construção de conhecimentos, representações e valores que incidirão sobre seus processos de tomada de decisão ao longo da vida” (Brasil, 2018, p. 472). É por meio desses processos que os valores da racionalidade neoliberal continuam a ser aprofundados na sociedade, visto que, no ambiente escolar, é reproduzida a ideia de que o sujeito deve desenvolver um protagonismo para enfrentar as condições impostas pela sociedade marcadas por profundas desigualdades sociais que impõem oportunidades desiguais a depender do nível socioeconômico.

Nesse caminho, Carvalho, Silva e Delboni (2017) afirmam que a política de educação brasileira, por meio da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, incorpora ao processo educacional as diretrizes capitalistas de formação de capital humano, ao estabelecer modelos, padrões e homogeneização dos quesitos que se espera dos estudantes na aprendizagem escolar. Assim, perduram ações que envolvem a perpetuação do poder disciplinar por meio dos horários escolares, avaliações, valorização da aquisição de competências individuais, extensão do tempo dos estudantes e professores dedicados aos assuntos escolares devido ao uso das tecnologias de comunicação no horário de folga.

Mascarenhas (2018) corrobora essas considerações e acrescenta que as práticas disciplinares empreendem uma centralidade e valorização de conhecimentos abstratos em detrimento de outros saberes, como a prática de atividades físicas, a dança, a música, consideradas menos importantes na vivência da educação formal. É central na escolarização a aprendizagem dos conteúdos de forma cristalizada e com avaliações constantes, e foco nos saberes necessários ao mercado de trabalho. Com o avançar da biopolítica¹² no período neoliberal, esse processo ganha maior aproximação ao ideário empresarial:

No caso brasileiro em particular, mas seguindo uma tendência global, percebemos várias manifestações dessas práticas biopolíticas na educação: o crescente entrelaçamento das políticas educacionais com as regras e princípios do mercado; o crescimento da cultura da formação continuada, não como vontade de aprender, movida pela curiosidade e pelo prazer que se pode extrair de conhecer algo novo, mas como busca por títulos, medo do desemprego, de não possuir a chamada empregabilidade, ou simplesmente medo de deixar a universidade para trás e encerrar um ciclo; o aumento das demandas acadêmicas, nos moldes do mercado, e que reduzem a experiência de tempo livre, fundamental para o trabalho intelectual e para uma vida saudável; a precarização financeira das escolas e universidades, as ondas de privatização do ensino público, e a ênfase em cursos técnicos e pragmáticos que correspondem às exigências do mercado (...) (Mascarenhas, 2018, p. 1543).

¹² Biopolítica se configura como a forma de poder exercida por meio da atuação do Estado sobre os aspectos que envolvem o desenvolvimento e manutenção da vida dos sujeitos, que se dá pelo controle de natalidade, saúde, educação, dentre outros elementos que envolvem aspectos biológicos e sociais, de acordo com as características de cada período sócio-histórico, sendo as influências da atualidade os ideais neoliberais (Foucault, 2008).

Aos sujeitos lhes é dada a responsabilidade de, a partir do próprio esforço, buscar o conhecimento necessário para que possam ser produtivos e eficientes no trabalho. Esse processo compreende a busca dos sujeitos em manter um bom desempenho nas ações que realizam, a fim de alcançar melhores condições de sobrevivência, por meio de sua performance individual, sendo livres para realizar as escolhas que lhes conferem alto desempenho. Sobre isso, Daré (2019) afirma que:

Na medida em que cada sujeito é um capital a ser gerido conforme as demandas do mercado, então ele deve buscar a intensificação de seu desempenho, emergindo um elemento central, a idealização de uma liberdade que se transforma na obrigação de um melhor desempenho, que deve ser mobilizada não só no trabalho, mas da mesma forma, em outras esferas da vida. Impõem-se a necessidade de ações individuais e autônomas na construção de melhores desempenhos, elementos que serão determinantes na formação do empreendedor de si (Daré, 2019, p. 78).

Sobre a categoria de desempenho, Corbanezi (2018) destaca como uma categoria central na sociedade capitalista atual, a qual pode ser mensurada como sendo a “quantidade de capital humano acumulado, o desempenho funciona atualmente como medida do sucesso e do fracasso dos indivíduos em uma sociedade que se compõe, pois, de ‘vencedores’ e de ‘perdedores’” (Corbanezi, 2018, p. 347). Portanto, há uma busca por manter as condições de conhecimento, saúde e motivação para a constante manutenção e aperfeiçoamento desse desempenho.

Byung-Chul Han (2015) caracteriza como sociedade do desempenho o contexto no qual os sujeitos são conduzidos à busca frenética por uma melhor performance e maior produtividade para inserir-se no mercado. Os sujeitos internalizam a perspectiva que devem estar sempre fazendo algo que aprimore suas habilidades para um maior desempenho nas atividades laborais e em qualquer outra esfera da vida. Há uma busca constante por sempre ter o melhor desempenho constituindo um processo de autoexploração.

Na medida em que há uma valorização e busca por produtividade, faz-se com que, desde a infância, haja uma supervalorização do tempo dedicado aos estudos e formação profissional, em detrimento de tempo de lazer e atividades que gerem prazer e bem-estar. Aquilo que deve ser considerado essencial passa a ser uma recompensa depois de horas dedicadas aos estudos e/ou trabalho, o que pode culminar em aumento dos níveis de estresse e ansiedade por excesso de trabalho.

Nesse caminho, Byung-Chul Han (2015), ao analisar a sociedade do desempenho enquanto causadora de processos de sofrimento psíquico que culminam em depressão e ansiedade, afirma que as pessoas, por meio da autoexploração, por buscarem estar sempre

produtivas, sentem uma sensação de poder. No entanto, na medida em que se expõem a sobrecargas, elas estão adoecendo mentalmente, visto que, por meio da constituição da sociedade sob a influência neoliberal, há uma construção subjetiva de valorização desse sujeito produtivo e competitivo como modelo. Sobre isso Byung-Chul Han (2015) afirma que:

Assim, o sujeito de desempenho se entrega à liberdade coercitiva ou à livre coerção de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem mais ser distinguidos. Essa autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (Han, 2015, p. 17).

Esse perfil de sujeito que busca o desempenho coaduna com a perspectiva da sociedade capitalista vigente, sendo parte propulsora do aumento da produtividade ao dedicar-se ao trabalho e ao aumento do desempenho para exercê-lo.

A escola tem desenvolvido ações que buscam adequar e envolver os sujeitos nesse processo, estimulando o desenvolvimento das habilidades necessárias ao mercado de trabalho e melhor desempenho nas avaliações escolares em larga escala que imprimem maior visibilidade no sistema avaliativo nacional e internacional. Assim, são estabelecidos padrões aos quais as crianças e adolescentes devem se alinhar para que sejam considerados bem-sucedidos, e todo esse contexto gera bastante expectativa e responsabilidades, exigindo esforço e compromisso dos discentes.

Ao estabelecer padrões considerados ideais para o alcance do sucesso profissional e pessoal dos sujeitos, esse processo culmina em relações desiguais nos ambientes escolares, visto que os estudantes apresentam contextos sociais, culturais, econômicos e relações interpessoais diversos. Assim, quando se estabelecem padrões aos quais se espera que todos se adaptem, há um aprofundamento das desigualdades no ambiente escolar, na medida em que se supervaloriza aqueles que têm melhor desempenho nas avaliações. Esse ambiente competitivo e de muitas atividades escolares pode culminar em quadros de estresse e ansiedade que comprometem a saúde mental dos estudantes, tema que é aprofundado na sequência.

4.3 Sociedade do desempenho, educação competitiva e saúde mental dos estudantes

A forma como a sociedade se organiza e é vivenciada pelos indivíduos influencia em como eles desenvolvem sua sociabilidade e saúde mental. Desse modo, é consenso que a

saúde não diz respeito somente ao processo de saúde-doença, mas faz parte de todo o contexto social, cultural, econômico, político, ambiental e de acesso aos direitos sociais que configuram determinantes sociais da saúde, os quais têm papel importante para o bem-estar das pessoas.

A maneira como os sujeitos se relacionam nos ambientes familiares, no trabalho e na escola pode proporcionar, a depender das relações travadas nesses ambientes, momentos de bem-estar ou não. Ambientes com pouca comunicação, muitas exigências e onde não há aproximação entre os sujeitos geram experiências de mal-estar, sofrimento e estresse, que, por tempo prolongado e falta de acompanhamento adequado, culminam em agravamento dos casos de adoecimento mental. Sobre esses aspectos sociais, os quais perpassam a produção de sofrimento nos sujeitos, Nunes e Almeida (2020) destacam que:

A partir da década de 1970, com o levante das discussões sobre poder, liberdade, contracultura e lutas sociais, pesquisas reforçaram a relação entre saúde mental e sociedade, mostrando que esta e suas instituições, muitas vezes, mais adoecem seus integrantes que os protegem, além de que transtornos mentais não seriam meramente sintomas de doenças orgânicas cerebrais. A iniciante e efervescente crítica oriunda da antipsiquiatria estabeleceu uma nova área conceitual e teórica. O feminismo crescente denunciou opressões nos espaços públicos e nos sacrossantos lares, oferecendo novas palavras e matrizes interpretativas para designar sofrimentos que sequer tinham visibilidade e eram percebidos (Nunes; Almeida, 2020, p. 10).

O sofrimento causado pela experiência social, sendo conceituado como sofrimento social ao gerar mal-estar por tempo prolongado, repercute na saúde física e mental dos indivíduos, ganhando maior visibilidade nas formas de adoecimento que interferem na produtividade dos trabalhadores. Portanto, o sofrimento social compreende os processos sociais, culturais e econômicos postos pelo modelo societário vigente, os quais impactam na construção da subjetividade e experiência de mal-estar social e psíquico dos sujeitos.

Importa destacar que para Pussetti e Brazzabeni (2011):

O conceito de sofrimento social emergiu nas últimas décadas como lente particularmente apropriada para olhar as relações profundas entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. O sofrimento, enquanto sentimento humano, foi por muito tempo imaginado como uma experiência inata, ligada ao corpo natural e, portanto, universal – fenômeno pan-humano e pré-cultural, associado aos lugares simbólicos da interioridade –, pouco interessante, nesse sentido, e ainda menos acessível aos métodos da análise sociocultural (Pussetti; Brazzabeni, 2011, p. 468).

Ainda segundo os autores, o sofrimento vivenciado pelos sujeitos passa a ser relacionado às questões sociais postas pelos modos desiguais de constituição da sociedade, de acordo com as relações de poder e a organização que se estabelece nos ambientes familiares,

profissionais, dentre outras. Como sinalizado, os sujeitos passam por situações de sofrimento que podem repercutir em mal-estar.

Marx (2006) na obra intitulada *Sobre o Suicídio* analisa situações em que mulheres cometeram suicídio devido à opressão familiar e social que sofriam em um período em que elas deveriam ser submissas e seus direitos eram totalmente negados. Apesar de Marx empreender suas análises no âmbito da vida privada, ele destaca que a miséria e a desigualdade social que oprimem os sujeitos também culminam em suicídios. A partir disso, ele destaca que o sofrimento que leva ao suicídio está diretamente relacionado às formas como as relações sociais são vivenciadas pelos sujeitos de acordo com os costumes, normas e condições sociais a que estejam submetidos, não sendo algo individual e independente de classe social. Como podemos observar no seguinte trecho:

O número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade; pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico. A prostituição e o latrocínio aumentam, então, na mesma proporção. Embora a miséria seja a maior causa do suicídio, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre os artistas e os políticos. A diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas (Marx, 2006b, p. 24).

Cabe destacar que, no período em que Marx viveu, as questões referentes ao sofrimento psíquico eram tratadas como alienação mental, sendo as pessoas que apresentassem quadros compatíveis com transtornos mentais, bem como a depressão e a ansiedade, tratadas como loucas, ficando reclusas em manicômios. Apesar de não tratar de tal realidade como processo de saúde mental, Marx compreende que há um mal-estar gerado pelas relações de poder e de sofrimento social, seja por meio dos abusos do poder patriarcal ou pela situação de miséria e privação decorrentes das desigualdades sociais.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), divulgados em 2022, quase um bilhão de pessoas no mundo vive com algum tipo de transtorno mental, tendo como consequências muitos casos de suicídio, incapacidade para atividades cotidianas e trabalho, e diminuição dos anos de vida em 10 a 20 anos, quando se vive em quadros graves de adoecimento mental. Dentre os fatores que pioram a saúde mental da população, destacam-se as desigualdades sociais, desastres climáticos, emergências em saúde e conflitos armados (OMS..., 2022).

Quando se trata das desigualdades sociais, as populações de países mais pobres, tanto são mais propensas ao sofrimento psíquico quanto são as que mais têm dificuldades de

acesso a acompanhamento de saúde adequado. Os dados da OMS (2022) apontam que 70% das pessoas com psicose em países de alta renda acessam tratamentos adequados, por outro lado, em países pobres, somente 12% são atendidos; quanto às pessoas com depressão, cerca de um terço recebe tratamento em países de alta renda e em torno de 23% das pessoas conseguem acesso a acompanhamento adequado em países de baixa renda (OMS..., 2022).

Portanto, a sociedade estabelecida pelo modo de produção capitalista, baseada na exploração do trabalho, desigualdades sociais e individualização dos sujeitos torna-se um ambiente favorável para a experiência de mal-estar e sobrecarga física e mental dos sujeitos. No entanto, tais aspectos têm sido tratados historicamente como processos individuais, tendo cada um a responsabilidade de estabelecer estratégias para superar as adversidades e enquadrar-se no modo de ser da sociedade capitalista.

Sobre o processo de mal-estar causado pelas relações de trabalho, Viapina, Gomes e Albuquerque (2018) tecem importante análise sobre a sobrecarga psíquica decorrente das relações sociais, em específico de trabalho, a partir da consideração de que as reações emocionais se relacionam com as vivências sociais. A pressão para alcançar metas, a exigência por alta produtividade, a constante vigilância por supervisores, a necessidade de aprimorar conhecimentos no horário livre e a resolução de questões de trabalho fora do horário do expediente configuram-se como formas de intensificação do trabalho que impactam negativamente no tempo de descanso, culminando em maior fadiga e cansaço dos trabalhadores que passam a vivenciar sofrimento psíquico, além de riscos de lesões e desgaste físico diante das dificuldades de cuidado com o bem-estar físico e mental.

Em análise sobre as relações travadas no contexto da sociedade capitalista atual Caponi e Brzozowski (2022) afirmam que:

Nessa lógica neoliberal encontramos, por um lado, os exitosos, sempre insatisfeitos, pois sua procura é pelo gozo infinito e sempre frustrado; por outro, os derrotados considerados como obstáculos a serem superados, objetos descartáveis e no limite matáveis. Nessa ordem sem fronteiras, parece ser inevitável o surgimento de um estado de perversão generalizada, que tem um “custo subjetivo imenso, o derrotado sofre por sua insuficiência, e o vencedor tende a fazer os outros sofrerem como objetos sobre os quais exerce seu domínio” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 371). Observa-se assim um processo de objetivação do self que, com o auxílio de saberes expertos, desde o marketing até a psiquiatria, transformam os indivíduos em “recursos humanos”, isto é, em sujeitos descartáveis e em permanente concorrência (Caponi; Brzozowski, 2022, p. 204).

A sociedade capitalista, à luz do modelo neoliberal, solicita dos indivíduos que se adaptem às exigências de competitividade e produtividade do sistema produtivo, a partir do investimento e atenção a si, estabelecendo processos de individualização nos sujeitos que

passam a ter como referência somente a si, sem que sejam fortalecidos suportes sociais que lhe amparem nos momentos de crise. Desse modo, cabe a cada um ter suas estratégias de superação das adversidades, como se fosse um ser onipotente cuja falha é responsabilidade somente do indivíduo, sem que os aspectos sociais, culturais e econômicos sejam considerados. Sob a perspectiva neoliberal, os sujeitos são responsáveis pela crise econômica e pela baixa produtividade por não terem o desempenho esperado para realização das atividades econômicas (Cambauva; Junior, 2005).

Esse processo de individualização em que o indivíduo é responsável pelo seu desenvolvimento, sendo o alcance de bons resultados no âmbito do trabalho como mérito de cada um independente das condições de vida, faz com que haja uma relação de desamparo entre as pessoas. A ideia difundida é de que as condições estão postas e cada um com o próprio esforço deve acessar as condições de desenvolvimento pessoal e econômico, cujos processos culminam, segundo Cambauva e Junior (2005), em depressão, diante da demanda de autossuficiência sem que haja o necessário suporte diante das desigualdades sociais, a redução do amparo social e do Estado.

Em consonância com as análises de Cambauva e Junior (2005), há estudos que analisam como a organização da racionalidade educacional aos moldes neoliberais tem interferido na saúde mental dos estudantes, visto que cada vez mais há uma exigência escolar por mais eficiência e capacidade de aprendizado das pessoas o mais precocemente possível. Nesse contexto, Caponi e Daré (2020) afirmam que:

De igual modo, a escola contemporânea, perpassada pela lógica da competição e da autorresponsabilização, pode ter um impacto profundo na produção de sofrimentos psíquicos que a psiquiatria biológica se encarregará de transformar em diagnósticos psiquiátricos infantis. Vemos assim que fatores sociais amplos e estruturais são reduzidos a disfunções cerebrais e desequilíbrios neuroquímicos, desconsiderando que os sofrimentos podem ser o resultado de desafios cotidianos impostos por uma educação entendida como investimento no capital humano, isto é, uma educação baseada na competitividade, na eficácia e na marginalização de toda forma de fracasso escolar (Caponi; Daré, 2020, p. 303).

As autoras ressaltam que as dificuldades em se adequar ao padrão escolar produzem formas de sofrimento, cujas principais ações dizem respeito a busca do aumento do desempenho dos estudantes para que produzam bons resultados. Nesse contexto, pudemos observar, nas falas dos estudantes que participaram das oficinas, que é constante a autocobrança por boas notas e bom desempenho, além das exigências dos responsáveis e dos professores para que obtenham bons resultados. Além disso, relatam as dificuldades advindas das relações interpessoais com outros estudantes, os professores e os gestores das escolas,

muitas vezes se sentindo não acolhidos em suas reivindicações e durante situações de crises relacionadas à saúde mental.

Nesse caminho, Oliveira e Prestes (2021) ressaltam a educação como elemento que pode atuar em duas vias quando se trata da saúde mental, pois, a depender da forma de atuação institucional, ela apresenta elementos de proteção, mas também fatores de risco à saúde mental dos estudantes. As autoras destacam que as relações institucionais (processo ensino-aprendizagem e avaliações), relações dos estudantes com os professores e os demais estudantes, quando permeadas pelo respeito e atenção à saúde mental e individualidades dos sujeitos, fazem a escola funcionar como ambiente de proteção.

Sobre isso, Grolli, Wagner e Dalbosco (2017) afirmam que o ambiente escolar é considerado como um local de proteção à saúde mental dos estudantes quando estes apresentam uma boa vivência escolar, conseguem participar das aulas e têm boa relação com professores e os colegas. Sendo assim, o sentimento de satisfação relacionado ao estar no ambiente escolar é importante para a manutenção da saúde dos jovens.

Quando essas relações não proporcionam bem-estar aos estudantes, a partir de relações com sobrecarga de demandas e falta de empatia, se configuram como fatores de risco. Desse modo, os elementos que proporcionam bem-estar no ambiente escolar são importantes nos processos que perpassam a saúde mental dos jovens, na medida em que os elementos que envolvem o sofrimento psíquico impactam o aproveitamento escolar e o bem-estar do aluno no ambiente educacional. Sobre isso, Oliveira e Prestes (2021) destacam que:

Na medida em que fixamos a educação como área importante para o cuidado em saúde mental, chamamos atenção, especialmente, para a dinâmica institucional, a qual envolve entre outros fatores: cobrança por desempenho e produtividade, relação professor/aluno, metodologias de ensino, métodos avaliativos e a compreensão de cada estudante como sujeito único inserido na sociedade (Oliveira; Prestes, 2021, p. 130).

Oliveira e Prestes (2021) citam pesquisa publicada em 2016 pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a qual destaca como fatores que interferem no desenvolvimento acadêmico dos estudantes: questões sociais e familiares, dificuldades quanto ao acesso aos materiais de estudos, excesso de atividades para fazer, carga horária de trabalho excessiva, dificuldade na aprendizagem e em manter a rotina de estudos. Sobre esse aspecto, os estudantes participantes das oficinas também relataram como causas de mal-estar e sofrimento psíquico a quantidade excessiva de atividades, avaliações e carga horária que os impede de realizar outras atividades extracurriculares sem que se sintam

sobrecarregados. Inclusive, há estudantes que naturalizam esse excesso de atividades e avaliações como uma preparação para a vida adulta permeada pelo aspecto competitivo.

Tais elementos já são relatados como causa de sobrecarga pelos estudantes, no entanto, prevalece a lógica de inseri-los em contexto de produtividade em excesso, sendo necessário que tais elementos sejam observados e revistos na perspectiva de promoção de melhores condições de cuidado à saúde mental destes.

Em pesquisas realizadas por Toledo (2015), Arantes (2018), Oikawa (2019) que tratam sobre a saúde mental e qualidade de vida de jovens estudantes universitários, dentre os fatores elencados pelos alunos como aqueles que interferem em sua saúde mental figuram problemas quanto às relações sociais com familiares, términos de relacionamento, adaptação a novos contextos sociais, mudanças de cidade. Ademais, também constam fatores relacionados diretamente com a vivência acadêmica no que diz respeito à ansiedade quanto às avaliações, grande quantidade de trabalhos, dificuldades nas relações institucionais e com os professores, além da diminuição do desempenho acadêmico.

Ao desenvolver pesquisa para análise da qualidade de vida de estudantes universitários, Toledo (2015) identificou que houve um percentual desse público que apresenta sintomas compatíveis com ansiedade, depressão e estresse na realização das atividades acadêmicas, os quais culminam em mal-estar no decurso da experiência acadêmica.

A análise dos dados permite concluir que a alta prevalência de atividade física na amostra, embora possa ter favorecido a percepção da qualidade de vida a saúde mental, não foi suficiente para atenuar a incidência de sintomas de ansiedade, estresse e depressão. Diversos fatores como gênero, trabalho, distanciamento da família, carga horária excessiva, excesso de trabalhos acadêmicos, a necessidade de adaptação ao novo ambiente e as novas relações sociais e as características específicas do curso merecem destaque uma vez que podem favorecer a emergência de psicopatologias e consequentemente prejudicar a qualidade de vida do estudante (Toledo, 2015, p. 74).

Os fatores que envolvem o bem-estar dos estudantes dizem respeito às relações sociais e familiares, questões econômicas, emocionais, sobrecarga de atividades e adaptação ao ambiente universitário, logo os elementos que envolvem a saúde mental dos sujeitos são multifatoriais e interligados. Assim, Toledo (2015), ao realizar pesquisa com 484 estudantes universitários de cursos da área da saúde (psicologia, terapia ocupacional, medicina, nutrição, educação física, fisioterapia), identificou que os fatores elencados anteriormente influenciam na vida e no desempenho acadêmico, sendo os fatores mais citados a carga excessiva de trabalhos acadêmicos por 94,42% dos estudantes e a falta de disciplina e hábitos de estudo por 87,19% dos alunos.

Dentre os fatores emocionais que interferem nos processos acadêmicos, a ansiedade foi citada por 82,2% dos estudantes, a depressão por 24,58%, além de queixas de desamparo, desespero e desesperança relatadas por 77% do público pesquisado. Toledo (2015), diante do contexto encontrado, salienta que os estudantes que cursam o período integral podem estar em maior risco de sofrimento psíquico devido à redução de atividade física e de lazer para a dedicação de maior tempo na realização das atividades acadêmicas diante da elevada carga horária e da grande quantidade de trabalhos acadêmicos.

A partir dos dados apresentados por Toledo (2015), observamos que, na busca por melhor qualificação profissional, por meio de dedicação de muitas horas aos estudos e realização de atividades complementares, os estudantes passam por tempo prolongado de estresse e busca por alcançar bom desempenho, culminando em maior carga de trabalho. Mesmo com a prática de atividades físicas, os momentos de lazer e cuidados com saúde física e mental apresentam papel coadjuvante fazendo com que os estudantes vivenciem situações de esgotamento físico e mental pela redução dos momentos de descanso.

Já os estudantes do ensino médio integrado à educação profissional de EEEP de Fortaleza que participaram das oficinas, as quais subsidiaram a presente tese, relataram dificuldades na realização de atividades físicas e esportes devido ao pouco tempo que dispõem após chegar da escola, além disso, afirmaram ter de estudar inclusive nos fins de semana para as avaliações e, em alguns casos, realizar atividades domésticas. Também demonstraram preocupação com provas e o ENEM, além de queixas quanto à quantidade de atividades das diversas disciplinas. Esses fatores, segundo eles, contribuem para a redução do tempo de lazer e descanso, aquele, muitas vezes, sem condições de ser realizado no dia a dia escolar por falta de espaços adequados.

Ainda sobre esses fatores, Oikawa (2019) corrobora as pesquisas sobre a saúde mental de estudantes universitários, ao realizar estudos que revelam a sobrecarga de atividades dos alunos, ressaltando que há uma ansiedade, privação do sono e centralidade nas atividades acadêmicas em detrimento de outras atividades pessoais, na busca por realizar o máximo de atividades curriculares e extracurriculares na universidade, na perspectiva de conseguir estudar os conteúdos das disciplinas com bom desempenho, mesmo realizando várias disciplinas no semestre para não prolongar o tempo de permanência na universidade. A autora ressalta como fatores de sofrimento psíquico, que perpassam o desempenho acadêmico:

A sobrecarga de tarefas, simbolizada pela expressão “dar conta de tudo”, advém tanto das atividades obrigatórias que precisam ser cumpridas – grade de disciplinas definidas por semestre e estágios – como também das atividades extras, que consistem principalmente em participação de entidades estudantis, algumas com viés profissional, como as empresas juniores, ou políticos, como os centros acadêmicos, e outras de caráter esportivos, por exemplo, as atléticas e grupo de bateria (Oikawa, 2019, p. 76).

Oikawa (2019) também aponta uma baixa autoestima nos estudantes no processo de transição do ensino médio para o ensino superior, devido às dificuldades de adaptação à nova etapa, que gera notas, muitas vezes, menores que as obtidas por eles no ensino médio. Diante dessa prerrogativa, para os estudantes que saem do ensino fundamental para o ensino médio integrado à educação profissional, os desafios são semelhantes, visto que apresentam a responsabilidade de estudar mais conteúdos e com maior nível de complexidade do que o estudado no ensino fundamental, havendo, assim, dificuldades de adaptação e de obter notas altas em todas as disciplinas.

Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), em pesquisa com 87 jovens estudantes do ensino médio integrado à educação profissional de um Instituto Federal, identificaram que elementos como adaptação, grande volume de conteúdos e atividades, dificuldades de relacionar-se com os outros estudantes e os professores, pouco suporte familiar e social apresentaram-se como fatores relatados pelos jovens que culminam em situações de adoecimento mental relacionado ao contexto escolar. No decurso da pesquisa, há diversos relatos quanto à autocobrança em manter bons resultados que culminam em sofrimento na perspectiva de estudar todo o conteúdo e ter notas altas. Segundo os autores:

A pressão por desempenho foi citada em diferentes momentos no instrumento. Frequentemente associada às notas, de acordo com as percepções dos estudantes, a pressão por um bom desempenho também se constituiu como um possível fator de sofrimento/adoecimento para os estudantes. Analisando diversos estudos sobre saúde mental de estudantes universitários Graner e Cerqueira (2019) identificaram que alunos que se sentiam pouco pressionados apresentaram melhor saúde mental. Desta forma, o estudo supracitado reforça o potencial prejuízo à saúde mental dos estudantes quando se trata da pressão por desempenho. Esta pesquisa identificou que a cobrança pessoal e dos pais/familiares apresentaram-se como as mais frequentes. Dos 87 participantes, 52 afirmam que se cobram muito (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 12).

Lopes (2020), por conseguinte, em pesquisa sobre automutilação e ideação suicida em estudantes do ensino médio integrado à educação em um Instituto Federal, observa que quando tratado sobre os fatores escolares que contribuem para o aumento do sofrimento dos alunos há destaque na cobrança de notas altas tanto pelos familiares quanto pelos professores. Os estudantes relatam dificuldades de adaptação à carga horária elevada e à pressão por desempenho, ressaltando que, por não estarem emocionalmente bem, consequentemente, não

obtem bom rendimento escolar. Porém, não há uma observância por parte de pais, gestores escolares e professores sobre esses aspectos, a fim de buscar o bem-estar do estudante para que este possa ser mais produtivo, o que se tem é uma cobrança contínua por bons resultados como se os discentes tenham somente a vida escolar para dedicar-se, em detrimento de suas subjetividades e vida pessoal.

A rotina escolar ganha centralidade na vida dos estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, pois estes passam diariamente nove horas na escola, acrescido a esse tempo existe o deslocamento até a instituição de ensino, quando o estudante reside distante. Além disso, é necessário que o aluno também estude em casa para uma melhor aprendizagem. A partir da necessidade de investir mais tempo nos estudos na busca por manter bom desempenho, muitos negligenciam as práticas de atividades de lazer, atividades físicas e as relações com amigos e familiares, que configuram importantes aspectos de manutenção da qualidade de vida e bem-estar para as pessoas (Toledo, 2015). Desse modo, os jovens passam por dificuldades para conciliar a vida pessoal e acadêmica, o que culmina em isolamento social, distúrbios alimentares, problemas no sono, aumento do estresse e ansiedade.

Arantes (2018), em pesquisa com estudantes universitários de cursos de saúde, ressalta que há um aumento do estresse dos sujeitos diante da sobrecarga de atividades, que fazem com que tenham dúvidas sobre suas aptidões acadêmicas, causando sensação de insegurança e nervosismo na busca por melhor desempenho. Durante a pesquisa, os estudantes relataram a vivência de transtornos mentais comuns (TMC) no período acadêmico, obtendo os seguintes resultados:

Os sintomas de TMC mais descritos pelos graduandos de ciências da saúde foram os sentimentos de nervosismo, tensão e/ou preocupação, indicado por 356 sujeitos (75%), característicos do humor depressivo/ansioso; seguido de sintomas somáticos descrito pela característica de dormir mal, apresentado por 251 (53%) indivíduos; e finalmente dificuldade de tomada de decisões indicando sintoma de decréscimo de energia vital relatado por 246 (52%) graduandos de ciências de saúde [...] (Arantes, 2018, p. 27).

As responsabilidades em torno da formação profissional que dizem respeito à preparação para realização de atividades profissionais geram maiores expectativas aos estudantes que buscam obter mais conhecimentos e melhores resultados a fim de terem destaque no mercado de trabalho. Além disso, obter notas mais altas gera mais satisfação e busca por ter mais reconhecimento como bem-sucedido, mesmo que para isso tenha de se submeter ao desgaste físico e mental de muitas horas de estudos.

Diante do exposto, os estudantes passam a ter uma responsabilidade com a formação profissional que os aproxima da centralidade do trabalho na sociedade capitalista, em que o trabalhador necessita investir boa parte do seu tempo para garantir sua sobrevivência. Nessa medida, os jovens internalizam, por meio das relações escolares e sociais, a perspectiva de que, com muitas horas de dedicação e esforço, podem alcançar melhores resultados e, assim, obter um melhor desempenho na busca por emprego e/ou no prosseguimento dos estudos no ensino superior.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do estado do Ceará materializam esse cotidiano por meio de uma proposta de ensino em tempo integral, em que os alunos permanecem na escola no horário das sete às dezessete horas, durante cinco dias da semana (segunda a sexta-feira), tendo uma hora e quarenta minutos, no meio da jornada, como tempo de descanso e almoço. Diante da perspectiva de adquirir conhecimentos para uma formação profissional, os jovens buscam manter um bom desempenho objetivando concluir a formação técnica e o ensino médio e, conseqüentemente, obter melhores condições de vida no futuro.

Nesse processo, o cotidiano dos estudantes passa a ser composto principalmente por assistir às aulas e estudar em casa para obter melhores resultados. No entanto, por passarem três anos submersos numa rotina exaustiva e com níveis altos de estresse, esses jovens são expostos a riscos quanto à saúde mental. Assim, como vem sendo debatida a relação entre o excesso de horas da jornada, o ambiente de trabalho e as relações sociais nesse espaço, e as conseqüências à saúde física e mental dos trabalhadores, ao analisarmos as inúmeras horas dedicadas pelos estudantes e o esforço cognitivo empregado para manter o foco e buscar compreender o máximo dos conteúdos, os discentes também apresentam elevação dos níveis de estresse e ansiedade na busca por manter um bom desempenho escolar.

Como sinalizado neste estudo, o discurso socioeconômico vigente, permeado pelo ideário neoliberal, orienta que os sujeitos devem investir em si para que tenham melhores condições de trabalho, sendo de sua responsabilidade obter conhecimentos amplos para alcançarem melhores resultados, no qual prevalece a meritocracia, mesmo diante das dificuldades decorrentes das desigualdades sociais cada vez mais profundas. Logo, os cuidados devidos para a manutenção do bem-estar, como manter atividades de lazer, praticar esportes, preservar as horas de sono adequadas para o descanso físico e mental, realizar atividades extracurriculares de sua preferência, tempo de convívio com familiares e amigos, são negligenciados para que se possa ter mais horas para as atividades escolares.

Nesse ínterim, no que diz respeito às ações, promovidas em caráter contínuo pelas escolas, que visem à promoção do bem-estar dos estudantes, os participantes das oficinas relataram não haver, destacando que os profissionais das escolas não são preparados para acolher as demandas em saúde mental. Assim, salientam como necessário haver profissionais de psicologia nas escolas para o suporte aos estudantes, além de tempo para estudos durante o horário que permanecem na escola e espaço para descanso. Diante dos relatos, os alunos se mostraram cientes de que estão cansados com a sobrecarga de demandas cotidianas.

Desse modo, é importante destacar que a saúde mental depende de elementos multifatoriais, tais como as relações familiares e comunitárias, a habilidade em lidar com situações de estresse e sofrimento, a prática de atividades que proporcionem bem-estar, a proteção contra situações de violência etc. Nesse contexto, a escola, enquanto um dos principais espaços de sociabilidade de crianças e adolescentes, necessita ter profissionais qualificados que observem como estão sendo travadas as relações sociais e pedagógicas, a fim de proporcionarem aos estudantes um espaço de acolhimento e cuidado.

Portanto, se a escola tem como principal foco a formação educacional e profissional com demandas constantes de manutenção de notas altas e frequência escolar, com reduzidos momentos de socialização e elevada carga horária de aulas, os estudantes podem desenvolver processos de mal-estar e sofrimento psíquico diante das dificuldades em se adequarem às demandas postas. Associados a esse quadro também estão fatores como a vulnerabilidade socioeconômica, o que pode gerar dificuldades, por parte dos responsáveis pelos estudantes, de promover condições de moradia e alimentação adequadas, momentos de lazer em família e, quando não há oferta em serviço público, o investimento em atividades esportivas. Ademais, pode haver também dificuldades de acesso a atividades culturais que proporcionem momentos de descanso e bem-estar de qualidade.

Assim, é necessário que se reflita sobre os processos educacionais que ocorrem com vistas a uma competitividade que transcende a esfera escolar e passa a causar prejuízos na vida dos estudantes quando comprometerem a saúde mental. É preciso também processar novas formas de condução das políticas públicas de educação com vistas ao bem-estar dos estudantes.

Diante do exposto, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do estado do Ceará precisam observar que, por serem adolescentes ainda em processo de desenvolvimento emocional e cognitivo, se encontram em quadro de maior vulnerabilidade

para o desenvolvimento de sofrimento psíquico diante das escolhas e das perspectivas de futuro.

O acesso às escolas públicas que ofertam melhores condições de formação profissional é visto como a grande chance de ter melhores empregos. Desse modo, os estudantes buscam alcançar bom rendimento escolar. No entanto, as dificuldades de adaptação às novas demandas podem gerar sofrimento e sentimento de inabilidade diante dos desafios de assimilar uma maior quantidade de conteúdos. Além disso, mesmo que obtenham bom rendimento, ainda continuam expostos à sobrecarga das demandas escolares que podem gerar maior ansiedade e estresse ao longo do tempo. Assim, o ambiente que é visto como de proteção e desenvolvimento de conhecimentos passa a ser lugar de vivência de sofrimento e desconforto pelos estudantes, o que pode culminar em maiores índices de faltas, baixo rendimento escolar, crises de ansiedade.

Portanto, boas condições de saúde são essenciais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, pois quadros de mal-estar e sofrimento psíquico podem piorar a relação com o ambiente escolar e afastar os estudantes da escola. É cada vez mais presente o surgimento de adoecimento mental nos jovens. Sobre isso, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), divulgados em 2021, estimam que uma a cada seis crianças e adolescentes no Brasil, entre 10 e 19 anos de idade, apresenta algum tipo de transtorno mental. Além disso, alertam que a depressão é uma das principais causas de incapacidade na adolescência e que metade das condições de saúde mental inicia aos 14 anos, mas a maioria dos casos não chegam a ser identificados e acompanhados (Saúde..., 2021).

Diante da emergência da necessidade de atenção aos aspectos que envolvem a saúde mental dos jovens, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da última edição da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PENSE), realizada em 2019, incluiu os aspectos que envolvem a saúde mental como um dos indicadores de saúde. Os aspectos questionados aos estudantes de 13 a 17 anos foram: a existência de amigos próximos, sentimento de preocupação com as coisas comuns (com destaque na fala dos adolescentes de questões como atividades da escola, competições esportivas e tarefas de casa), sentimento de irritabilidade, nervosismo e mau humor com frequência, sentimento de que ninguém se preocupava com eles, sentimento de tristeza e sentimento de que a vida não vale a pena ser vivida (IBGE, 2021).

Sobre os resultados da referida pesquisa, importa destacar que 47,2% dos entrevistados entre 13 e 15 anos e 56,8% daqueles com 16 e 17 anos apresentaram,

respectivamente, preocupação excessiva com bastante frequência durante os 30 dias anteriores à pesquisa. Com relação a sentirem irritabilidade, nervosismo e mau humor, dentre o grupo de 13 a 15 anos, o percentual foi de 43,6%; e, naqueles de 16 e 17 anos, foi de 39,4%. O sentimento de tristeza, na maioria das vezes ou quase sempre, foi relatado por 33,1% dos estudantes de 16 e 17 anos e por 30,4% daqueles na faixa etária de 13 a 15 anos. Sobre o sentimento de que a vida não vale a pena ser vivida, os dados apontaram que 21,4% dos estudantes participantes da pesquisa afirmaram ter esse sentimento com muita frequência (IBGE, 2021).

Os resultados da pesquisa ao revelarem que, em alguns quesitos, quase metade dos adolescentes entrevistados demonstram viver situações de sofrimento psíquico, referendam o crescente aumento do adoecimento mental da população jovem brasileira. Esse quadro requer atenção visto que a exposição continuada por tempo prolongado às situações que causam mal-estar e sofrimento pode agravar e culminar em quadros de ansiedade e depressão grave.

Nesse contexto, o estudo realizado por Grolli, Wagner e Dalbosco (2017), com 70 adolescentes de 16 a 19 anos que cursavam o ensino médio, apontou que 23,3% do público feminino e 32,5% do público masculino apresentaram sintomas depressivos; quanto aos sintomas de ansiedade, observou que 50% das adolescentes relataram apresentar, sendo 32,5% o percentual do público masculino. Apesar de figurar em uma amostra pequena, é significativo o número de adolescentes com sofrimento psíquico diante das dificuldades em lidar com as questões familiares, sociais e escolares.

O alerta sobre o crescente sofrimento psíquico dos estudantes vem sendo expresso por meio de estudos e notícias que tratam sobre o tema. Em 2023, crises de ansiedade coletivas em estudantes no ambiente escolar foram objeto de notícias no Brasil. Um caso foi noticiado pelo Jornal O Povo, no Ceará, no qual um estudante teve sintomas de ansiedade, e, ao observarem o quadro do colega em uma Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), outros estudantes também tiveram (Barbosa, 2023). Em outro caso, divulgado no site de notícias UOL, cerca de vinte e seis alunos de uma escola de ensino médio de Recife tiveram, ao mesmo tempo, sintomas de crise de ansiedade na escola. O que ocorreu em Recife foi associado à semana de aplicação de provas em que os estudantes estavam mais tensos (Crise..., 2022).

Quadros de mal-estar e sofrimento psíquico são frequentemente negligenciados por serem analisados de forma individual, muitas vezes considerados como uma dificuldade de adaptação dos estudantes e da baixa capacidade de eles enfrentarem as dificuldades.

Assim, ao sujeito é atribuída a responsabilidade de buscar formas de se adequar às condições postas e, dessa forma, não há uma observância quanto às estruturas educacionais e de que maneira poderiam ser desenvolvidas estratégias que acolham as dificuldades dos discentes. Desse modo, muitas situações de sofrimento se agravam e causam prejuízos ao desenvolvimento desses jovens.

Diante do aumento de casos de jovens com sinais de sofrimento psíquico e de sintomas de ansiedade e depressão, torna-se necessária a ampliação da promoção de ações no âmbito das políticas públicas, no ambiente familiar e na comunidade, no intuito de garantir a proteção e o bem-estar dos jovens, com vistas à prevenção e promoção da saúde mental. Assim, condições dignas de moradia, saúde, lazer, acesso à cultura, ambiente educacional saudável e proteção contra situações de violência são de fundamental importância para um desenvolvimento social e emocional dos jovens e demais sujeitos sociais.

A partir do contexto apresentado, realizou-se um estudo que analisou a relação entre a implementação do modelo atual de educação profissional integrada ao ensino médio e à saúde mental dos estudantes, considerando as atividades socioeducativas desenvolvidas com os discentes de EEEP por meio de oficinas sobre saúde mental no contexto escolar. Cabe destacar ainda a escassez de estudos em torno do debate sobre a relação entre a saúde mental dos estudantes e a proposta curricular desenvolvida nas EEEP cearenses.

5 ENSINO MÉDIO E SAÚDE MENTAL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO DIÁLOGO COM OS ESTUDANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE FORTALEZA

A partir dos diálogos empreendidos durante as oficinas sobre saúde mental realizadas em três EEEP localizadas no município de Fortaleza, pode-se observar que os estudantes apresentam diversas demandas quanto às questões que lhes causam sofrimento psíquico. Cabe salientar que os elementos que envolvem a saúde mental dos sujeitos são multifatoriais, sendo decorrentes de aspectos pessoais, sociais, familiares e escolares. Desse modo, o presente capítulo apresenta os resultados advindos das referidas oficinas, tendo como foco de análise os elementos apontados pelos estudantes das EEEP pesquisadas no que tange às relações com o ambiente escolar.

Destaca-se, inicialmente, que, durante as oficinas, os sujeitos apresentaram-se bastante participativos e sensíveis à temática, participando por meio da linguagem oral e escrita. A partir das perguntas centrais que direcionaram o debate, os discentes relataram elementos decorrentes das relações com os professores e os demais alunos, sinalizaram também as dificuldades encontradas para realizar as atividades escolares e a sobrecarga física e mental, bem como a infraestrutura das escolas que consideram não serem adequadas para a jornada de aulas em tempo integral que eles vivenciam na escola. Cabe destacar que as três escolas apresentam estrutura adaptada e não são de padrão MEC para uma escola com aulas em tempo integral.

Considerando o exposto, na sequência, empreendem-se as análises das informações que emergiram durante as oficinas realizadas com os estudantes. Ressalta-se que, para melhor entendimento, foram organizados os subcapítulos de acordo com os assuntos que suscitaram maior discussão no momento de realização do diálogo com os estudantes.

5.1 Conteúdo e currículo escolar a partir da vivência dos alunos das EEEP de Fortaleza

O currículo escolar dos estudantes das EEEP compreende conteúdos da base comum curricular e da base técnico-profissional, este sendo de acordo com o curso escolhido pelo estudante. Segundo dados da Seduc (2015), a matriz curricular na EEEP compreende as áreas de aprendizagem: formação geral, com disciplinas da base comum curricular nacional

para o ensino médio; formação profissional, com disciplinas referentes ao curso técnico de escolha de cada estudante; e parte diversificada, com conteúdos relacionados à formação cidadã dos estudantes tanto para a vida pessoal quanto profissional.

As matrizes curriculares das EEEP do Ceará apresentam 12 disciplinas de formação geral, dentre as quais língua portuguesa, matemática, história, geografia, física, química, dentre outras. As disciplinas da formação profissional são de acordo com cada curso técnico e o conjunto dos conteúdos é ministrado ao longo dos três anos. Para tanto, são ofertadas de 3 a 5 disciplinas por semestre. Importa destacar que, no último semestre do 3º ano, os estudantes realizam a prática de estágio supervisionado que contempla uma carga horária de 300 horas. Assim, durante o último semestre, os estudantes permanecem nos locais de estágio, o qual é realizado no período da tarde.

Ressalte-se ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica são regulamentadas pela Resolução n.º 1, de 05 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação. Essa resolução prevê toda a organização, planejamento e monitoramento dessa modalidade de ensino a nível nacional, que tem como objetivo a formação técnica da população para o mercado de trabalho. Quanto ao planejamento curricular, a referida resolução destaca que:

Art. 23. O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição e rede de ensino em relação à concretização da identidade do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, compreendidos nas competências profissionais e pessoais, que devem ser garantidos ao final de cada habilitação profissional técnica e das respectivas saídas intermediárias correspondentes às etapas de qualificação profissional técnica, e da especialização profissional técnica, que compõem o correspondente itinerário formativo do curso técnico de nível médio. (Conselho Nacional de Educação, 2021, p. 9).

Portanto, o currículo referente à formação técnica nas EEEP deve estar em observância ao que está estabelecido na referida resolução para que, ao final do curso de ensino médio integrado à educação profissional, os estudantes possam receber a certificação de formação técnica.

Quanto à parte diversificada, vale destacar a inclusão da disciplina de espanhol, que foi incluída após a reorganização de disciplinas e carga horária advinda da reforma no currículo do ensino médio a nível nacional. Além disso, há, no 1º e 2º anos, o aprofundamento de disciplinas, como língua portuguesa e matemática, bem como de disciplinas definidas para

cada curso técnico. Ademais, tem-se ainda disciplinas como: projeto de vida, oficina de redação, empreendedorismo, mundo do trabalho e formação para a cidadania.

Ao analisarmos a situação específica das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, identifica-se uma carga horária total de 5.400 horas/aula durante os três anos do ensino médio, que se traduzem em nove aulas diárias de disciplinas da base geral, da formação profissional e da parte diversificada. Em termos gerais, observa-se que o objetivo é buscar garantir uma formação mais completa para os estudantes para que acessem conteúdos que lhes preparem para o mercado de trabalho. No entanto, a rotina se traduz em sobrecarga de aulas, conteúdos e atividades que têm deixado os estudantes preocupados em dar conta das demandas, como é posteriormente apresentado no decorrer deste capítulo.

Partindo dessa dinâmica curricular das EEEP, durante a realização das oficinas, lançamos a seguinte pergunta de partida para os estudantes: Quais fatores no ambiente/rotina escolar lhes causam mal-estar, preocupação excessiva e/ou sofrimento?

Os estudantes responderam nomeando diversos elementos, que, em suas vivências, são geradores de uma experiência de mal-estar no ambiente escolar. Para uma melhor visualização dos resultados advindos dessa pergunta, descrevemos, no quadro 9, os principais aspectos referentes à matriz curricular e às disciplinas que foram citadas pelos estudantes.

Quadro 9 – Elementos relacionados à matriz curricular e às disciplinas que causam mal-estar e sofrimento psíquico aos estudantes das EEEP

ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C
Quantidade excessiva de avaliações; Busca por bons resultados no ENEM, SAEB, SPAECE; Pressão para obter boas notas de forma competitiva; Carga horária excessiva; Muitos conteúdos para estudar.	Rotina escolar; Validação Acadêmica; Vestibular / Estágio / Curso; Trabalhos/atividades/ sobrecarga de atividades; Carga horária muito intensa/ Currículo escolar muito puxado; Avaliação / Notas / Provas / Atividades.	Muitas atividades para fazer; Validação Acadêmica; Carga horária excessiva; Muitos conteúdos para estudar; Matriz curricular com muitas aulas; Pressão para ter boas notas;

Fonte: Elaboração própria, 2024.

De acordo com os elementos descritos sobre os fatores na rotina escolar que proporcionam mal-estar e sofrimento psíquico, os estudantes participantes das oficinas demonstram sentirem-se cansados devido ao volume de demandas decorrentes das disciplinas que necessitam cursar durante o ensino médio integrado à educação profissional. É recorrente a fala que destaca a pressão vivenciada para obter boas notas e ter bom desempenho, a qual tem gerado ansiedade e nervosismo nos estudantes, principalmente quando eles não alcançam os resultados esperados.

Os estudantes também se referem à sobrecarga e excesso de atividades quando têm de fazer trabalhos e exercícios de várias disciplinas ao mesmo tempo, além das avaliações que são realizadas em formato de provas a cada bimestre. Portanto, o formato em tempo integral e a necessidade de o professor ministrar o conteúdo programático planejado para o ano letivo têm repercutido na saúde mental dos estudantes, pois seus discursos demonstram que eles se sentem esgotados física e mentalmente com as diversas demandas decorrentes da rotina escolar.

O estudo empreendido por estudantes bolsistas de Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) com um grupo de alunos de duas escolas estaduais no município de Iguatu, no estado do Ceará, sendo uma escola de ensino médio integral e a outra de ensino médio integrado à educação profissional (Rodrigues, 2023), corrobora com os resultados da presente pesquisa, quando os pesquisadores referem que:

[...] segundo os dados coletados, os educandos se sentem cansados e pressionados, diante de todas as demandas advindas da instituição de ensino, bem como fora do ambiente educacional. Procurando o sucesso dos educandos, as escolas almejam que os jovens formandos atinjam suas metas, contudo, esse processo passa por grandes percalços e cobranças. O estudante, encontra pouco tempo para a articulação do seu projeto de vida dentro e fora da escola, sentindo-se pressionado no âmbito escolar, familiar e social, [...] (Rodrigues et al., 2023, p. 5).

Compreende-se que têm se tornado comuns relatos de mal-estar na experiência acadêmica decorrente das várias demandas escolares. No entanto, há um processo de naturalização de uma vida permeada de afazeres, bem como predomina a ideia de manter os estudantes ocupados e preparados para o mercado de trabalho. Assim, os estudantes buscam alcançar os objetivos de obter bom desempenho escolar e almejam ingressar no ensino superior ou conseguir um emprego, o que tem gerado expectativas quanto ao futuro e frustrações quando não alcançam boas notas, o que favorece a ocorrência de sofrimento psíquico.

Durante o diálogo com os estudantes da Escola A, um discente citou o fato de que a rotina com muitas demandas e responsabilidades os prepara para a jornada de trabalho e afazeres da vida adulta. Isso indica que esse processo tem contribuído para que os estudantes naturalizem uma rotina de constante pressão, a qual gera estresse no cotidiano. No entanto, vale destacar que rotinas estressantes são fatores de risco para a saúde mental e promovem sofrimento psíquico, caso não haja uma ação em busca de condições de bem-estar.

Os relatos são semelhantes em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), os quais apresentam ensino médio integrado à educação profissional, como se pode perceber por meio da pesquisa realizada por Rosa (2023) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, especificamente no *campus* Iporá. A referida autora ressalta que:

Os estudantes entrevistados do EMI, campus Iporá, relatam sentir orgulho por fazerem parte de uma instituição de renome na região do oeste goiano e terem sido aprovados na prova de ingresso. Em seu discurso, alguns valorizam a formação técnica e a capacidade dos professores. No entanto, falam de uma rotina pesada, cansativa, com sobrecarga de atividades, o que, em algumas situações, dificulta o convívio com os familiares e atividades de lazer, devido à falta de tempo (Rosa, 2023, p. 55).

Rosa (2023) também entrevistou docentes que atuam no IF em questão e expõe que os profissionais também têm uma leitura de que os estudantes dedicam boa parte de seu tempo às aulas. Sendo assim, os estudantes não têm tempo nem de estudar para as provas, tampouco de realizar as atividades solicitadas pelos professores após dialogarem sobre um determinado conteúdo durante as aulas. O estudo de Rosa indica ainda que os docentes entrevistados destacam a necessidade de os discentes estudarem em casa para as provas e realizarem as atividades solicitadas.

Assim como a pesquisa de Rosa (2023), a intenção do estudo aqui empreendido não é tecer uma crítica sobre a carga horária necessária para o cumprimento das horas letivas anuais e dos conteúdos escolares a serem ofertados aos estudantes, mas trazer uma reflexão sobre como essa carga horária vem sendo implementada e como os discentes se sentem nessa rotina escolar.

O estudo realizado por Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020) evidencia que os estudantes, os quais experienciam essa modalidade de ensino, apresentam dificuldades de adaptação e de continuidade na rotina escolar, o que demanda um acompanhamento para que os estudantes possam enfrentar as dificuldades, a fim de evitar o adoecimento mental. Os autores destacam que: “Ainda se referindo à adaptação à instituição, aparecem “adaptação”,

“carga horária” e “trabalhos” mostrando que a adaptação à carga horária e à demanda de trabalhos também se destaca como dificuldade de adaptação à instituição” (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 9).

A partir dos relatos dos estudantes participantes das oficinas e sujeitos dos estudos empreendidos por Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020) e Rosa (2023), que abordaram o cotidiano escolar em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de diferentes regiões brasileiras, identificou-se que os estudantes apresentam claras dificuldades quanto ao cotidiano escolar e à realização das atividades. No entanto, diante do contexto social e econômico ao qual a sociedade capitalista neoliberal está inserida, esse tipo de rotina é incentivado a fim de que esses estudantes adquiram conhecimentos e estejam adaptados ao contexto profissional de pressão e diferentes demandas.

Sobre isso, Caponi e Daré (2020) corroboram as análises ao tecerem considerações críticas à educação sob a égide neoliberal, que funciona como meio de formação de capital humano de alto desempenho para o mercado de trabalho. As autoras consideram que a educação sob essa circunstância tem o papel de inserir os sujeitos em uma lógica de busca por produtividade que abrange os diversos âmbitos da vida. Nas palavras das autoras:

[...] Enquanto os sujeitos concorrem entre si, a liberdade é convertida no dever da alta performance, e as ações individuais e autorresponsabilização tornam-se o ponto de referência para um mundo guiado pela concorrência. As condições sociais são desvalorizadas, e os sujeitos são impelidos a transformar suas vidas em business, no qual o sucesso profissional e pessoal se fundem, reforçando a lógica da individualização. Cada sujeito torna-se responsável pela intensificação de seu desempenho, não só no âmbito do trabalho, mas também em outras esferas da vida. Impõe-se assim a permanente necessidade de ações individuais e autônomas direcionadas para a construção de melhores desempenhos individuais em todos os domínios da existência, multiplicando as situações de sofrimento para aqueles que fracassam na carreira do alto desempenho. [...] (Caponi; Daré, 2020, p. 304).

Assim, o contexto escolar, conforme relatado pelos estudantes que participaram das oficinas, gera nesses sujeitos uma busca por produtividade com o intuito de conseguirem concluir as atividades propostas. Tal contexto, ao longo do tempo, pode imprimir necessidades e sentimentos constantes de estar produtivo, buscando adquirir conhecimentos e habilidades que gerem resultados no âmbito profissional. Portanto, esse processo tem favorecido sentimentos de ansiedade, angústia e medo de não alcançar bons resultados, gerando processos de sofrimento psíquico.

Nesse caminho, Dardot e Laval (2016) asseveram que, para atender às exigências da sociedade capitalista em seu *ethos* neoliberal, os sujeitos passam por processos de autoexploração para que se mantenham produtivos para a manutenção das engrenagens socioeconômicas capitalistas. Desse modo, os autores afirmam que ao sujeito é dada a responsabilidade de escolha dos caminhos que deve percorrer para o alcance de um bom desempenho, o qual será constantemente avaliado por meio de avaliações que lhe acompanharão por toda a vida acadêmica e profissional. Sobre isso, os autores destacam que:

A “avaliação” tornou-se o primeiro meio de orientar a conduta pelo estímulo ao “bom desempenho” individual. Ela pode ser definida como uma relação de poder exercida por superiores hierárquicos encarregados da expertise dos resultados, uma relação cujo efeito é uma subjetivação contábil dos avaliados. Uma vez que o sujeito aceita ser julgado com base nessas avaliações e sofrer as consequências, ele se torna constantemente avaliável, isto é, um sujeito que sabe que depende de um avaliador e das ferramentas empregadas por ele, sobretudo porque ele mesmo foi educado para reconhecer de antemão a competência do avaliador e a validade das ferramentas (Dardot; Laval, 2016, p. 343).

Esse contexto faz com que os estudantes tenham de buscar sempre o aperfeiçoamento de seus conhecimentos sobre as disciplinas escolares, a fim de alcançarem os padrões estabelecidos pelas diretrizes educacionais que, a depender das relações e níveis de pressão pessoais, os estudantes experienciam situações que lhes causam sofrimento na busca por corresponder aos padrões.

Essa busca constante por alto desempenho e produtividade ao longo da vida produz estresse, ansiedade e processos depressivos nos sujeitos, os quais são debatidos por Dardot e Laval (2016) e Han (2015) como consequência do modelo de sociedade vigente que atribui ao indivíduo a responsabilidade de fazer-se produtivo em termos econômicos. Essa demanda posta como central na vida dos sujeitos tem transformado a sociabilidade e a solidariedade, culminando em individualismo e adoecimento mental.

Desse modo, a escola, ao ser considerada como espaço responsável pela formação humana dos sujeitos, deve também ter o papel de promover o cuidado à saúde dos estudantes. Ao desenvolver o seu papel, ela pode proporcionar uma experiência com bem-estar e compromisso com os conteúdos escolares a partir de uma relação mais saudável com a rotina de vida dos discentes.

5.2 Cotidiano escolar e as relações interpessoais dos estudantes

A escola configura-se como espaço de sociabilidade de crianças e adolescentes que frequentam diariamente o ambiente escolar, assim são construídas relações não só de ensino e aprendizagem, mas também de afetos e desenvolvimento social, emocional e pessoal dos estudantes. Desse modo, faz parte dos processos escolares mediar as relações entre estudantes, professores e demais profissionais da escola, a fim de que elas sejam respeitadas.

O cotidiano das escolas é permeado de aulas, regras e atividades escolares pré-estabelecidas a fim de cumprir com o calendário escolar e o conteúdo programático dos componentes curriculares. Quando se trata de escolas de ensino médio integrado à educação profissional, também se apresenta a necessidade do estudo da formação técnica profissionalizante. Assim, em uma rotina de tempo integral, os estudantes passam em média dez horas por dia nas escolas. Esse tempo se traduz em assistir às aulas e conviver com professores, estudantes e demais profissionais da instituição por mais tempo, inclusive, do que convivem com seus familiares e amigos de outros espaços.

Desse modo, no ambiente escolar, são travados diversos modos de os jovens se relacionarem com os colegas, os professores, gestores e demais profissionais do ambiente escolar, relações que perpassam regras e normas a serem cumpridas, desentendimentos quanto às opiniões, dentre outros aspectos que dizem respeito aos processos de sociabilidade. Sobre isso, Dayrell (2007) destaca que as relações sociais na escola apresentam processos de elaboração e reelaboração de modos de convívio que conferem ao ambiente escolar o status de permanente construção social. Para tanto, discorre ainda que:

A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações, com as diferentes gradações que definem aqueles que são os mais próximos (“os amigos do peito”) e aqueles mais distantes (a “colegagem”), bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras. O movimento também está presente na própria relação com o tempo e o espaço. A sociabilidade tende a ocorrer em um fluxo cotidiano, seja no intervalo entre as “obrigações”, o ir-e-vir da escola ou do trabalho, seja nos tempos livres e de lazer, na deambulação pelo bairro ou pela cidade. Mas, também, pode ocorrer no interior das instituições, seja no trabalho ou na escola, na invenção de espaços e tempos intersticiais, recriando um momento próprio de expressão da condição juvenil nos determinismos estruturais. Enfim, podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade (Dayrell, 2007, p.1111).

Essa construção dos vínculos interpessoais no âmbito escolar é atravessada por relações de afetos e conflitos referentes a diversas situações, tais como desrespeito,

discriminação, preconceito e práticas de *bullying*. Sobre isso, Coelho e Coelho (2015), ao realizarem uma pesquisa com estudantes do ensino fundamental, ressaltam que, no contexto das relações sociais, no âmbito escolar, há situações discriminatórias de diversos tipos, como em relação às características físicas, cor da pele, orientação sexual, religião.

Em consonância com os achados do estudo de Coelho e Coelho (*idem*), em pesquisa realizada sobre o sentido que os adolescentes dão à instituição escolar, Marques e Castanho (2011) apontam como fatores positivos o fato de os estudantes perceberem a escola como um ambiente de aprendizagem e formação para o trabalho. No entanto, também apontam as dificuldades nas relações sociais com os professores e colegas como aspectos negativos, havendo situações classificadas como autoritárias por parte dos professores, assim como desrespeito mútuo entre os estudantes, com destaque para as situações de discriminação.

Durante o diálogo realizado nas oficinas, os estudantes demonstraram um sentimento de mal-estar em algumas situações que dizem respeito ao convívio cotidiano com os professores, os gestores e os colegas. Considerando o exposto, ao serem indagados sobre os fatores no ambiente/rotina escolar que causam mal-estar, preocupação excessiva e/ou sofrimento, os estudantes apresentaram uma quantidade significativa de fatores, os quais foram descritos no quadro 10.

Quadro 10 – Fatores decorrentes das relações interpessoais e do cotidiano escolar

ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C
• Pressão dos professores; • Bullying; • Estudantes do 1º ano passam por maior pressão pela necessidade de se adaptar.	• Pressão de professores com notas e comparação de alunos / Pressão dos professores; • Falta de comunicação; • Medo de não se encaixar e fazer amigos; • Medo do julgamento do professor; • Casos de preconceito que foram ignorados pela gestão; • Relação com os(as) amigos(as) / Relações com os demais; • Cobrança de todos os	• Relações com os colegas; • Pressão dos professores; • Falta de empatia de alguns professores; • Alunos mal-educados e barulhentos; • Bullying; • Rivalidade feminina.

	lados (família, professores etc.); • Falta de empatia de alguns professores; • Bullying.	
--	---	--

Fonte: Elaboração própria (2024).

O termo “pressão” é recorrente nas falas dos estudantes que participaram das oficinas. Ela decorre da autocobrança dos estudantes quanto à aprendizagem dos conteúdos e da aquisição de boas notas, assim como por meio das expectativas de pais e professores para que eles tenham resultados satisfatórios nas avaliações escolares. Desse modo, diante das demandas escolares, o sentimento de estar sempre numa corrida contra o tempo e na busca por bons resultados tem favorecido a expansão do estresse e da ansiedade por parte dos estudantes.

Sobre esse contexto, Dutra e Amaral (2021) tecem considerações a respeito das mudanças no desenvolvimento dos jovens no período da adolescência, muitas vezes marcado por expectativas quanto ao futuro e à afirmação social no grupo, os quais podem representar fatores de estresse. Ao analisarem os aspectos escolares, os referidos autores destacam que “além das questões já citadas que envolvem todo o processo de adolescência, é importante refletir que a escola pode se transformar em um ambiente ansiogênico, considerando as cobranças que envolvem: relações interpessoais, provas e avaliações, questões de rendimento entre outras situações” (Martins; Cunha, 2021 apud Dutra; Amaral, 2021, p. 79).

Diante dessa circunstância, os estudantes destacam a pressão que sentem por meio do discurso dos professores, que cobram constantemente um bom desempenho nas notas das avaliações. Isso também fica expresso em situações em que os participantes das oficinas realizam comparações entre discentes da mesma turma e de turmas diferentes. Além disso, eles apontam dificuldades na relação com os professores ao destacarem a falta de empatia destes quando os estudantes apresentam reações advindas do sofrimento psíquico.

Especificamente sobre o sofrimento psíquico, importa destacar o projeto de extensão realizado pelo Núcleo de Intervenções e Pesquisas sobre a Saúde da Criança e do Adolescente (NUSCA), vinculado ao Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará, com alunos de quinze escolas estaduais do município de Fortaleza, durante o período de setembro de 2018 a junho de 2019. Segundo Xavier (2021), por meio de intervenção

dialogada, identificaram-se os seguintes aspectos como causadores de sofrimento psíquico aos estudantes:

Ao longo dos encontros, identificamos: alunos com diagnósticos de doenças mentais sem terem passado por avaliação profissional; dificuldades de comunicação e relacionamento com família; resistência dos alunos em pedir ajuda no ambiente escolar; baixa autoestima; dificuldade para confiar nas pessoas; dificuldade para falar sobre os próprios sentimentos; ausência do apoio familiar; tentativas e ideias suicidas; ansiedade e estresse; uso abusivo de drogas; bullying; violência na rede familiar; abuso sexual; intolerância religiosa por parte da família; falta de perspectiva de trabalho; falta de vínculo e comunicações agressivas entre os adolescentes; comunicação preconceituosa entre os alunos e entre professores e alunos com presença de homofobia; falta de sensibilidade e indiferença perante o sofrimento psíquico dos alunos (por parte de alguns professores e entre os próprios alunos); violência sexual; preconceito em relação à orientação sexual; dificuldades na relação professor-aluno; pressões relacionadas ao futuro; vulnerabilidade social; conflitos amorosos (término de relacionamento); e saudade de pessoas próximas que morreram (Xavier, 2021, p. 202-203).

A partir dos relatos dos estudantes participantes das oficinas e dos aspectos indicados por Xavier (*idem*), percebe-se que as relações dos alunos com os demais membros da comunidade escolar são parte importante da vivência dos discentes, bem como que há situações em que as relações são permeadas por conflitos e preconceitos, os quais intensificam uma experiência de mal-estar no ambiente escolar.

Diante dessa realidade, compreende-se que a escola apresenta dificuldades em consolidar seu papel na formação dos sujeitos, visto que se faz necessária a realização de ações sistemáticas voltadas à promoção do respeito às diferenças e ao direito de o estudante ter a sua integridade física e mental preservadas, sem que vivencie situações vexatórias que podem comprometer a autoestima e o desenvolvimento psíquico dos adolescentes.

Vinculadas às dificuldades apresentadas nas relações dos estudantes com os professores, observam-se também as relações desenvolvidas entre os próprios discentes, nas quais ocorrem situações de desrespeito e comunicação agressiva. Assim, a partir do discurso dos estudantes das três escolas participantes da oficina, identificou-se o bullying como o maior causador de sofrimento psíquico.

Coadunando com o exposto acima, em pesquisa realizada com estudantes de ensino médio do Instituto Federal do estado do Rio Grande do Sul, Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020) identificaram que:

Uma provável motivação para as dificuldades de relacionamento com os colegas pode ser o bullying, sofrido por aproximadamente 43% dos estudantes que relataram dificuldades de relacionamento com colegas em algum momento de sua experiência

escolar no Instituto. Para Poletto e Koller (2008, p. 412) o bullying pode “configurar um fator de risco” para o desenvolvimento humano. Segundo Gurpilhares (2014) é evidente que este tipo de violência pode impactar na saúde de quem sofre, inclusive na aprendizagem. As questões de violência entre os alunos, especialmente o bullying, foram citadas em vários depoimentos quando questionados sobre experiências da vida escolar capazes de causar sofrimento ou algum prejuízo ao bem-estar físico/emocional. [...] (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p.11).

Durante as intervenções nas escolas, realizadas por meio das oficinas, desenvolveu-se um importante debate em torno do *bullying* e da relação entre os estudantes, visto que eles consideram as dificuldades nas relações com os colegas durante o cotidiano como fatores causadores de sofrimento psíquico. Esse processo causa mal-estar, conflitos e compromete a autoestima daqueles que sofrem com as ofensas geradas no *bullying*. Ainda sobre esse tema, Carvalho e Silva, Espínola e Silva Junior (2024) esclarecem que:

O bullying, muito frequente no ambiente escolar, é caracterizado como um tipo específico de comportamento agressivo presente nas mais diversas classes sociais, marcado por relações desiguais de poder e realizado de forma intencional e repetitiva, sem uma motivação aparente, com o intuito de intimidar, machucar, oprimir e humilhar o outro (OLWEUS, 2013). As características de repetitividade, diferença de poder e intenção de humilhar e submeter o outro dotam esse tipo de violência com uma capacidade destrutiva significativa, que afeta os sujeitos envolvidos, podendo acarretar diversas consequências, em variados graus de gravidade, comprometendo seu bem-estar físico, psicológico e emocional e prejudicando seu desenvolvimento cognitivo e social. Como afirma Souza e Almeida (2011), as consequências do fenômeno bullying afetam todos os sujeitos envolvidos (agressor, vítima ou testemunha), assim como a comunidade escolar, que fica privada em seu direito de ter um ambiente seguro e saudável. (Carvalho e Silva; Espínola; Silva Junior, 2024, p. 115).

Compreende-se, portanto, que os impactos psicológicos que podem ser gerados pelo *bullying*, a longo prazo, podem comprometer a qualidade de vida dos estudantes e a continuidade dos estudos. Diante desse contexto, é importante que haja atenção e orientação constante da equipe escolar sobre o assunto. Assim, Carvalho e Silva, Espínola e Silva Junior (2024) inferem que as escolas de ensino médio integrado à educação profissional, por meio do compromisso com a formação humana integral, devem ter o debate sobre as desigualdades sociais e o fomento ao respeito à diversidade como parte da formação, para, assim, contribuir para o combate a ações de violências, como o *bullying*.

Em continuidade ao debate sobre os fatores no cotidiano escolar causadores de mal-estar que favorecem o sofrimento psíquico, os discentes ressaltaram as más condições estruturais da escola, como podemos observar no quadro a seguir. Os estudantes identificam ainda que uma ambiência, que causa desconforto durante a permanência o dia inteiro na

escola, gera maior cansaço e dificulta a aprendizagem ao diminuir as condições que favorecem a concentração e o descanso mental.

Quadro 11 – Elementos referentes a estrutura das escolas

ESCOLA A	ESCOLA B	ESCOLA C
• Falta de conforto na escola – não há lugar para descanso; • Ar-condicionados quebrados causam calor em excesso gerando desconforto.	• Falta de espaço de descanso adequado.	• Falta de conforto na escola – não há lugar para descanso; • Sala quente e desconfortável; • Banheiros com defeitos.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir dos relatos dos estudantes sobre a inexistência de ar-condicionado nas salas de aula ou quando eles estão quebrados, observa-se o aumento do desconforto dos alunos em permanecer assistindo às aulas diariamente num ambiente pouco apropriado. Além disso, não há espaços adequados para descanso no horário de intervalo para o almoço, portanto, os estudantes retornam às aulas no período vespertino sem terem realizado o descanso necessário. Em vista disso, destaca-se a importância de se manter uma ambiência adequada no espaço escolar para melhorar a sensação de bem-estar dos sujeitos no espaço ao qual permanecem durante dez horas diariamente.

As demandas escolares são indicadas como um outro fator que compromete a qualidade de vida dos discentes por ocuparem boa parte do tempo desses sujeitos. Assim, os estudantes referem não conseguirem ter momentos de lazer e praticar esportes com frequência, além de afirmarem que apresentam dificuldades no sono, por não conseguirem dormir uma quantidade de horas suficiente para descansar adequadamente.

Sobre a prática de esportes e os exercícios físicos, além do lazer no tempo livre, os alunos das três escolas participantes da oficina afirmaram que não realizam esportes durante a semana devido ao cansaço e à falta de tempo. Mesmo aqueles estudantes que buscam realizar algum esporte ou curso extracurricular afirmaram que desenvolvem essas atividades com dificuldades devido ao fato de estarem cansados do cotidiano escolar.

Ampliando as análises sobre essa problemática, o estudo realizado por Rosa (2023), com estudantes do ensino médio integral, destaca que os discentes não conseguem ter tempo de qualidade para a prática de esportes e de lazer. Além disso, apesar de haver algumas atividades, como jogos e momentos de sociabilidade na escola, isso ainda se configura como

algo incipiente na rotina dos estudantes. Segundo a referida autora, eles reconhecem que a escola apresenta algumas iniciativas, mas afirmam que poderia ser algo mais sistemático e presente na rotina diária como parte do processo escolar. Assim, para a autora:

Na prática, alguns jovens dedicam mais de oito horas às atividades da formação escolar, considerando que, além das aulas, têm as tarefas, os trabalhos avaliativos e os projetos integradores que não contam como aula, resultando que esses jovens nem sempre conseguem organizar sua rotina para terem lazer e práticas esportivas em seu cotidiano que favoreçam sua saúde. Os estudos de Ferreira et al. (2020) demonstram que as atividades de lazer e de esporte são fatores de proteção para a saúde mental e física. Todavia, a rotina escolar de estudantes do EMI do campus Iporá talvez não favoreça outras atividades promotoras de bem-estar, o que pode desencadear o estresse desses adolescentes (Rosa, 2023, p. 17).

Nesse contexto, a escola, de forma semelhante ao espaço laboral, ocupa boa parte da rotina dos sujeitos e faz com que outros aspectos da vida sejam colocados em segundo plano. Esse processo pode ocasionar dificuldades no desenvolvimento de autocuidado e de outras habilidades dos estudantes, visto que são sujeitos em fase de desenvolvimento.

Ainda sobre os aspectos que envolvem o acesso dos estudantes às atividades de esporte e lazer, Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), durante a realização do estudo, identificaram que o esporte é um fator de proteção emocional dos alunos para o enfrentamento das dificuldades cotidianas. Por sua vez, a pesquisa realizada por Rodrigues (2023) também revela que os estudantes destacam as atividades de esporte e lazer como fatores importantes para a saúde e estes as sugerem como atividades a serem realizadas na escola nos dias destinados a práticas de lazer.

Nas oficinas realizadas com os discentes das EEEP, identificou-se também que o tempo de lazer é reduzido diante das responsabilidades escolares. Alguns estudantes também relataram realizar cotidianamente atividades domésticas, exigindo-se, assim, dedicação de tempo ao final do dia para as atividades escolares. Além disso, aqueles estudantes que residem longe da escola e necessitam utilizar transporte coletivo saem cedo de casa e chegam tarde, muitas vezes à noite. Eles afirmam que o tempo de deslocamento e a lotação no transporte contribuem para que a rotina se torne ainda mais cansativa.

Portanto, a partir dos relatos dos estudantes participantes das oficinas e de outras pesquisas, pode-se concluir que a rotina escolar, ao se tornar central na vida dos sujeitos, dificulta a realização de atividades que também são de direito e necessárias ao desenvolvimento dos jovens. Como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) em seu artigo 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **ao esporte, ao lazer**, à profissionalização, **à cultura**, à

dignidade, ao respeito, **à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**” (Brasil, 1990, p. 1 – Grifos nossos).

Sendo assim, é dever de todos garantir as condições para que os sujeitos tenham acesso a atividades de lazer e esporte, à cultura, ao descanso adequado, à convivência familiar e comunitária, para que aprendam ao longo da vida sobre os fatores de cuidado à saúde para uma vida com qualidade e bem-estar.

Importa destacar que estudos empreendidos por Marcino *et al.* (2022) e Rios (2011) com grupos de adolescentes, com o objetivo de analisar a prática de exercícios físicos e atividades de lazer de adolescentes e a associação com o cuidado, bem-estar e sofrimento psíquico, apresentam a conclusão de que a prática de esportes e as atividades de lazer representam uma proteção à saúde física e mental dos jovens. Sobre isso, Marcino *et al.* (2022) inferem que:

A prática de atividades de lazer, por sua vez, influencia positivamente na qualidade de vida e bem-estar subjetivo. Isso porque ela propicia divertimento e oferece oportunidades de relações sociais e aprimoramento pessoal, favorecendo a melhora da cognição, da autoestima, de sentimentos de bem-estar e socialização. Ademais, a associação destes fatores atua como coadjuvante na contenção de fatores de risco para o adoecimento mental e físico. (Marcino *et al.*, 2022, p. 5)

Portanto, a realização de atividades que proporcionem socialização livre dos adolescentes, tais como ações de lazer, esportes e acesso à cultura e à arte, também são necessárias ao desenvolvimento desses sujeitos. Sendo assim, é fundamental a oferta de dispositivos que contribuam para a manutenção da saúde e a promoção de sociabilidade das juventudes.

Diante do exposto, na sequência deste estudo, aborda-se sobre como a escola pode se configurar em espaço de risco para a saúde mental dos estudantes.

5.3 A escola como espaço de risco e de proteção à saúde mental

A escola configura-se como instituição responsável pela educação formal da população, apresentando arcabouço legal para a implementação e organização das diretrizes organizativas elaboradas pela Política de Educação. Assim, a escola representa o espaço formal de acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, bem como, para a formação profissional.

Segundo Oliveira *et al.* (2013), a escola é espaço de construção de conhecimento, pois é nesse ambiente que os sujeitos têm acesso aos conhecimentos científicos. Assim, os

referidos autores destacam que é no ambiente escolar que os sujeitos se aproximam dos saberes científicos, mas também das normas de convivência social para a cidadania.

Em consonância com esse debate sobre o papel da escola, Silva (2012) afirma que essa instituição, para além do papel de aprendizagem, configura-se como o espaço em que a sociedade confia a socialização secundária de crianças e adolescentes, além de ser o lugar em que são reproduzidas as normas e os valores vigentes na sociedade. Logo, a escola representa o espaço em que a sociedade tem a reprodução de suas características ao longo das gerações de acordo com cada tempo histórico.

Desse modo, na escola, são travadas relações com os diversos atores que a constituem, sendo necessário haver regras de convivência claras e construção de relações baseadas no respeito à diversidade, visto que, nesse ambiente, convivem pessoas provenientes de espaços culturais e familiares diversos.

Sendo assim, a partir das análises empreendidas até o momento, pode-se observar que a escola, quando se configura em espaço com muitas atividades/exigências e apresenta dificuldades nas relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar, configura-se como um espaço de mal-estar e gerador de sofrimento psíquico para os estudantes. A ausência do sentimento de acolhimento e pertencimento ao ambiente escolar pode, inclusive, favorecer a evasão escolar, bem como a existência de alunos que faltam com frequência durante o ano letivo.

Com relação às ações realizadas pela escola com foco na saúde mental dos estudantes, os alunos das três escolas que participaram das oficinas relataram que não visualizam ações sistemáticas da instituição com relação a atividades que fomentem o cuidado com a saúde mental e bem-estar. Além disso, inferiram que somente os docentes sensíveis às situações de crise e os professores diretores de turma buscam acolher ao perceberem que o aluno não está bem. Por fim, os discentes afirmam que, em momentos difíceis, buscam acolher uns aos outros.

Coadunando com o relato dos alunos participantes das oficinas, Pacheco, Nonenmacher e Cambraia (2020), ao apresentarem os resultados sobre os elementos que contribuem para um suporte emocional dos estudantes contemplados em sua pesquisa, citaram o apoio dos colegas, de alguns professores e os momentos de escuta e suporte por parte da equipe de psicologia da instituição escolar. Desse modo, as autoras destacam que:

Depreende-se de toda a análise a necessidade dos estudantes de falar sobre o tema. Os depoimentos apontam que os espaços para discutir sobre as questões relacionadas a saúde mental no contexto escolar podem ser muitos, inclusive a sala de aula. Para isso, é preciso que existam pessoas dispostas a escutá-los. A sugestão

de um estudante sobre os temas que ele considera importantes para discutir sobre saúde mental no contexto escolar deixa evidente a necessidade de escuta (Pacheco; Nonenmacher; Cambraia, 2020, p. 20).

Evidencia-se, portanto, que os estudantes percebem e reivindicam a necessidade de acolhimento e escuta para que possam ter um melhor direcionamento de como enfrentar as dificuldades cotidianas que surgem no ambiente escolar e nas relações familiares, sociais e comunitárias.

Quando os alunos participantes das oficinas foram indagados sobre as alternativas para a melhoria do bem-estar, eles citaram a presença de equipes para apoio social e emocional dos estudantes, a presença de profissionais de psicologia na escola, o tempo reservado para os estudos no cronograma escolar e um espaço adequado para o descanso. Esses aspectos relatados pelos discentes podem ser incluídos no cotidiano escolar, principalmente, a presença de profissionais para suporte psicossocial com conhecimento direcionado para o suporte emocional dos alunos diante das transformações advindas das decisões e responsabilidades que emergem no ensino médio.

Eles citaram também que as práticas de esportes e jogos no período do intervalo do almoço contribuem para um melhor bem-estar. Importa destacar que, na Escola C, há atividades relacionadas às artes, como teatro e grupos literários. No entanto, não há vagas para todos os alunos participarem. Ações como essas, diante do tempo destinado às aulas, contribuem para um descanso mental dos estudantes e para a promoção da interação entre eles.

Particularmente sobre a importância de acompanhamento sistemático para o desenvolvimento dos estudantes, importa destacar os apontamentos de Rodrigues *et al.* (2023) sobre a necessidade da presença de psicólogos no ambiente escolar.

Nesse sentido e com base nas observações dos bolsistas inseridos nas escolas, a SEDUC deveria inserir psicólogos nas instituições de tempo integral, disponibilizados para todos os alunos e profissionais da instituição, trazendo palestras para familiares dos alunos, mostrando como os referidos parentes podem contribuir positivamente para o melhoramento da saúde mental desses jovens adolescentes. “A inserção de psicólogos escolares e educacionais nas instituições públicas de ensino não é um ato de solidariedade, mas um ato de justiça e responsabilidade social” (SILVA; LIMA; SOUZA. 2023, p. 24). Com isso, espera-se que consigam, de maneira expressiva, minimizar os impactos negativos e nocivos da alta demanda por resultados, que acabam afetando diretamente e negativamente a saúde mental e a aprendizagem dos estudantes, procurando evitar a sobrecarga da ansiedade, amparando e acolhendo os alunos em suas necessidades (Rodrigues *et al.*, 2023, p.7).

Cabe salientar que as relações cotidianas, travadas no convívio diário com pessoas de costumes diferentes e com a responsabilidade de alcançar bom desempenho nas diferentes

disciplinas escolares, configuram-se como fatores que causam estresse e desgaste físico e mental aos estudantes, os quais se traduzem em cansaço e sobrecarga. Assim, é necessária uma maior atenção ao cotidiano escolar como um todo, visto que uma das demandas centrais da escola é a conclusão do conteúdo programático no tempo estipulado. É importante a busca por um equilíbrio entre exercer o papel enquanto escola como espaço de ensino-aprendizagem e a função de desenvolvimento social dos estudantes.

Sendo assim, configura-se como uma necessidade para o processo de desenvolvimento dos discentes a presença de profissionais para a atenção psicossocial no ambiente escolar, para que sejam debatidas questões do cotidiano dos adolescentes, a fim de fortalecê-los no que diz respeito às habilidades emocionais e sociais. Por meio do debate com os alunos, eles deixaram claro que visualizam a necessidade da presença de psicólogos nas escolas para o apoio aos estudantes e as equipes das escolas.

Apesar de haver previsão legal para a presença de profissionais de psicologia na rede básica de ensino, observamos que, no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, há um número insuficiente de psicólogos para atender às escolas, sendo um profissional responsável por atuar em diversas instituições de ensino. Esse quadro faz com que não haja uma ação sistemática e frequente em cada uma das escolas.

Nesse contexto, cabe destacar que o ambiente escolar se configura como um espaço privilegiado para a atenção e o acompanhamento dos adolescentes no que diz respeito ao desenvolvimento social, emocional, pessoal e profissional. Diante da permanência em tempo integral na instituição, é importante que eles possam ter o suporte adequado para uma vivência saudável.

Sobre isso, Vieira *et al.* tecem considerações acerca das contribuições da escola para o tema referente à saúde mental dos estudantes, por meio de ações e da atenção aos estudantes. Os autores afirmam que:

A literatura em saúde mental tem identificado o sistema escolar como um espaço estratégico e privilegiado na implementação de políticas de saúde pública para jovens, passando a destacá-lo como principal núcleo de promoção e prevenção de saúde mental para crianças e adolescentes, atuando no desenvolvimento de fatores de proteção e na redução de riscos ligados à saúde mental. Pesa, nesse sentido, o fato de a escola concentrar em um ambiente único a maior parte da população jovem do país, por boa parte do dia, desde a primeira infância, desenvolvendo um trabalho sistematizado e contínuo, passível de ser adaptado. Escolas também são mais acessíveis à população que os serviços de saúde mental e propiciam a realização de intervenções com menos estigma para alunos e familiares. [...] (Vieira *et al.*, 2014, p. 16).

Logo, a escola configura-se como importante espaço para ações de prevenção no âmbito da saúde mental, sendo assim, cabe aos gestores das políticas de educação e saúde articularem ações de maneira contínua para que todos os estudantes tenham a devida atenção no que diz respeito ao cuidado com a saúde. Desse modo, os autores citados neste estudo reforçam os princípios das escolas promotoras de saúde, os quais são:

1. Ter visão ampla de todos os aspectos da escola, promovendo um ambiente saudável e que favorece a aprendizagem.
2. Dar importância à estética da escola, assim como ao efeito psicológico direto que ela tem sobre professores e alunos.
3. Fundamentar-se em um modelo de saúde que inclua a interação dos aspectos físicos, psíquicos, socioculturais e ambientais.
4. Promover a participação ativa de alunos e alunas.
5. Reconhecer que os conteúdos de saúde devem ser necessariamente incluídos nas diferentes áreas curriculares.
6. Entender que o desenvolvimento da autoestima e da autonomia pessoal é fundamental para a promoção da saúde.
7. Valorizar a promoção da saúde na escola para todos.
8. Ter visão ampla dos serviços de saúde que tenham interface com a escola.
9. Reforçar o desenvolvimento dos estilos saudáveis de vida que ofereçam opções viáveis e atraentes para a prática de ações que promovam a saúde.
10. Favorecer a participação ativa dos educadores na elaboração do projeto pedagógico da educação para a saúde.
11. Buscar estabelecer inter-relações na elaboração do projeto escolar (Vieira *et al.*, 2014, p. 18).

A partir desse conjunto de ações elencadas que caracterizam as escolas como espaços de promoção de saúde, infere-se que, ao adotar uma visão de atenção integral aos estudantes, essas instituições de ensino se aproximarão de uma perspectiva de formação humana. Principalmente, diante da expansão da permanência de crianças e adolescentes em tempo integral nas escolas públicas, é necessário que haja uma maior aproximação intersetorial para a promoção da atenção e do cuidado a esse público.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola configura-se como espaço de formação humana, na perspectiva em que recebe diariamente, para processos de aprendizagem, crianças e adolescentes caracterizadas como em desenvolvimento cognitivo, pessoal e social. Desse modo, apresenta um importante papel na formação social, profissional e na construção das relações sociais com a comunidade.

Diante dessa responsabilidade, o sistema educacional apresenta diretrizes que conduzem à formação escolar da população, a qual é planejada por meio de um conjunto de objetivos educacionais a serem alcançados e é estruturada por disciplinas com os conteúdos destinados a cada etapa da educação. Ao direcionar o olhar para o ensino médio integrado à educação profissional, observa-se a existência de um grande volume de conteúdos e disciplinas na matriz curricular, visto que os estudantes precisam cursar disciplinas da formação geral, da formação técnica e da parte diversificada.

Ressalte-se que a política de educação empreendida no Brasil é organizada a partir de modelos de gerenciamento que têm como uma de suas características a gestão por resultados. Esse fator confere valorização às avaliações realizadas com os estudantes pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Esse contexto traz centralidade na busca por bons resultados em provas, sejam das disciplinas ou das avaliações externas.

É importante salientar ainda que os estudantes do ensino médio integrado à educação profissional permanecem em tempo integral na escola e necessitam estudar os mais diversos conteúdos das disciplinas da formação geral e da formação técnica. Desse modo, os jovens que participaram de nossa pesquisa mostraram-se apreensivos quanto à necessidade de obter bom desempenho no conjunto total das disciplinas, ressaltando que se sentem cansados com o cotidiano escolar.

Destaca-se também que processos relacionados a sobrecargas de demandas laborais, escolares, dentre outras, favorecem o aumento dos níveis de estresse que podem culminar em sofrimento psíquico. O sofrimento psíquico apresenta-se como elemento multifacetado que pode decorrer de diferentes aspectos do cotidiano, nesse caso, em específico, toma-se como norte o sofrimento de base social, decorrente das relações sociais travadas pelos estudantes no ambiente escolar para análise dos fatores que favorecem a percepção de mal-estar e sofrimento psíquico.

Assim, pode-se observar que os estudantes das escolas de ensino médio integrado à educação profissional participantes da pesquisa apresentam demandas referentes ao volume excessivo de conteúdos e disciplinas, bem como, à expectativa em torno das avaliações (provas, trabalhos e atividades) da escola, pois afirmam sentirem cansaço com o volume de atividades a serem realizadas. Além disso, apresentaram o tempo que empregam no transporte coletivo como potencializador do cansaço.

Outro elemento de destaque é o fato de a escola também configurar-se como um espaço de sociabilidade juvenil, visto que parte importante da interação social diária dos estudantes ocorre no ambiente escolar. Assim, surgem diversas demandas referentes às dificuldades desses jovens em se relacionarem com os professores, coordenadores e diretores das escolas. Observaram-se também dificuldades nos relacionamentos interpessoais entre os estudantes, visto que é recorrente, na fala dos alunos participantes das oficinas, a ocorrência de *bullying* na escola.

Esse contexto traduz uma falta de respeito aos direitos dos colegas, de empatia para aceitar a diversidade e de pensamento ético para uma relação digna com todos que pertencem à comunidade escolar. Esses fatores necessitam ser cotidianamente discutidos e refletidos para a redução dos episódios de *bullying* na escola, a fim de garantir as condições de permanência dos estudantes na escola.

Durante as oficinas, os estudantes relataram também que não conseguem participar de atividades de esporte e lazer com regularidade devido à falta de tempo durante a semana e a necessidade de complementar os estudos em casa. E aqueles que buscam realizar alguma atividade esportiva ou um curso informaram que realizam com dificuldades. Eles também ressaltaram que apresentam uma qualidade de sono ruim e não conseguem dormir o suficiente durante a noite quando precisam estudar após as aulas.

Portanto, a partir do diálogo com os estudantes participantes das oficinas, pode-se confirmar a tese de que a forma como o ensino médio integrado à educação profissional tem sido implementada apresenta implicações que podem culminar em sofrimento psíquico e alterações na sociabilidade dos estudantes.

Os aspectos discutidos ao longo desta tese trazem luz a um problema que demanda mais atenção no âmbito das políticas públicas destinadas ao público adolescente/jovem, visto que são crescentes os casos de adoecimento mental dessa população, sendo objeto de preocupação dos profissionais que atuam na saúde pública diante do agravamento dos casos e riscos de isolamento social. Diante desse cenário, como destacado nesta tese, o Programa Saúde na Escola tem sido desenvolvido por equipes da área da saúde

por meio da realização de ações de acompanhamento em saúde aos estudantes em parceria com os profissionais da área da educação.

Essas intervenções no campo da saúde delimitam a importância da atenção integral ao desenvolvimento dos adolescentes/jovens, por meio da oferta de ações de promoção à saúde no ambiente escolar em que eles estão inseridos. No entanto, a partir dos relatos dos estudantes participantes das oficinas, identifica-se que as intervenções ainda se configuram como momentos esporádicos, visto que ao serem solicitados a sugerir intervenções que poderiam ser realizadas, eles citaram a presença de equipe de apoio para as demandas de saúde mental dos estudantes, bem como a presença de psicólogos na instituição.

Sobre isso, coaduna-se com a perspectiva dos estudantes para que se tenha uma equipe de apoio na própria escola, composta por psicólogos e assistentes sociais que possam dispensar acompanhamento contínuo dos estudantes, por meio de ações socioeducativas e atenção a situações de vulnerabilidade social e emocional. Cumpre destacar que, apesar de haver previsão legal para a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede básica de ensino, a SEDUC possui somente 12 psicólogos e 3 assistentes sociais para toda a rede de ensino médio da cidade de Fortaleza. Esse número de profissionais é insuficiente para o atendimento da demanda da rede de ensino público estadual.

Diante da presença de situações diversas – como crises de ansiedade dos estudantes no momento que estão na escola, *bullying* e outros conflitos entre os discentes, dentre outras questões que envolvem a sociabilidade e a vivência entre os atores da comunidade escolar – associadas à permanência dos estudantes em tempo integral na escola, são necessárias intervenções que busquem atender às demandas psicossociais que se apresentam na escola. Além disso, ações socioeducativas são necessárias ao longo de todo o ano letivo, as quais visem a construção de relações sociais saudáveis e autocuidado no ambiente escolar.

Ademais, ressalta-se a importância da ampliação de estudos para que se compreenda amplamente a relação entre a escola e a saúde mental dos estudantes, para que sejam apresentadas perspectivas de mudanças na promoção do cuidado aos adolescentes/jovens, no sentido da valorização de ações de cultura, lazer, esportes e dos momentos de descanso. Esses fatores se configuram como elementos de proteção à saúde física e mental das pessoas, sendo de suma importância para o desenvolvimento dos adolescentes/jovens.

Portanto, o objeto de estudo apresentado nesta tese apresenta-se como relevante no que diz respeito à atenção à saúde dos estudantes do ensino médio, trazendo a perspectiva

de que todos os ambientes nos quais estão inseridos podem ser espaços de proteção ou risco à saúde mental. Desse modo, cabe àqueles que atuam na política de educação favorecer o fortalecimento de ações que promovam o cuidado e atenção ao desenvolvimento saudável dos estudantes, inclusive no que concerne à saúde mental, seja por meio de ações de cuidado ou intervenções socioeducativas.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Estado, Globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 22, p. 35-46, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/68667016/Almerindo%20Janela%20-%20sociologia%20das%20pol%C3%ADticas%20educacionais.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- AFONSO, Almerindo Janela; ANTUNES, Fátima. Educação, cidadania e competitividade: questões em torno de uma agenda. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 113, p. 83-112, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CK87nKXTgLVfp8rXbTTbnnD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; SILVA, Adriana Alves da; MATOS, Rachel Araujo de. Crise brasileira, Educação superior e sofrimento psíquico: sintomas mórbidos de um tempo da desesperança. **Conexões - Ciência e Tecnologia**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 7-13, mar. 2020. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1815/1406>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ALVES, Giovanni; MORAES, Livia. Trabalho e estratégias empresariais no capitalismo global toyotismo e "captura" da subjetividade. **Mediações**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 105-124, jan./jun. 2006.
- ALVES, Giovanni; MOREIRA Jani; PUZIOL, Jeinni. Educação Profissional e ideologia das competências: elementos para uma crítica da nova pedagogia empresarial sob a mundialização do capital. Cascavel, **Educere et Educare Revista de Educação**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 45-59, 2009.
- AMARAL, Marcelo Parreira do. Política Pública educacional e sua dimensão internacional: abordagens teóricas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. espec., p. 39-54, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Bcgk38jNHZxwmSLZ4xfC3DD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- AMBRÓZIO, Aldo. Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida. **Kinesis**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 40-60, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/aldoambrosio_4.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- ANGELI, Gislaine. **Juventudes e trabalho: o discurso dos jovens sobre educação profissional no ensino médio**. 2019. 93 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212023>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- ARANTES, Ana Paula. **Qualidade de vida e transtorno mental comum em graduandos de ciências da saúde**. 2018. 50f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Programa de

Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: <http://bdtd.ufm.edu.br/handle/tede/745>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ARELLANO, Edgar Ortiz; PEREYRA, Guillermo. Biopolítica en el contexto neoliberal: perfiles sobre las tecnologías del biopoder. **Ciencia e Interculturalidad**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 17-30, 2014. Disponível em: <https://camjol.info/index.php/RCI/article/view/1495>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ARINO, Daniela Ornellas; BARDAGI, Marúcia Patta. Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. Juiz de Fora, **Psicol. Pesq.**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 44-52, 2018.

AZEVEDO, Marcio Adriano de; SILVA, Cybelle Dutra da; MEDEIROS, Dayvyd Lavaniery Marques. Educação profissional e currículo integrado para o ensino médio: elementos necessários ao protagonismo juvenil. **Holos**, Natal, v. 4, n. 1, p. 77-88, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3190/1128>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança, nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J; GANDIN, Luis Armando (org.). **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

BARBOSA, Lucas. Alunos têm crise de ansiedade em escola de Fortaleza e são levados a unidade de saúde. **O Povo Online**, Fortaleza, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2023/02/17/alunos-tem-crise-de-ansiedade-em-escola-de-fortaleza-e-sao-levados-a-unidade-de-saude.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad. Marco Estevão Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.

BENCKE, Beatriz Cristina. **A formação profissional na Universidade Estadual do Oeste do Paraná: um olhar para a saúde do aluno**. 2020. 113 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/5053>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BERNARDIM, Marcio Luiz. **Juventude, escola e trabalho: sentidos atribuídos ao ensino médio integrado por jovens da classe trabalhadora**. 2013. 303 f. Tese. (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34679>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BERNARDIM, Marcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 211-234, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142703>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. Trad. de Maria João A., Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1997.

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 125-217, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jVq3rZMZFQBzHm4V4hv6psh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Emenda Constitucional n.º 59 de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: Casa Civil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n.º 6.282, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, DF: Casa Civil, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. **Lei n. 14.819, de 16 de janeiro de 2024**. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas comunidades escolares. Brasília, DF: Casa Civil, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14819.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRÍGIDO, F.; BENEVIDES, M.; GENTILE, F. As políticas de educação profissional e o ajuste do estado ao modelo neoliberal de desenvolvimento. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 745-770, 11 dez. 2020.

CAMBAUVA, Lenita Gama; JUNIOR, Mauricio Cardoso da Silva. Depressão e neoliberalismo: constituição da saúde mental na atualidade. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Maringá, v. 25, n. 4, p. 525-535, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/cnj5w3>

mdgrRBSHqdc9FF/?lang=pt#:~:text=O%20homem%20atual%20%C3%A9%2C%20a,indiv%20%C3%ADduo%20seja%20por%20ela%20acometido. Acesso em: 25 ago. 2022.

CARVALHO, Janete Magalhães; SILVA, Sandra Kretli; DELBONI, Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera. A Base Nacional Comum Curricular e a produção biopolítica da educação como formação de “capital humano”. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 481-503, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27679>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARVALHO E SILVA, Nara; ESPÍNOLA, Ana Cecília Paes de Sousa; SILVA JUNIOR, José Espínola. A Educação profissional e tecnológica e o bullying: uma abordagem crítica. In: KOCHHANN, Andrea (org.). **Rumo ao futuro da Educação: tendências e desafios**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 114-118.

CAPONI, Sandra; DARÉ, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e Sofrimento Psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar. **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302-320, mai-ago. 2020. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39721>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CAPONI, Sandra; BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. Produtividade na Escola e uso de psicofármacos. In: RONDINI, Carina Alexandra. (org.). **Paradoxos da Escola e da sociedade na contemporaneidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.

CEARÁ. **Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará|: 2008 a 2014”**. 1. ed. Fortaleza: Secretaria da Educação, 2014.

CEARÁ. **Matriz Curricular**. Fortaleza: SEDUC, 2015. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/matriz-curricular-apresentacao/>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Escola Estadual de Educação Profissional – EEEP: ensino médio integrado à educação profissional (Matrizes Curriculares)**. Fortaleza, Secretaria de Educação, 2023a.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Ano Letivo 2023: Orientações Complementares aos estabelecimentos de ensino**. Fortaleza, Secretaria da Educação, 2023b. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/03/orientacoes_ano_letivo_2023-1.pdf. Acesso em 19 nov. 2023.

CEARÁ. Portaria n. 1218/23 – GAB. Estabelece as normas para matrícula das/os nos estabelecimentos de ensino públicos estaduais para o ano letivo de 2024, e dá outras providências. Fortaleza, Secretaria da Educação, 2023c. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/11/Portaria-de-Matricula-2024_-NuP-_22001035481202300.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

Clavatta, Maria; Ramos, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, jan./abr. 2012.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. Preconceito e Discriminação para além das salas de aula: sociabilidades e cultura juvenil no ambiente escolar. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 32, nov. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n.º 1, de 05 de janeiro de 2021**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, DF: CNE, 2021.

CORBANEZI, Elton. TRANSTORNOS DEPRESSIVOS E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. **Caderno Crh**, [S. l.], v. 31, n. 83, p. 335-353, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/rkPjhVztHdwQ5Rp4WwcPv7x/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

COSTA, Anderson; VIDAL, Eloisa Maia. Accountability e regulação da educação básica municipal no estado do Ceará – Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 83, n. 1, p. 121-141, maio 2020. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/3852/4093>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CRISE de ansiedade faz 26 alunos passarem mal em escola no Recife. **UOL Online**, São Paulo, 09 abr. 2022. Educação. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2022/04/09/ansiedade-escola-recife.htm>. Acesso em 28 ago. 2023.

CRUZ, Jairo Antônio da. **Virtuosismo e exposição: a lógica neoliberal na educação profissionalizante**. 2017. 126 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Acesso em: <http://hdl.handle.net/10183/164359>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Edu. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARÉ, Patricia Kozuchovski. **A definição das políticas públicas educacionais brasileiras a partir do discurso neoliberal**. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2019.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 dez. 2024.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; ARAUJO, Bruno Rodrigo Tavares. A reforma educacional cearense na década de 1990 no contexto da reforma do estado brasileiro. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 6, n. 5, p. 28615-28633, 2020.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10225/8547>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DUTRA, Weysla Paula de Souza Lopes; AMARAL, Cledir de Araújo. Ansiedade em estudantes do ensino médio integrado no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Conexão Amazônia**, v. 2, n. ed. especial VI Conc&t, 2021.

ESTEBAN, Maria P. S. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Trad. Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Josí Aparecida de. **A educação profissional na governamentalidade contemporânea**: educação, trabalho e neoliberalismo no Brasil. 2021. 209f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p.93-130, 2003.

FRIGOTTO, Gaudência; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1097-1113, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 nov. 2021.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 34, n. 71, p. 159-174, out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/tKrCGqmSft4rpFWvBgMFQHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2023.

GOMES, Christianne Rocha et al. Estudo da condição de saúde mental do estudante do IFS. **Revista Expressão Científica**, Aracaju, v. 4, n. 3, Ed. Especial SNCT, p. 48-52, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1241>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GROLI, Verônica; WAGNER, Marcia Fortes; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Sintomas Depressivos e de Ansiedade em Adolescentes do Ensino Médio. **Revista de Psicologia da Imed**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 87-103, 14 nov. 2017.

HAN, Byung Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HABOWSKI, Fabiane; LEITE, Fabiane de Andrade. Construção da identidade do Ensino Médio no Brasil: um estudo histórico. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 18, n. 49, p. 1-18, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=695473959026>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

KUENZER, Acacia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zöllner; GOTO, Carine Sayuri. Individualização e sofrimento psíquico na universidade: entre a clínica e a empresa de si. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 6, n. 9, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1250>. Acesso em: 20 nov. 2021.

LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. Programa Brasil Profissionalizado: um divisor de águas para o ensino médio do Ceará. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; FERREIRA, Pereira Hanuzia (org.). **Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional**: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar. Brasília, DF: ANPAE, 2021.

LIMA, Erika Silva; SILVA, Francisca Natália da; SILVA, Lenina Lopes Soares. Educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **Holos**, Natal, v. 4, n. 1, p. 119-129, 3 ago. 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3185>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1-16, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 3 jul. 2021.

LOPES, Giselle Christine Lins. **Um estudo sobre a automutilação e ideação suicida em discentes do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal da Paraíba**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1043>. Acesso em: 16 ago. 2021.

LUZ JUNIOR, Almir Ferreira; SANTOS, Pollyana dos. A contribuição dos conhecimentos em saúde sob uma perspectiva ampliada para a formação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre Ensino Tecnológico (Educitec)**, Manaus, v. 6, n. 1, p. 1-23, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1255/474>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MASCARENHAS, Leonardo Balbino. Biopolítica, Educação e Resistência na Contemporaneidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1537-1554, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/g4cb9shV8JgbML8sjGtWFfG/?lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MARCINO, Lethicia Farias et al. Prática de lazer em adolescentes e fatores associados: implicações para o cuidado. **Acta Paul Enferm**, [S. l.], n. 35, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/Dk9XjQc5fK4GRqcNhh8LrXr/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Patricia Batista; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. O que é a escola a partir do sentido construído por alunos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006a.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006b.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MEDEIROS, Tatiane Cimara dos Santos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. Reformas do ensino médio e trabalhista: possíveis implicações para educação profissional técnica de nível médio. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 252-271, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38054>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MEIRELES, Elaine de Souza Sena; RYTHOWEM, Marcelo; CAVALCANTE, Rivadavia Porto; MALDANER, Jair José. Trabalho, sofrimento psíquico e educação profissional: possíveis relações. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2408>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MELO, Maria Alves. A proposta pedagógica das Escolas Estaduais de Educação Profissional do Estado do Ceará, sob a ótica dos estudantes. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; FERREIRA, Pereira Hanuzia (org.). **Políticas de Ensino Médio e Educação Profissional: contextos, saberes e protagonismo no espaço escolar**. Brasília, DF: ANPAE, 2021.

MELO, Alessandro de. Educação básica e formação profissional na visão dos empresários brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 893-914, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 fev. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOREIRA, Damares de Oliveira. **Pedagogia das competências e escolas estaduais de educação profissional do Ceará: formando para o mercado**. 2017. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24659>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MOTA, Paulo Gurgel. **Educação e trabalho: uma avaliação do Plano de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Fortaleza**. 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2374>. Acesso em: 24 ago. 2021.

NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do. **Ensino médio integrado à educação profissional (2008- 2014): crítica à concepção empresarial em escolas de educação profissional cearense**. 2016. 182f. Dissertação (Mestrado Em Educação) – Centro De Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23559>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NASCIMENTO, Ana Carolina Veras do; SILVA, Francisco Amistardam Soares. Estado e educação profissional para o ensino médio no Ceará. In: ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13.; ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3.; SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E GEOEDUCACIONAIS – SINECGEO, 3., 25 a 27 set. 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2014. p. 1281-1294. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41693>. Acesso em: 15 ago. 2021.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Machado do. **Fatores emocionais e de saúde mental: avaliação de alunos de uma escola pública federal visando ações de promoção e prevenção no ambiente escolar**. 2016. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências: Química da vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149011>. Acesso em: 20 ago. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 5-16, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/2148>. Acesso em: 23 ago. 2021.

NUNES, Christiane Girard Ferreira; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Saúde mental pela perspectiva das Ciências Sociais. **Revista Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 35, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/NC6rcfx4YzLBKXWqHRCTnWh/?lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2022.

OIKAWA, Fabiana Midori. **Implicações do contexto universitário na saúde mental dos estudantes**. 2019. 142 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11522>. Acesso em: 12 ago. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 197-209, 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/11317>. Acesso em: 17 fev. 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Tendências atuais das políticas educacionais na América Latina. In: SALIBA, Aziz Tuffi; LOPES, Dawisson Belém; SANTOS, Manoel Leonardo (org.). **América Latina** (Coleção Desafios Globais). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

OLIVEIRA, Myrla Alves de; PRESTES, Tamylye Kellen Arruda. Saúde mental e a produção do sofrimento psíquico na educação. In: ALBUQUERQUE, Cynthia Studart *et al.* **Educação, subjetividade e saúde mental na realidade brasileira**. Fortaleza: Editora da Uece, 2021.

OLIVEIRA, Ramon de. A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 26-37, jan./abr. 2001.

OLIVEIRA, Terezinha; VIANA, Ana Paula dos Santos; BOVETO, Lais; SARACHE, Mariana Vieira. Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1145-160, 2013.

OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção. **Organização Pan Americana da Saúde (OPAS)**, Washington D.C., 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em: 8 set. 2023.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnico integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 1-25, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. Proposições da OCDE e sua materialização na política educacional brasileira. **Roteiro**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 1-24, dez. 2019b. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20900/14015>. Acesso em: 26 out. 2022.

PRADO, Eneliana da Silva. **É possível falar sobre suicídio na escola? A construção de um material educativo a partir do contexto da educação profissional e tecnológica**. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/5toNxe>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PUSSETTI, Chiara; BRAZZABENI, Micol. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnografica**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 467-478, out. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1036>. Acesso em: 27 ago. 2022.

RIOS, Luzana Cirqueira; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de; ROCHA, Saulo Vasconcelos; ARAUJO, Tânia Maria; PINHO, Paloma de Sousa. Atividades físicas de lazer e transtornos mentais comuns em jovens de Feira de Santana, Bahia. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 98-102, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/cQ7Pccjbztd3Mkr6hZpLs8z/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

RODRIGUES, Ivo Oliveira *et al.* Saúde mental no contexto de escola de tempo integral e suas implicações na aprendizagem significativa dos discentes. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2023, João Pessoa. **Anais [...]**. João Paulo: s. n., 2023.

ROSA, Luciana Santos da. A rotina escolar dos estudantes do ensino médio integrado do IF goiano, os fatores de risco para o estresse: um estudo de caso no campus Iporá. 2023. 113f. Dissertação (Mestrado em PROFEPT) – Instituto Federal Goiano, *Campus CERES*, 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Dayanna Pereira; CARVALHO, Edson Silva; OLIVEIRA, Eudiane Nunes de. O ensino médio brasileiro e a lei n.º 13.415 em tempos de neoliberalismo: formação para emancipação ou formação para o mercado? **E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 19, p. 108-131, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46491>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SANTOS, J. D. G. dos; MENDES, J. E.; MENDES SEGUNDO, M. das D. Educação profissional: crítica à implantação do projeto ensino médio integrado do estado do Ceará. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 189–205, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9536>. Acesso em: 21 set. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In SAVIANI, Dermeval *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

OPAS. **Saúde Mental dos Adolescentes**. Washington, D.C: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em: 6 set. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Francisca Natália. **Ensino médio integrado à educação profissional: a implementação do Programa Brasil Profissionalizado em Mossoró/RN**. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Natal, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/845>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, João Batista da *et al.* Uma análise dos resultados dos diferentes tipos de escolas públicas no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece).

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico

Editado Pela Anpae, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 158-182, abr. 2021. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/102317/61613>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SILVA, Katharine Ninive Pinto; RAMOS, Marise. O ensino médio integrado no contexto da avaliação por resultados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 567-583, 2018.

SILVA, Luiz Henrique Bochi. **Formação de professores para identificação de fatores de risco associados ao suicídio na adolescência**. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1322>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVA, Monica Ribeiro da. Direito à educação, universalização e qualidade: cenários da Educação Básica e da particularidade do Ensino Médio. **Jornal de políticas educacionais**, [S. l.], v. 9, n. 17-18, p. 61-74, 2015.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2016. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SILVA, Monica Ribeiro da. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o ensino médio? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S. l.], v. 28, n. 107, p. 274-291, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Adriana Martins de. Reforma do Ensino Médio: dispositivos de regulamentação e políticas de indução. **Revista Educere et Educare**, [S. l.], v. 18, n. 47, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/30708>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SILVA, Monica Ribeiro da.; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa** [online]., v. 39, n. 2, p. 403-417, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000022>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA, Raimundo Paulino da. A escola enquanto espaço de construção do conhecimento. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 139, 2012.

SILVA, Thiago Delaíde da. Vida humana e biopoder em Foucault e Agamben. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, Rio Grande, v. 2, n. 2, p. 96-109, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/8775>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SIMPLÍCIO, João Gutemberg Nobre. **As juventudes e a educação profissional no Ceará: um estudo de caso na EEEP Presidente Roosevelt**. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=92518>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOARES, Mirella; MARTINEZ, Jéssica Félix Nicácio; ZORNETTA, Regiani. “Quem tem medo do lobo mau: a questão da saúde mental entre adolescentes na contemporaneidade”. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 4., 2018, Araraquara. **Anais [...]**. Araraquara: IFSP, 2018. Disponível em: <http://ocs.ifsp.edu.br/index.php/conept/iv-conept/paper/viewFile/4118/717>. Acesso em: 17 ago. 2021.

SOARES, Dalila Pereira; ALMEIDA, Rosiney Rocha. Intervenção e manejo de ansiedade em estudantes do ensino médio integrado. **Research, Society And Development**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 1-22, 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.rsjournal.org/index.php/rsd/article/view/6457/7711>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SOUSA, Antonia de Abreu. As recomendações do Banco Mundial para a educação profissional e vigor da teoria do capital humano no contexto do neoliberalismo. In: SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. (org.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 99-113.

SPAECE. **O Sistema SPAECE**. [S. l.]: SPAECE, 2018. Disponível em: <http://www.spaece.caedufjf.net/o-sistema/o-spaece/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera Mincoff; MEDRADO, Benedito. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, n. 1, p. 32-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wrfMHbjhHNppX7Lppk8DMNJ/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2024.

TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi *et al.* Vulnerabilidade ao stress em escolares do ensino técnico de nível médio. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 197-213, jan. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 jan. 2022.

TAVARES, Andrezza M. B. do N.; SANTOS, Fábio Alexandre Araújo; SANTOS, Luiz Antonio da Silva. Políticas públicas, educação escolar e educação profissional: apontamentos sobre as reformas a partir de 1990. **Holos**, Natal, v. 2, n. 1, p. 1-11, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7817>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TOLEDO, Tullio Pieroni. **Investigação da saúde mental e da qualidade de vida de estudantes universitários de uma Universidade Pública federal**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências da Saúde) – Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47883>. Acesso em: 23 ago. 2021.

TÓTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 2, p. 81-100, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/646>. Acesso em: 19 ago. 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Rev. Simbio-logias**, v. 12, n. 17, 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

TREVISOL, Marcio Giusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, p. 200-222, dez. 2019. Disponível em: http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12_09/6866. Acesso em: 27 jun. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Francisco Ullissis Paixão e. **Governamentalidade e Educação: discursos e vivências no processo de subjetivação de jovens em uma Escola Estadual de Educação Profissional cearense a partir do modelo escola-empresa**. 2020.171f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/52078>. Acesso em: 21 ago. 2021.

VERGER, Antonio. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. Ponta Grossa, **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 9-33, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12987>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 42, n. esp. 4 dez, p. 175-186, 2023. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8633>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VIDAL, Eloisa Maia; OLIVEIRA, Ana Gardennya Linard Sirio; AVELAR, Davi Miranda Lucena de. Reforma do ensino médio no Ceará. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 16, n. 35, p. 337-356, 15 set. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1470/1111>. Acesso em: 24 fev. 2023.

VIEIRA, Sofia Lerche, PLANK, David Nathan e VIDAL, Eloisa Maia. Política educacional no Ceará: processos estratégicos. **Educação e Realidade**, [S. l.], v. 44, n. 4, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000400603&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jan. 2022.

VIEIRA et al. Saúde mental na escola. In: ESTANISLAU, Gustavo M.; BRESSAN, Rodrigo Affonseca. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**. São Paulo: Artmed Editora, 2014.

XAVIER, Alessandra Silva. Tecnologias em saúde mental junto a adolescentes – Guardiões da Vida nas Escolas. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 12, n. 2. p. 198-208, jul./dez., 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/68027>. Acesso em: 23 nov. 2024.

XEREZ, Antônia Solange Pinheiro; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. Educação profissional integrada ao nível médio no Ceará, reformas e contradições. **Educação e Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 204-223, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7781284>. Acesso em: 20 ago. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS OFICINAS

Oficina Saúde Mental no contexto escolar

Objetivo: Estabelecer diálogo sobre os fatores que podem causar sofrimento psíquico, através da participação ativa dos estudantes. Na sequência fomentar a importância das estratégias de autocuidado para a saúde física e mental.

Público-alvo: Estudantes de Escolas Estaduais de Educação Profissional

Estratégias de intervenção: Construção de mural com os fatores elencados / Roda de conversa

Tempo estimado: 60 minutos

Questões de partida para o debate:

- O que entendem por saúde mental?
- Quais fatores causam mal-estar, preocupação excessiva e/ou sofrimento?
- Quais fatores no ambiente/rotina escolar causam mal-estar, preocupação excessiva e/ou sofrimento?
- Que estratégias podem ser utilizadas para a garantia de bem-estar físico e mental?
- Que ações podem ser/são realizadas na escola com a finalidade do cuidado com a saúde mental dos estudantes?

**APÊNDICE B – RELAÇÃO DE BAIRROS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS
EXECUTIVAS REGIONAIS (SER) 1 E 3**

Bairros localizados na SER 1

Algadiço
Álvaro Weyne
Barra do Ceará
Carlito Pamplona
Cristo Redentor
Farias Brito
Floresta
Jacarecanga
Jardim Guanabara
Jardim Iracema
Monte Castelo
Pirambú
Vila Ellery
Vila Velha
-
-
-

Bairros localizados na SER 3

Amadeu Furtado
Antônio Bezerra
Autran Nunes
Bela Vista
Bonsucesso
Dom Lustosa
Henrique Jorge
João XXIII
Jóquei Clube
Olavo Oliveira
Padre Andrade
Parquelândia
Parque Araxá
Pici
Presidente Kennedy
Quintino Cunha
Rodolfo Teófilo

Fonte: Própria autoria, 2024.